

CASTELO BRANCO 2030

relatório final



CASTELO BRANCO 2030

relatório final

Junho 2015



ÍNDICE

| | | |
|----------|--|----|
| 1. | Nota introdutória..... | 13 |
| 2. | Castelo Branco 2015: diagnóstico..... | 17 |
| 2.1. | Posicionamento da cidade..... | 17 |
| 2.1.1. | No contexto Ibérico..... | 17 |
| 2.1.2. | No sistema urbano da Região Centro..... | 18 |
| 2.1.3. | No Eixo Urbano da Beira Interior..... | 19 |
| 2.1.4. | Na CIM Beira Baixa..... | 20 |
| 2.1.5. | No Concelho de Castelo Branco..... | 21 |
| 2.2. | Dinâmicas demográficas..... | 22 |
| 2.2.1. | Estrutura demográfica..... | 22 |
| 2.2.2. | Dinâmica demográfica..... | 24 |
| 2.3. | Dinâmicas económicas..... | 25 |
| 2.3.1. | Tecido produtivo e emprego..... | 25 |
| 2.3.2. | Especialização produtiva..... | 26 |
| 2.3.3. | Espaços de acolhimento empresarial..... | 27 |
| 2.3.4. | Equipamentos de ensino superior e I&D..... | 29 |
| 2.4. | Dinâmicas sociais..... | 30 |
| 2.4.1. | Educação e formação: equipamentos..... | 30 |
| 2.4.2. | Capital humano: qualificação da população ativa e abandono escolar..... | 31 |
| 2.4.3. | Níveis de instrução..... | 32 |
| 2.4.4. | Saúde pública: equipamentos, atividades desportivas/lazer, envelhecimento ativo..... | 34 |
| 2.4.5. | Inclusão social: equipamentos, grupos e áreas urbanas desfavorecidos..... | 35 |
| 2.4.6. | Vida comunitária: associativismo e cultura..... | 37 |
| 2.5. | Dinâmicas urbanísticas..... | 37 |
| 2.5.1. | Evolução urbana..... | 37 |
| 2.5.2. | Estado de conservação e política local de reabilitação urbana..... | 39 |
| 2.5.3. | Energia e eficiência energética..... | 41 |
| 2.5.4. | Acessibilidades e mobilidade..... | 43 |
| 2.5.5. | Estrutura verde urbana..... | 45 |
| 2.5.5.1. | Espaços verdes públicos..... | 45 |
| 2.5.5.2. | Espaços com potencial paisagístico..... | 48 |
| 2.5.6. | Património..... | 51 |
| 2.6. | Diagnóstico prospetivo síntese..... | 52 |
| 3. | Castelo Branco 2020: retrospectiva..... | 57 |
| 3.1. | A estratégia e a sua pertinência atual..... | 57 |
| 3.2. | Balanço do Programa de Ações Mobilizadoras..... | 61 |
| 4. | Castelo Branco 2030: estratégia..... | 65 |
| 4.1. | Visão estratégica..... | 65 |
| 4.2. | Modelo de desenvolvimento urbano..... | 67 |
| 4.3. | Prioridades estratégicas..... | 70 |
| 4.4. | Estratégia urbana integrada..... | 75 |
| 4.4.1. | Zonamento estratégico..... | 75 |

Figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1. Distâncias quilométricas à cidade de Castelo Branco | 17 |
| Figura 2. Sistema urbano da Região Centro | 19 |
| Figura 3. Lugares com mais de 100 habitantes (2011) | 22 |
| Figura 4. Índice de envelhecimento, 2011 | 23 |
| Figura 5. Evolução da população residente | 24 |
| Figura 6. Peso relativo dos setores de atividade na cidade em termos de número de empresas e empregados | 25 |
| Figura 7. Peso relativo dos setores de atividade na cidade em termos de volume de negócios e exportações | 27 |
| Figura 8. Evolução do número de alunos inscritos no IPCB, entre 2006/2007 e 2013/2014 | 30 |
| Figura 9. Evolução da taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular e da taxa de retenção e desistência no ensino básico regular no concelho | 32 |
| Figura 10. Evolução da população residente no concelho com 20 ou mais anos perante o nível de escolaridade | 33 |
| Figura 11. Indivíduos com um curso do ensino superior completo, 2011 | 33 |
| Figura 12. Rede de cuidados de saúde do concelho, 2007 | 34 |
| Figura 13. Desemprego registado no concelho de Castelo Branco, segundo o tempo de inscrição e a idade dos inscritos, entre 2011 e 2014 | 36 |
| Figura 14. Evolução da cidade de Castelo Branco | 39 |
| Figura 15. Época de construção predominante dos edifícios na cidade de Castelo Branco | 40 |
| Figura 16. Proporção de edifícios com necessidade de reparação na freguesia de Castelo Branco, por época de construção e tipo de reparação necessária | 40 |
| Figura 17. Evolução do consumo de energia elétrica no concelho de Castelo Branco, por tipo de consumo | 42 |
| Figura 18. Meio de transporte mais utilizado nas deslocações pendulares pelos residentes na Freguesia de Castelo Branco, em 2001 e 2011 | 43 |
| Figura 19. Rede de ciclovias | 44 |
| Figura 20. Diagnóstico paisagístico | 50 |
| Figura 21. Valores patrimoniais da cidade | 52 |
| Figura 22. Grau de concretização e pertinência atual da Estratégia Castelo Branco 2020 | 59 |
| Figura 23. Grau de concretização das ações mobilizadoras, segundo a Linha de Intervenção | 62 |
| Figura 24. Castelo Branco 2030: Modelo de Desenvolvimento Urbano Sustentável | 68 |
| Figura 25. Articulação das prioridades estratégicas Castelo Branco 2030 | 72 |
| Figura 26. Zonamento estratégico e as grandes unidades morfo-funcionais | 76 |
| Figura 27. Zonamento estratégico e as unidades de planeamento urbanístico | 76 |

Quadros

| | |
|--|----|
| Quadro 1. Matriz de análise SWOT Castelo Branco 2015 – Forças e Fraquezas | 52 |
| Quadro 2. Matriz de análise SWOT Castelo Branco 2015 – Oportunidades e Ameaças | 54 |
| Quadro 3. Prioridades com menor concretização | 60 |

Siglas e Acrónimos Utilizados

| | |
|-------------|---|
| AEBB | Associação Empresarial da Beira Baixa |
| ALE | Área de localização empresarial |
| ALECB | Área de localização Empresarial de Castelo Branco |
| ARU | Área de Reabilitação Urbana |
| AVAC | Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado |
| CATAA | Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar |
| CCCCB | Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco |
| CEDRU | Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano |
| CEI | Centro de Empresas Inovadoras |
| CERNAS | Centro de Estudos em Recursos Naturais |
| CIEBI | Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior |
| CIM | Comunidade Intermunicipal |
| CMCB | Câmara Municipal de Castelo Branco |
| DGEG | Direcção-Geral de Energia e Geologia |
| EPE | Entidade Pública Empresarial |
| há | Hectares |
| I&D | Investigação e Desenvolvimento |
| I&DT | Investigação e Desenvolvimento Tecnológico |
| IC | Itinerário Complementar |
| IEFP | Instituto do Emprego e Formação Profissional |
| INE | Instituto Nacional de Estatística |
| Inovcluster | Associação do <i>Cluster</i> Agro Industrial do Centro |
| IP | Itinerário Principal |
| IPCB | Instituto Politécnico de Castelo Branco |
| IPSS | Instituição Particular de Solidariedade Social |
| Km/h | Quilómetros/hora |
| kWh | Quilowatt/hora |
| LED | <i>Light Emitting Diode</i> |
| NERCAB | Associação Empresarial da Região de Castelo Branco |
| PDM | Plano Diretor Municipal |
| PGU | Plano Geral de Urbanização |
| PLPACB | Plano Local de Promoção das Acessibilidades de Castelo Branco |
| PP | Plano de Pormenor |
| PROT | Plano Regional de Ordenamento do Território |
| PRU | Parceria para a Regeneração Urbana |
| QREN | Quadro de Referência Estratégico Nacional |
| SWOT | <i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i> |
| TUCAB | Transportes Urbanos de Castelo Branco |
| ULS | Unidade Local de Saúde |
| UNESCO | <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> |
| VIH | Vírus da Imunodeficiência Humana |



NOTA DE APRESENTAÇÃO

Da necessidade de um esforço continuado

A sustentabilidade não é uma característica absoluta de um território, de uma organização, de uma cidade, implica um esforço continuado de adequação às circunstâncias determinantes: económicas, sociais, ambientais e culturais.

Este tem sido o princípio que as sucessivas governações de Castelo Branco têm respeitado e que permitiu o crescimento da cidade, apoiado nas quatro dimensões da sustentabilidade. Neste contexto, o documento Castelo Branco 2020 constituiu a base para a consolidação urbana e projeção no futuro da comunidade albicastrense.

A crise económica e financeira, com larga abrangência política, social e cultural que nos últimos anos tem abalado o Mundo e de forma mais incisiva alguns países europeus, mormente Portugal, afetou, naturalmente, Castelo Branco, não obstante a resiliência manifestada por certos segmentos da sua base económica e as medidas de antecipação e mitigação levadas a cabo tanto pelas empresas como pela autarquia.

Alguns sinais dessa crise tornaram-se conspícuos na paisagem económica e social de Castelo Branco, com especial incidência nos segmentos mais sensíveis, como o são os abrangidos pela construção civil e obras públicas, com extensão ao domínio do imobiliário em geral.

E, no entanto, a cidade continua a atrair o visitante, quer pela qualidade do espaço público quer pela vida urbana, onde o bem ordenado tráfico rodoviário não perturba o passeio e a deambulação. O reforço, quantitativo e qualitativo, dos equipamentos culturais e a presença dos estabelecimentos do ensino superior, com as infraestruturas dedicadas à investigação e ao desenvolvimento, marcam a modernidade e a ambição de uma cidade histórica face ao futuro.

É também patente o esforço de amenização do quadro de vida diário, que se evidencia na rede de espaços verdes e de lazer, que em breve estarão bem conectados e alargados a todo o território urbano, em sintonia com uma ambiciosa aposta na ciclovias e nas deslocações pedestres.

É também neste contexto que se justifica a antecipação da revisão estratégica do Castelo Branco 2020, projetando um novo conjunto de ações mobilizadoras no horizonte temporal de 2030.

Trata-se de uma adequação estratégica às novas realidades das envolventes económica e social, que o esforço de desenvolvimento sustentado dos últimos decénios permitiu que se encarassem com serenidade e segurança.

A qualidade do ambiente urbano, a base económica que resistiu à crise e que se encontra em processo de renovação, o capital humano continuamente valorizado e um conjunto de infraestruturas orientadas para a formação, investigação e desenvolvimento nos domínios mais pertinentes para o futuro comunitário de Castelo Branco, são os garantes do bom sucesso no percurso até 2030.

Importa ter sempre presente a ideia com que iniciámos esta nota: a sustentabilidade implica um esforço continuado. Assim, é necessário não subestimar a dimensão da crise que atravessamos e as suas consequências na cidade de Castelo Branco. Por outras palavras, não obstante as conquistas óbvias que se verificaram nos últimos 30 anos, Castelo Branco enfrenta de facto ameaças

tremendas que podem pôr em causa as aquisições, materiais e imateriais, que fizeram desta cidade uma referência do desenvolvimento urbano no interior do País e da Península Ibérica.

Tanto quanto é possível vislumbrar em 2015, o documento Castelo Branco 2030 responde à necessidade desse "esforço continuado", contribuindo para a consolidação dos adquiridos e abrindo novos caminhos de futuro.



NOTA INTRODUTÓRIA

1. Nota introdutória

As cidades desempenham um papel central na estruturação do território nacional e europeu sendo fundamentais para o seu desenvolvimento e para a realização de objetivos de progresso económico, social, cultural e ambiental, bem como para coesão territorial.

O reconhecimento da importância das cidades originou uma maior presença nos instrumentos de apoio ao desenvolvimento e à coesão, nomeadamente nos diversos ciclos de programação de fundos comunitários. A relevância das cidades reflete não só o papel central dos espaços urbanos no processo de desenvolvimento, como a necessidade de dar prioridade às questões urbanas e aos problemas das cidades, para favorecer o crescimento e o emprego nas regiões, mas também para superar as fraturas sociais, culturais e ambientais.

Tendo por referência os objetivos de desenvolvimento urbano sustentável e integrado presentes na Carta de Leipzig (2007), na Declaração de Toledo (2010) e no documento estratégico "Cities of tomorrow - Challenges, visions, ways forward" (2011), a nova política regional europeia reforça a importância das cidades enquanto espaços prioritários para a promoção da competitividade, para a criação de emprego, para a promoção da economia de baixo carbono e para a eficiência na utilização dos recursos. Esta abordagem está igualmente patente na abordagem nacional para a utilização dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEL), conforme é destacado na estratégia "Cidades Sustentáveis 2020".

Considerando o atual contexto nacional e os antecedentes em termos de qualificação e valorização urbana na cidade de Castelo Branco (POLIS, Parcerias para a Regeneração Urbana), o Plano Estratégico Castelo Branco 2030, visa dar continuidade à estratégia de desenvolvimento urbano, social, económico e ambiental, em curso, suportando-a numa nova abordagem operativa estruturada em ações sectoriais integradas de nível local e em projetos urbanísticos a empreender durante os próximos anos. Neste quadro, o Plano Estratégico de Castelo Branco 2030, deverá ser o instrumento enquadrador e indutor do desenvolvimento urbano, estimulando o crescimento e a criação de emprego, promovendo a coesão social e preparando a cidade para os novos desafios do Século XX, tornando-a mais sustentável e resiliente às alterações climáticas.

O presente documento de Estratégia resulta do desenvolvimento da primeira e da segunda fase dos trabalhos e encontra-se estruturado da seguinte forma:

- Castelo Branco 2015: onde se efetua uma avaliação sobre o atual posicionamento da cidade em diversos contextos territoriais (Ibérico, Sistema Urbano da Região Centro, Eixo Urbano da Beira Interior, CIM Beira Baixa e Concelho de Castelo Branco) e onde se realiza um diagnóstico-síntese do período 2001/2014 para as principais dimensões de desenvolvimento (demográficas, económicas, sociais e urbanísticas), incluindo uma sistematização das principais transformações que ocorreram na cidade;
- Castelo Branco 2020: retrospectiva, onde se revisita a abordagem realizada anteriormente, através: i) da avaliação da estratégia preconizada e da sua pertinência atual, ii) da análise dos avanços obtidos na trajetória definida, iii) da realização de um balanço de implementação/operacionalização das intervenções do Programa de Ação.

- Castelo Branco 2030: estratégia de desenvolvimento da cidade no horizonte temporal 2015-2030, onde se define a visão estratégica, o modelo de desenvolvimento urbano e as prioridades estratégicas, e se apresenta também uma estratégia urbana integrada, com objetivos e orientações estratégicas e projetos prioritários para as diferentes áreas e bairros da cidade.

O trabalho apresentado resulta da estreita colaboração entre a equipa técnica do CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda. e a Câmara Municipal de Castelo Branco (autarcas e serviços técnicos), tendo contado também com contributos de diversas personalidades e representantes de entidades locais associados ao desenvolvimento urbanístico, social, cultural e económico da cidade nas últimas décadas, e que foram envolvidas no processo de planeamento estratégico através da participação em *workshops* temáticos realizados em novembro de 2014.

O documento beneficiará ainda dos contributos resultantes do processo de consulta pública que será realizado durante julho de 2015.



CASTELO BRANCO 2015: DIAGNÓSTICO

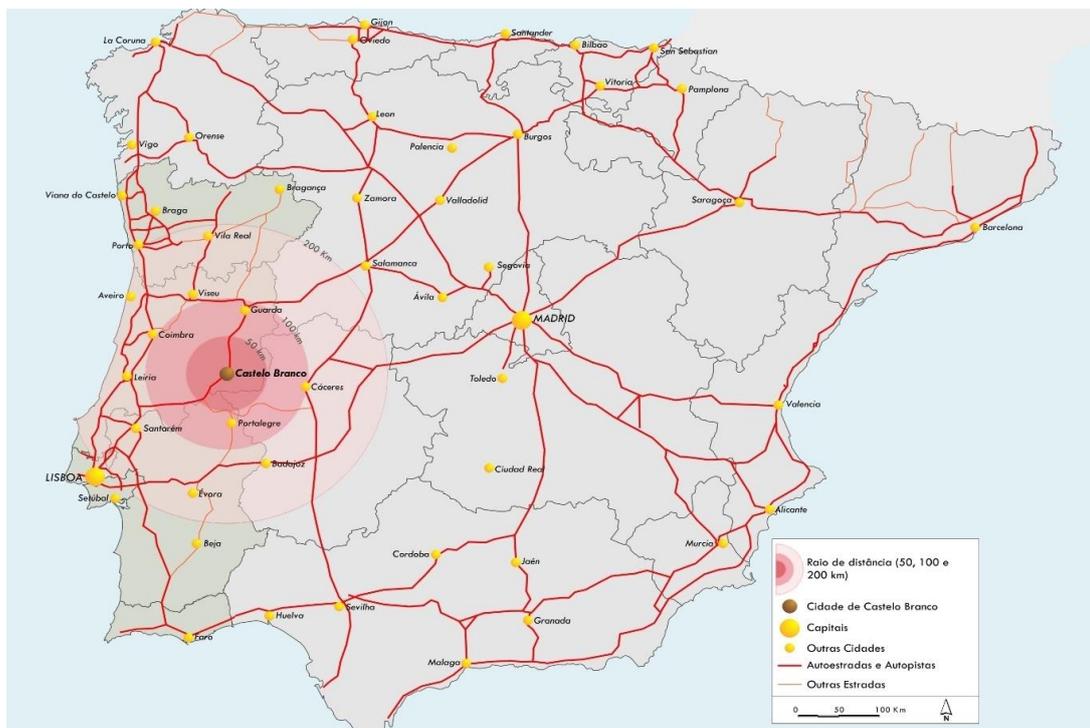
2. Castelo Branco 2015: diagnóstico

2.1. Posicionamento da cidade

2.1.1. No contexto Ibérico

A cidade de Castelo Branco, historicamente, evidencia uma dupla articulação urbana: com Lisboa e com o Arco Urbano do Centro Interior (Fundão, Covilhã e Guarda). Nos últimos anos, o reforço da conectividade rodoviária tem incrementado as suas ligações a ocidente, nomeadamente com o Vale do Tejo e Coimbra (IC8), e a sul, com o Alto Alentejo. Por outro lado, a concretização do IC31 permitirá reforçar as ligações transfronteiriças e “aproximar” a cidade da capital espanhola¹. Este itinerário facilitará o acesso à nova autovia na raia espanhola (EX-A1), reduzindo a distância-tempo a Madrid para cerca de 2 horas (sensivelmente o mesmo que a Lisboa), o que configura uma importante vantagem locativa, reforçando a competitividade da cidade no contexto Ibérico.

Figura 1. Distâncias quilométricas à cidade de Castelo Branco



Fonte: Elaboração Própria (2015)

O fecho da rede arterial rodoviária sub-regional (IC31) irá reforçar decisivamente as ligações inter-regionais e transfronteiriças, podendo constituir-se como um dos principais espaços canal de

¹ O IC31, em perfil de autoestrada, estabelecerá a ligação da A23, em Alcains, à fronteira (Termas de Monfortinho). Em Espanha, terá continuação na EX-A1, convergindo com a autovia A-5, junto a Navalmoral de la Mata. Sublinhe-se, contudo, a necessidade de assegurar a extensão da EX-A1 desde as proximidades de Moraleja até às Termas de Monfortinho (cerca de 18,2 km).

articulação com Espanha, seja da cidade, da sub-região, da região e do próprio país. A proposta de modelo territorial preconizada na proposta de PROT Centro (2011) releva o “papel de internacionalização que o IC31 pode assumir, emergindo como mais uma ligação da aglomeração metropolitana de Lisboa a Madrid”.

À reduzida distância geográfica a outros importantes centros urbanos espanhóis, alia-se um quadro de acessibilidades bastante favorável, concedendo-lhe um posicionamento privilegiado no contexto Ibérico.

2.1.2. No sistema urbano da Região Centro

O Sistema Urbano Regional é composto por uma rede polinucleada onde se destacam Aveiro, Coimbra e Leiria, no Litoral, e Viseu, Guarda e Castelo Branco, no Interior, que funcionam como polos de amarração e de organização territorial e estruturam este sistema em articulação com outros centros urbanos complementares. A sua dimensão populacional, dinâmica económica e dotação de equipamentos, conferem-lhe funcionalidades superiores e uma significativa capacidade polarizadora relativamente à maioria dos aglomerados da Região. Investimentos recentes reforçaram a sua imagem e atratividade, concedendo-lhes, na maioria dos casos, a possibilidade de renovarem funções e possuem uma crescente urbanidade e protagonismo.

Uma análise focada nestas seis cidades, permite relevar o posicionamento de Castelo Branco na armadura urbana e evidenciar fenómenos distintivos que configuram oportunidades ou ameaças, num quadro de maior competitividade regional e de necessidade de conhecer e explorar os fatores diferenciadores que permitam robustecer as condições de atração de pessoas e atividades económicas.

Castelo Branco apresenta quantitativos populacionais relativamente reduzidos, observando-se um diferencial significativo face a Coimbra, Aveiro ou Viseu. Não obstante, a evolução da população a residir na cidade é positiva (13,1%, no último período intercensitário), sobretudo assegurada por migrações intraconcelhias, sendo que, no caso das restantes cidades, observam-se evoluções contrastantes: negativas, em Coimbra (-3,9%), medianamente positivas, na Guarda (5%) e em Aveiro (9,3%), e bastante positivas, em Viseu (14,5%) e em Leiria (18,5%).

Os fluxos migratórios intraconcelhios que têm reforçado a relevância demográfica das cidades nas últimas décadas, e que incidem sobre as classes etárias mais jovens da população, são os principais responsáveis pela definição de uma estrutura ainda relativamente equilibrada, embora o progressivo alargamento do topo (resultado do aumento da esperança média de vida) marque uma tendência recente.

Acompanhando a evolução positiva da dinâmica demográfica, o parque habitacional tem sofrido um acréscimo assinalável nas últimas décadas, embora se observe, genericamente, uma desaceleração nos últimos 7 anos, em resultado da crise económico-financeira. A pressão urbanística, em clara desaceleração, reflete também uma progressiva aposta na reabilitação do parque habitacional, existindo experiências positivas nestas cidades de processos de regeneração demográfica dos espaços centrais.

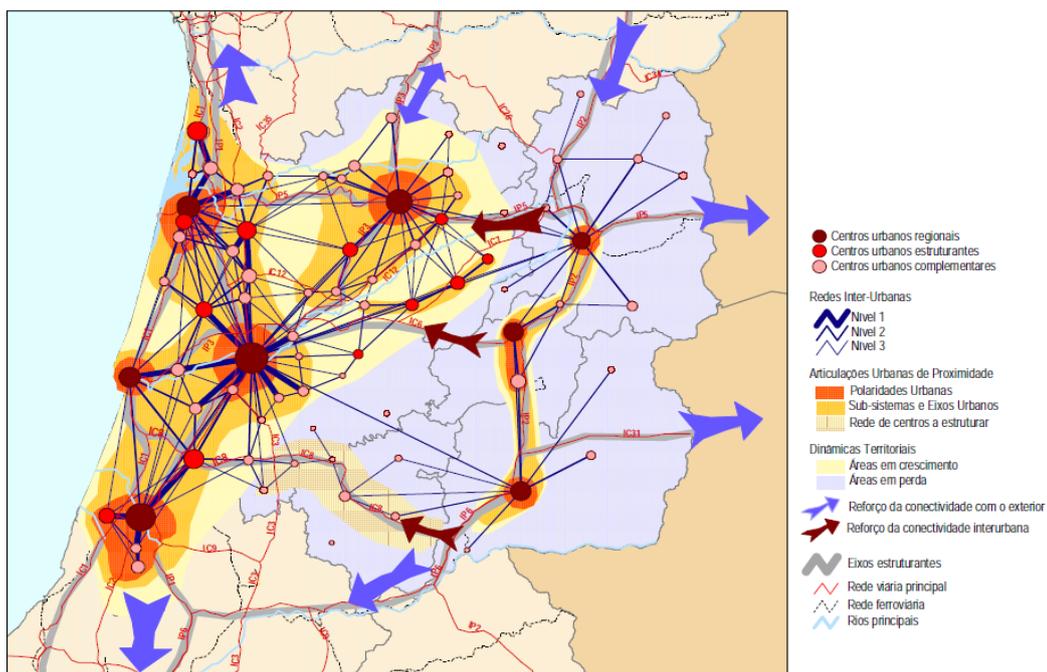
Em 2011, das cidades que compõem o núcleo hierárquico superior do Sistema Urbano Regional, Castelo Branco era a que possuía uma maior relevância na conjugação da função residencial/bacia de emprego concelhia. Cerca de 87,5% da população empregada a residir na cidade, trabalhava no município de Castelo Branco, indiciando, por um lado, uma bacia de emprego capaz de absorver as

necessidades de emprego da população em idade ativa e, por outro lado, a reduzida proporção dos movimentos pendulares extraconcelhios.

Em Castelo Branco, o peso relativo dos residentes com ensino secundário e com ensino superior é equivalente (17,8% e 17,6%, respetivamente) e mais de 1/3 da população residente possui pelo menos a escolaridade obrigatória (12º ano). Este valor agregado afigura-se bastante reduzido quando comparado com Coimbra (45,2%), mas encontra paralelismo com as restantes cidades.

A instalação de grandes unidades empregadoras e a existência de uma estrutura empresarial diversificada, sustentada em micro e pequenas empresas, permite que Castelo Branco possua uma boa capacidade de geração de emprego, mais ou menos qualificado, mitigando a incidência do desemprego face a outras cidades (Castelo Branco é a cidade com menor incidência de desemprego nos estratos etários de idade ativa – 7,6%, em 2011).

Figura 2. Sistema urbano da Região Centro



Fonte: PROT Centro, 2011

2.1.3. No Eixo Urbano da Beira Interior

O "Subsistema Urbano da Beira Interior", configurado no âmbito do PROT Centro, integra os núcleos urbanos de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda e encontra-se estruturado pelo IP2/A23. Constituído pelas principais aglomerações urbanas do interior centro, estas cidades polarizam um extenso território de baixa densidade. Com diferentes perfis funcionais, consoante o território em que se inserem, estas cidades têm em comum a importância das atividades industriais associadas aos setores agroalimentar e ao têxtil.

Atualmente, este eixo apresenta alguns constrangimentos demográficos (redução e envelhecimento populacionais), não obstante o reforço viário de alguns Bnós. Em termos concelhios, dos quatro municípios, apenas em Castelo Branco não se observou uma redução populacional no último período intercensitário. O despovoamento concelhio tem sido acompanhado pelo reforço demográfico e, sobretudo, funcional das sedes de concelho. As cidades de Castelo Branco, Covilhã e Guarda, são

exemplos da forte atração funcional e demográfica das sedes de concelho, exercendo um efeito de “sucção” sobre os restantes aglomerados concelhios. Mais de 3/5 da população residente nos concelhos de Castelo Branco, Covilhã e Guarda reside nestas cidades. Castelo Branco e Guarda, com uma dinâmica funcional e dimensão demográfica significativa, apresentam estruturas etárias relativamente rejuvenescidas, embora com tendência para o envelhecimento, num quadro de progressiva redução das taxas de natalidade. Na Covilhã observa-se um forte envelhecimento populacional, sendo o núcleo urbano onde o fenómeno emerge com maior significado

A contração no sector da construção durante a primeira década de 2000 é evidente quando analisada a informação sistematizada no Recenseamento Geral da População de 2001. No último quinquénio, a proporção de novos edifícios apenas possuiu alguma expressão no Fundão, enquanto nas restantes cidades a edificação recente apresentava valores reduzidos (cerca de 5%).

Com a recente introdução de portagens na A23 e o conseqüente agravamento dos custos de deslocação, deverá ter-se acentuado a aproximação entre o local de residência e de trabalho. A generalidade dos núcleos urbanos do subsistema possuem uma relevante expressão de população residente a laborar no próprio município (superior a 80%), reflexo da capacidade e dinâmica do mercado de trabalho local e de um quadro de condições de vida favorável e atrativo, mas também de uma diminuta integração económica entre os centros urbanos estruturantes.

Na Beira Interior, o forte peso de emprego nas fileiras Agroalimentar e Confeções/Moda, aliada à capacidade empreendedora das micro, pequenas e médias empresas, em setores muito diversificados, tem permitido gerar emprego e atenuar o efeito social provocado pelo encerramento de algumas grandes unidades de indústria têxtil. Por outro lado, as autarquias locais têm desempenhado um papel central no investimento, num quadro de desaceleração do investimento privado na indústria transformadora. A vocação turística conferida pela proximidade à Serra da Estrela e pelos elementos patrimoniais (edificados e naturais) existentes, tem igualmente permitido gerar emprego e absorver parte da mão-de-obra disponibilizada pelo agravamento das condições laborais em alguns setores tradicionais. Neste quadro, observa-se uma reduzida incidência do desemprego na maioria dos principais aglomerados urbanos da Beira Interior, sendo Castelo Branco o que apresentava uma menor taxa de desemprego.

Este território, profundamente marcado por atividades industriais tradicionais, tem vindo a diversificar a sua estrutura funcional e “terciarizar” a base económica. Não obstante, o setor secundário continua a possuir um papel estruturador do emprego sub-regional, representando na Covilhã e em Castelo Branco cerca de 10% do emprego registado.

2.1.4. Na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

A cidade de Castelo Branco, localizada num território de intermediação, entre a Beira Interior Norte, o Alto Alentejo, o Vale do Tejo e a raia central espanhola, enquadra-se na NUTS III da Beira Baixa e na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIM Beira Baixa) que integra os concelhos de Penamacor, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Oleiros e Proença-a-Nova, para além do concelho de Castelo Branco.

A cidade possui uma posição mais relevante no contexto da CIM, com dinâmicas económicas e demográficas incomparavelmente mais positivas que nos restantes núcleos urbanos. Esta importância acrescida, aliada ao quadro de relações que evidencia com os municípios envolventes, demarca a cidade como o lugar central, de nível hierárquico mais elevado, no interior da CIM Beira Baixa e avoca-lhe um papel central na dinamização, consolidação e vertebração deste território.

Dos seis municípios, apenas em Castelo Branco não se observou uma redução populacional no último período intercensitário, apresentando alguns concelhos diminuições bastante significativas – Idanha-a-Nova: -16,7%; Penamacor: -14,7% e Vila Velha de Ródão: - 14,1%). Entre 2001 e 2011, a cidade de Castelo Branco apresentou um crescimento populacional superior a 13%, registando um número de residentes (34.681) que mais do que quadruplica o somatório das restantes cinco sedes de concelho.

O reforço demográfico e funcional de Castelo Branco, em grande parte resultado de intensos fluxos internos do espaço rural para a cidade, foi pouco expressivo nos restantes aglomerados urbanos, não existindo uma amarração funcional e efeito centrípeto acentuado sobre os espaços rurais.

À diminuição dos efetivos populacionais associa-se outra problemática: o progressivo envelhecimento das estruturas etárias. Aglomerados como Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão e, sobretudo, Penamacor, possuem pirâmides etárias caracterizadas por um duplo envelhecimento, com o estreitamento da base e a ampliação do topo. Na CIM Beira Baixa, o quadro evolutivo deste fenómeno tem condicionado a capacidade regenerativa dos concelhos e dos seus principais aglomerados. Embora na cidade de Castelo Branco o fenómeno ainda não apresente contornos tão preocupantes, regista-se nos últimos anos uma redução das taxas de natalidade e de fecundidade que apontam para um progressivo envelhecimento demográfico.

Este envelhecimento justifica, em parte, as baixas qualificações do capital humano. A reduzida expressão da população com habilitações superiores (com exceção da cidade de Castelo Branco), é um dos fatores mais determinantes para a menor capacidade empreendedora e para despoletar internamente processos de desenvolvimento inovadores e ambiciosos.

Os aglomerados sede de concelho, apresentam alguma capacidade de geração de emprego, embora na maioria dos casos fortemente concentrada nos serviços públicos. Genericamente observa-se a prevalência do emprego em serviços prestados pela Administração Local (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia) e por entidades do terceiro setor (misericórdias; outras IPSS). No caso de Castelo Branco, o Hospital e o Instituto Politécnico são as principais unidades empregadoras da cidade. Apesar de em 2011 se registar uma reduzida incidência de desemprego na maioria dos principais aglomerados urbanos da CIM Beira Baixa, nos últimos anos observou-se deste problema, com reflexos no agravamento das condições de vida e no aparecimento de fenómenos de exclusão de alguns grupos mais vulneráveis.

Não obstante a crescente terciarização da base económica, o setor secundário continua a possuir uma relevância acrescida na estrutura de emprego local. Nas últimas décadas, na maioria dos aglomerados sede de concelho, foram desenvolvidas políticas ativas de fomento das atividades industriais, nomeadamente sustentadas na disponibilização de espaços infraestruturados para acolhimento de empresas. Esta aposta consistente e continuada, concorreu para que na maioria das sedes de concelho, a base económica ainda se encontre estruturada pelo sector industrial. Com exceção de Idanha-a-Nova, nos restantes aglomerados da CIM, mais de 1/5 da população residente, encontra-se empregada no setor secundário (em Vila Velha de Ródão, quase 1/3 da população em idade ativa empregada).

2.1.5. No Concelho de Castelo Branco

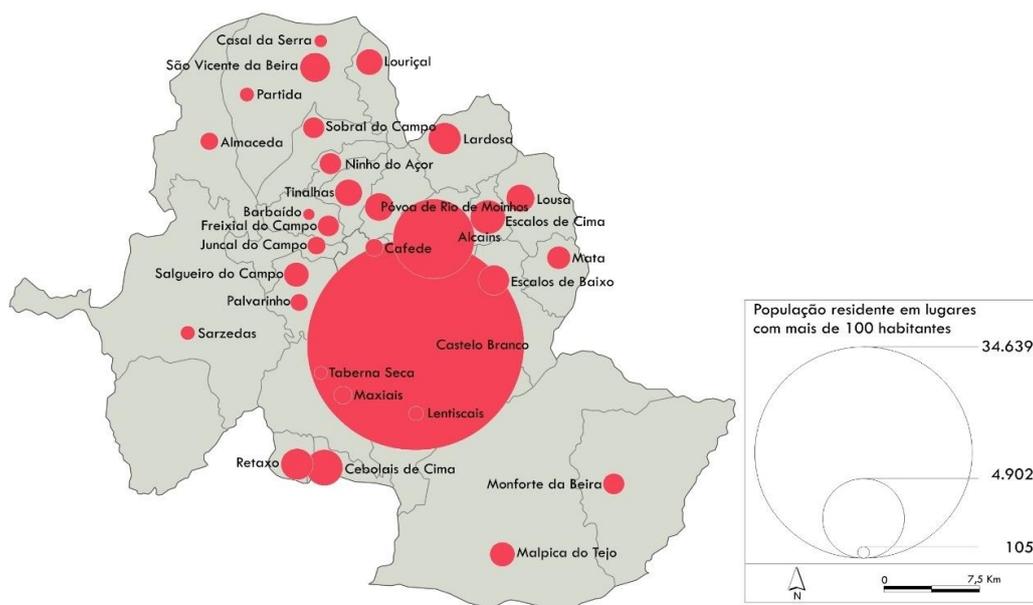
Um aspeto marcante do quadro demográfico da cidade e do concelho de Castelo Branco prende-se com a distribuição intraconcelhia e a evolução dos quantitativos populacionais, na última década. Entre 2001 e 2011, apenas duas freguesias que constituem o município apresentaram um crescimento populacional (Alcains e, sobretudo, Castelo Branco). A freguesia de Castelo Branco é a única

freguesia do concelho que tem apresentado ininterruptamente um aumento da população residente, ao longo dos últimos 60 anos. Em 2001, a cidade concentrava cerca de 3/5 da população do concelho, o que acentuou as características do povoamento concentrado e a descontinuidade populacional no território concelhio.

O reforço demográfico da cidade resultou de um efeito centrípeto bastante acentuado sobre os espaços rurais e restantes aglomerados urbanos concelhios (com exceção de Alcains). Embora se continue a observar uma forte dispersão do povoamento no norte do concelho, os lugares têm vindo progressivamente a reduzir a sua expressão populacional, em resultado do fenómeno de migração interna para a cidade e/ou para a sua envolvente próxima.

Não obstante a cidade tenha sofrido, desde 1991, um acréscimo populacional significativo, registou-se nos últimos anos um incremento importante da população a residir fora do perímetro urbano, mas na proximidade imediata da cidade. Assim, num raio de 10km (definido a partir do centro da cidade) contabilizam-se cerca de 41.225 habitantes (acrécimo de 10.000 habitantes relativamente a 1991), indiciando um aumento populacional considerável neste território contíguo à cidade (e que a prazo pode gerar um fenómeno centrífugo Cidade-Periferia com alguma expressão).

Figura 3. Lugares com mais de 100 habitantes (2011)



Fonte: INE, 2011. Elaboração própria

2.2. Dinâmicas demográficas

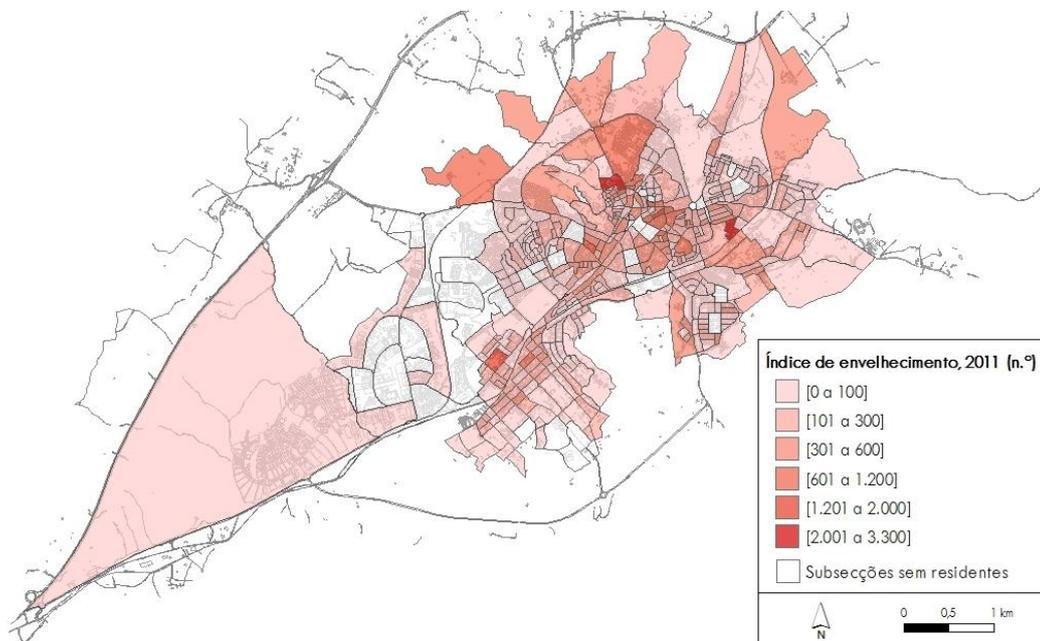
2.2.1. Estrutura demográfica

Em 1991 a idade média da população residente encontrava-se nos 35,8 anos. Em 2001 esse valor elevou-se para os 38,0 tendo-se situado nos 40,9 anos de idade em 2011. A evolução da estrutura etária entre 2001 e 2011 revela um aumento do número de indivíduos com idade igual ou superior aos 30 anos, para ambos os géneros, e uma ligeira diminuição no número de crianças e jovens, o que configura uma tendência de envelhecimento populacional.

Em 2001 o índice de envelhecimento no concelho era de 168 habitantes idosos para cada 100 jovens, enquanto na freguesia de Castelo Branco o rácio era significativamente mais baixo (84,8). À escala da subsecção estatística, o índice de envelhecimento era mais elevado na área central e no centro histórico, com destaque para a zona da Mina e a encosta do Castelo, diminuindo à medida que aumentava a distância a essas áreas, especialmente na área a sudoeste. Esta distribuição alterou-se em 2011, com a disseminação dos valores intermédios do índice de envelhecimento pelas diversas áreas da cidade, embora continuem a ser notados valores mais significativos na área central e centro histórico e em algumas subsecções no Cansado/Horta d'Alva e no Montalvão. Isto permite concluir que, apesar de um maior peso da população idosa no centro, a tendência será para que nas restantes zonas da cidade o índice de envelhecimento venha a aumentar.

O aumento deste índice verificou-se também ao nível concelhio e das freguesias, tendo passado para os 187,9 e para os 110,8, respetivamente. Estes valores refletem a importância que o fenómeno do envelhecimento populacional poderá vir a ter no futuro, sendo já considerável na área central da cidade, especialmente no centro histórico. Porém, atendendo às dinâmicas demográficas habitacionais, é exetável que o crescente peso da população idosa face aos jovens venha a estender-se pela generalidade da malha urbana.

Figura 4. Índice de envelhecimento, 2011



Fonte: INE, 2011. Elaboração Própria

No ano de 2001, o índice de dependência de jovens (número de jovens por cada 100 indivíduos em idade ativa) situava-se, ao nível da freguesia nos 23,1, um pouco acima do verificado para o concelho (20,4) e Beira Interior Sul (19,8). A distribuição deste índice à escala das subsecções estatísticas da cidade ocorre de forma relativamente homogénea. Ainda assim, é possível destacar os casos do Barrocal, Valongo e Santiago onde o valor era mais elevado. Porém, em 2011 registou-se uma redução em todas as subsecções estatísticas, sendo que as que sofreram diminuições menos acentuadas se encontram em zonas residenciais mais distantes do centro, como por exemplo o Valongo, a Quinta da Granja, a Quinta da Pipa, a Carapalha e a Quinta Pires Marques.

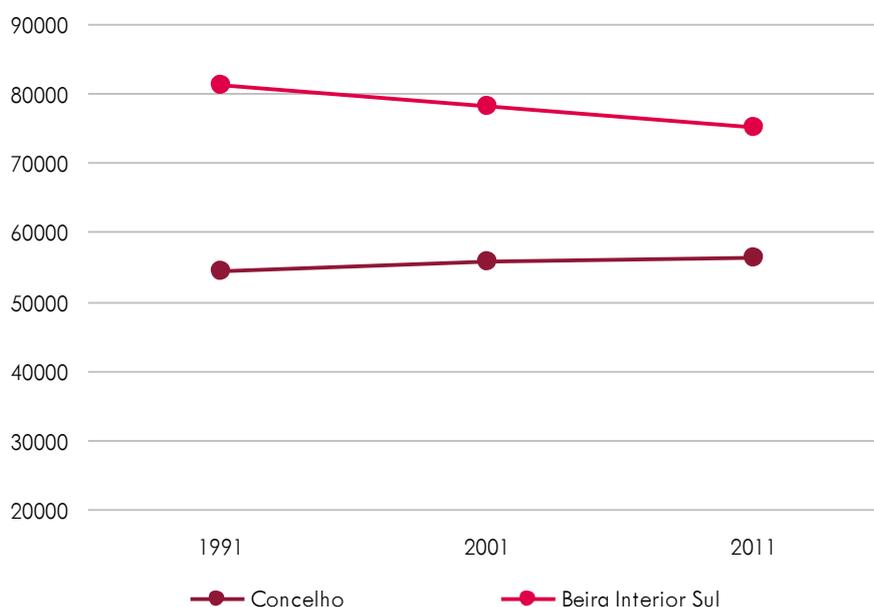
Neste período intercensitário, o índice de dependência de jovens sofreu uma redução de 6,5% à escala da freguesia, passando para os 21,6. A redução foi menos significativa para o concelho e NUTS III, que registaram valores de 19,9 e 19,2, respetivamente. Esta redução é indício da diminuição da taxa de natalidade, o que contribui para uma diminuição do peso das crianças e jovens na estrutura demográfica local.

2.2.2. Dinâmica demográfica

Ainda que Castelo Branco se encontre numa região tradicionalmente associada ao envelhecimento e à perda populacional, os indicadores demográficos mais recentes evidenciaram um ligeiro acréscimo no número de habitantes ao nível concelhio. Entre 2001 e 2011 a população sofreu uma variação positiva na ordem dos 0,7%, atingindo os 56.109 habitantes, confirmando a tendência registada entre 1991 e 2001.

Ainda assim, a generalidade das freguesias do concelho registaram quebras entre 20% a 30%, sendo as mais afetadas: Malpica do Tejo (-31,8%) e Sobral do Campo (-29,1%). As exceções foram as freguesias de Alcains e Castelo Branco que registaram, respetivamente, um aumento de 1,9% e 12,8% no número de habitantes. Assim, Castelo Branco passou dos 31.240 habitantes para os 35.242, o que equivale a 62% da população do concelho e 47% dos residentes na NUTS III Beira Interior Sul (75.028).

Figura 5. Evolução da população residente



Fonte: INE, vários anos. Elaboração Própria

Em 2011 deu-se um aumento generalizado da densidade populacional face a 2001. As subsecções estatísticas mais densamente povoadas localizavam-se na área central da cidade, com algum destaque para o Castelo, Senhora da Piedade e Nuno Álvares, prolongando-se por alguns dos principais eixos

viários até áreas como o Valongo, Carapalha, Cansado, Santiago, Quinta Doutor Beirão, Montalvão, Quinta da Granja sul, Afonso de Paiva e Ribeiro das Perdizes.

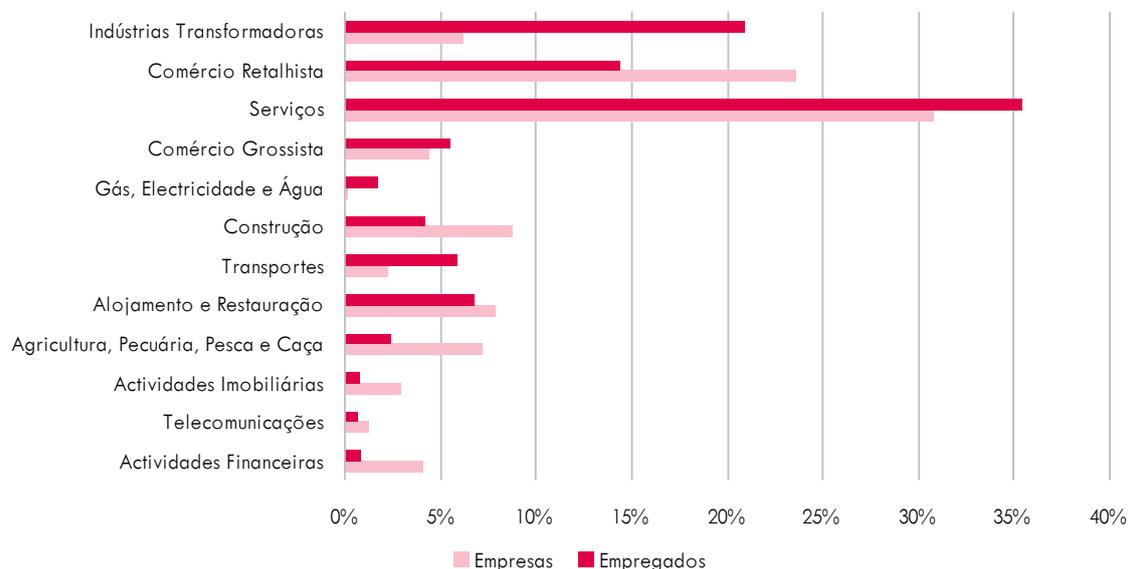
É também perceptível um incremento da densidade populacional nas áreas periféricas em bairros de tipologia principalmente residencial como a Quinta da Granja, Quinta Pires Marques, Quinta da Pipa, Quinta Nova e Boa Esperança.

2.3. Dinâmicas económicas

2.3.1. Tecido produtivo e emprego

A cidade de Castelo Branco concentra a maior parte do tecido empresarial do concelho, sendo também o principal polo de desenvolvimento económico da Beira Interior Sul. Segundo os dados da análise do tecido empresarial de Castelo Branco e com sede fiscal no concelho e cujas contas foram conhecidas até setembro de 2014, realizada para o Município pela Informa D&B Lda. (2014), com 977 empresas em atividade no ano de 2013, a cidade concentrava 79% das empresas do concelho, responsáveis por um volume de negócios anual de 426,8 milhões de Euros (82% do total concelhio) e pelo emprego de 6.096 trabalhadores (84% do total). Por sua vez, segundo dados do INE, em 2011, o concelho de Castelo Branco era responsável por 81,2% do pessoal ao serviço e por 76,5% do volume de negócios gerado por todas as empresas da Beira Interior Sul.

Figura 6. Peso relativo dos setores de atividade na cidade em termos de número de empresas e empregados



Fonte: Informa D&B, "Análise do Tecido Empresarial de Castelo Branco", 2014. Elaboração própria

No tecido empresarial da cidade predominam as empresas de pequena dimensão, sendo que 90,2% tem menos de 9 empregados, um valor superior à média nacional (87,6%). No extremo oposto, as únicas 10 empresas com mais de 249 empregados representam apenas 0,1% do total de empresas, mas

são responsáveis por 35,2% do emprego – uma proporção que é inferior à média nacional (46,2%). A importância destas 10 empresas é também atestada pelo facto de representarem quase um terço (30,6%) do volume de negócios das empresas da cidade.

Apesar da conjuntura económica adversa nos últimos anos, o tecido empresarial local tem continuado a revelar algum dinamismo, sendo que 5,4% das empresas têm menos de um ano e 29,6% têm entre 1 e 5 anos. A proporção das empresas exportadoras (12,9%) é reduzida, o que se verifica também relativamente à média nacional (16,8%), e o volume de exportações (41,8 milhões de Euros em 2013) tem um peso igualmente reduzido relativamente ao volume de negócios total das empresas localizadas na cidade (9,8%). Considerando apenas as empresas exportadoras, o peso relativo das exportações no seu volume de negócios é na ordem dos 20,9% em média.

2.3.2. Especialização produtiva

Ao longo das últimas décadas o tecido produtivo de Castelo Branco especializou-se nas atividades terciárias, em particular no comércio a retalho e por grosso e nos serviços, seguindo a tendência da maior parte das cidades portuguesas. Não obstante, a indústria continua a ser o setor mais relevante em termos de volume de negócios e o segundo em termos de emprego.

Segundo os dados utilizados no estudo da Informa D&B, em 2013 o sector dos serviços era responsável por 35% do emprego na cidade, seguido das indústrias transformadoras (21%) e do comércio retalhista (14%). Estes setores são também os que geram maiores volumes de negócios, encabeçados pelas indústrias transformadoras (189 milhões de Euros, equivalentes a 33% do volume de negócios total gerado na cidade), seguindo-se o comércio retalhista (19%) e os serviços (18%). A indústria transformadora é claramente o sector com maior volume de exportações, na ordem dos 29 milhões de Euros em 2013, um valor bastante superior ao alcançado pelo segundo setor com mais exportações, o comércio grossista, com 9,8 milhões de Euros.

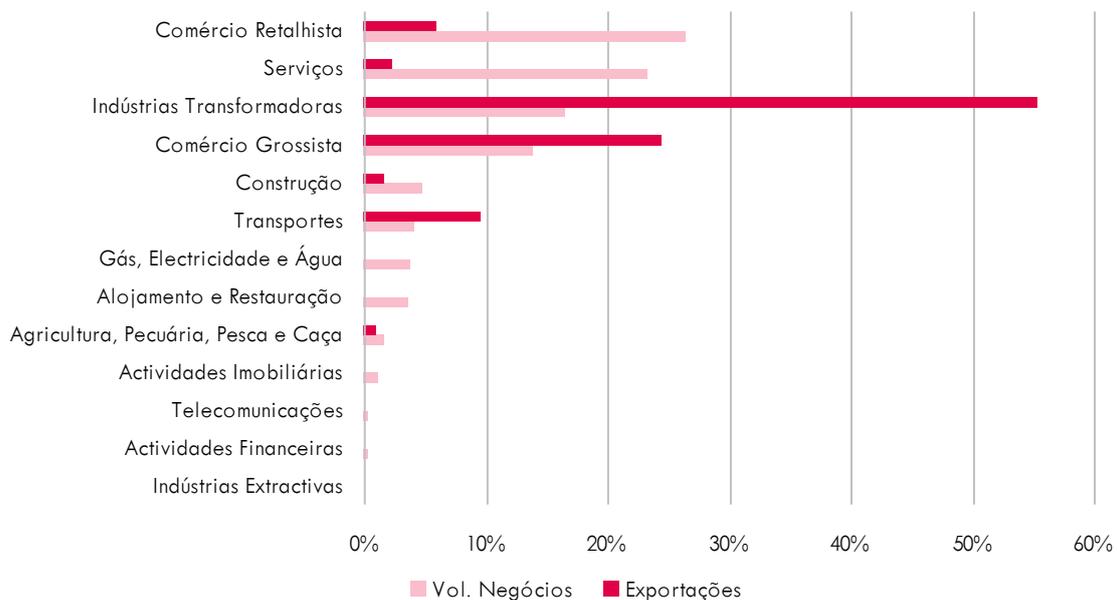
A Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E. é a empresa da cidade com maior número de empregados, 1.236, sendo em grande medida responsável pela posição destacada que o setor dos serviços tem em termos de emprego. No mesmo sector destaca-se também a Hemobiolab - Laboratório de Análises Clínicas, Lda., embora com um número inferior de empregados (76). A firma Delphi Automotive Systems - Portugal, S.A. (fabricação de equipamento elétrico e eletrónico para veículos automóveis) com 1.110 trabalhadores empregados em 2013, é o segundo maior empregador, tendo gerado um volume de negócios de 90 milhões de Euros, integralmente para exportação; todavia, não estando sediada em Castelo Branco, não foi incluída no âmbito do estudo mencionado. Entre as restantes maiores empresas empregadoras na cidade, incluem-se outras importantes indústrias transformadoras, nomeadamente a Danone Portugal S.A.². (229 empregados em 2013), a Centauro Internacional - Trocadores de Calor, Lda. (171 empregados), a Padaria Montalvão, Lda. e a Dinefer - Engenharia e Sistemas Industriais, S.A (ambas com 81 empregados cada), a Marluno - Confeções, Lda. (75) e a Movaço - Movimentação Industrial, Lda. (64).

Para além da grande relevância da indústria transformadora aqui instalada – particularmente na Área de Localização Empresarial –, Castelo Branco continua a ser sobretudo o grande polo de comércio e serviços da Beira Interior Sul. Esta posição foi reforçada com a instalação de uma primeira grande superfície comercial de dimensão regional, em 2007, (o Fórum Castelo Branco, com 76 lojas repartidas por 17.463m²) a que se seguiu uma segunda em 2008 (o Alegro Castelo Branco, com 53 lojas em 19.604m², resultante da ampliação do antigo hipermercado Jumbo).

² Atualmente Schreiber Foods Portugal, SA.

A instalação destas grandes unidades teve um impacto importante no comércio tradicional da cidade, não só pela grande atratividade das insígnias e respetivos produtos comercializadas nos grandes centros comerciais, mas também pelas vantagens que estes espaços comerciais oferecem em termos de conforto e conveniência para o consumidor. Esta perceção decorre também de uma pretensa maior comodidade em termos de acessibilidade e de estacionamento, o que no caso de Castelo Branco não se confirma dado que a área central da cidade (onde se localiza grande parte do comércio tradicional) está igualmente dotada de excelentes acessos e uma grande capacidade de estacionamento – seja no largo da Devesa, no Mercado Municipal, ou em diversos parques de estacionamento de superfície aí localizados.

Figura 7. Peso relativo dos setores de atividade na cidade em termos de volume de negócios e exportações



Fonte: Informa D&B, "Análise do Tecido Empresarial de Castelo Branco", 2014. Elaboração própria

Não obstante estes impactes, importa sublinhar a resiliência evidenciada pelo comércio tradicional, sobretudo numa conjuntura económica adversa, com a subsistência de um aparelho diversificado, implantado ao longo das principais artérias do centro cívico, mas também com a proliferação de pequenas centralidades comerciais de proximidade, localizadas um pouco por toda a área urbana. Sobretudo nas áreas centrais dos bairros periféricos, é evidente a existência de um *mix* funcional nos edifícios, em que a função residencial dos pisos superiores coexiste com empresas de comércio e serviços a funcionar nos pisos térreos.

2.3.3. Espaços de acolhimento empresarial

A Área de localização Empresarial de Castelo Branco (ALECB) é uma zona industrial polivalente, com cerca de 280ha infraestruturados, que foi instituída e é gerida pelo Município, sendo constituída pela antiga Zona Industrial de Castelo Branco e a respetiva área de expansão. O desenvolvimento da zona

industrial determinou alterações na estrutura económica do concelho, mas também da Beira Interior, tendo potenciado o crescimento das atividades ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços.

A criação da ALECB remonta à década de 1970, quando o Município iniciou a aquisição de terrenos na zona poente da cidade com o intuito de criar a Zona Industrial de Castelo Branco. As primeiras empresas começaram a ser instalados na década de 1980, ancoradas no Centro de Formação Profissional e na fábrica da Progurtes (mais tarde adquirida pelo grupo Danone). O forte estímulo ao investimento dado pela autarquia, que assumiu a infraestruturização dos terrenos e promoveu uma política de venda de lotes a preço simbólico, foi decisivo para a consolidação desta zona industrial e para a atração de importantes empreendimentos industriais de empresas estrangeiras, como a Cablesa, a Bitzer, a Arox, a HMR e, mais tarde, a Danone.

Em 1999, a autarquia iniciou o processo de expansão da zona industrial, com a aquisição e infraestruturização de 122ha de terrenos adicionais, um investimento superior a 8 milhões de Euros que aumentou em 77% a área disponível para o acolhimento empresarial. A par desta expansão, outros investimentos na rede de infraestruturas de transportes e energéticas, nomeadamente a A23, a eletrificação da linha de caminho-de-ferro da Beira Baixa e a rede de gás natural, vieram reforçar a competitividade e atratividade da ALECB.

O Plano de Pormenor de Ampliação da Zona Industrial de Castelo Branco foi publicado em 20 de Agosto de 2001. Contudo, em 2004 foi suspensa a aplicação de algumas alíneas do Regulamento, fundamentada na verificação de circunstâncias excecionais, resultantes da alteração das perspetivas de desenvolvimento económico e social local, através da implantação de novas unidades industriais na zona de expansão prevista no Plano de Pormenor em vigor, incompatíveis com a aplicação das referidas disposições regulamentares.

Atendendo a esta situação e à necessidade de se proceder ao ajustamento da dimensão e anexação de alguns lotes para dar resposta à procura por áreas de maior dimensão, foi desencadeada em 2006 a revisão do Plano de Pormenor. O número de parcelas totais da área de intervenção do Plano passou então de 215 para 198, sendo que a área abrangida pelo Plano de Pormenor é de 1.346.601,98 m².

Na ALECB estão atualmente instaladas mais de 200 empresas, de diversos sectores de atividade, dos quais se destacam a refrigeração e AVAC (fabrico, montagem e assistência), o agroalimentar (fabrico de iogurtes e de queijo, transformação de carnes; panificação) os equipamentos elétricos e eletrónicos (conceção e fabrico de componentes elétricos e eletrónicos para indústria automóvel), os artigos de plástico para a construção e outros artigos de plástico e o vestuário e confeção (fabrico de vestuário exterior e de confeção têxtil).

Com o objetivo de apoiar a criação de novas empresas de base tecnológica, em julho de 2013 foi criado o Centro de Empresas Inovadoras de Castelo Branco (CEI). A gestão deste equipamento está associada ao CATAA – Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar, em parceria com o IPCB, o Inovcluster – Associação do Cluster Agro Industrial do Centro, o CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior e a ACICB – Associação Empresarial da Beira Baixa.

Uma das principais vantagens do CEI reside no apoio prestado à gestão das empresas incubadas, através de mentoria, formação, *networking*, apoio na procura de financiamento, avaliação da inovação e do modelo de negócio e apoio ao desenvolvimento do plano de negócio. Estes incentivos destinam-se a empresas ou projetos com menos de dois anos, que tenham como objetivo o desenvolvimento de atividades inovadoras, que, embora em estado embrionário ou com recursos limitados, tenham potencial para se tornar projetos de sucesso e motores de desenvolvimento local. Com capacidade para 40 empresas, em meados de 2014, o CEI abriu concurso para a instalação dos primeiros projetos empresariais, disponibilizando aos empreendedores espaços de incubação a custo

reduzido. Foram admitidas 50 iniciativas empreendedoras, que envolvem cerca de 110 pessoas, com projetos inovadores em áreas como: ingredientes alimentares; queijos; alimentação saudável; agricultura de precisão; apicultura; *design* de novos produtos têxteis; instrumentação para a saúde; neurociências; *software*; aplicações tecnológicas para *smart cities*; aplicações para aparelhos móveis; jogos eletrónicos; áudio visual e media; marketing digital; publicação editorial e turismo.

2.3.4. Equipamentos de ensino superior e I&D

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) foi criado em 1979, tendo as suas duas escolas superiores iniciais entrado em funcionamento em 1982 (Escola Superior Agrária) e 1985 (Escola Superior de Educação). Desde então, a instituição expandiu os seus domínios de intervenção e cresceu consideravelmente em termos de oferta formativa e número de alunos, acompanhando a tendência de crescimento do ensino superior em Portugal que caracterizou, sobretudo, a década de 1990. Nos últimos anos, em linha com a tendência registada na maioria dos estabelecimentos de ensino superior nacionais, o número de alunos inscritos tem vindo a diminuir, passando de 4.806 alunos no ano letivo 2008/2009 (o pico dos últimos 8 anos) para 3.940 alunos em 2013/2014.

Para Castelo Branco – assim como para outras cidades médias do interior – a criação e consolidação de um estabelecimento de ensino superior representou uma oportunidade de revitalizar socialmente a cidade, atraindo e fixando jovens alunos e professores provenientes de outras regiões do país.

Em termos urbanísticos, o IPCB constituiu uma oportunidade para reabilitar alguns espaços nobres da cidade, para reestruturar a malha urbana num contexto de centrifugação de grandes unidades industriais para a ALÉ, para cerzir diferentes espaços funcionais da cidade e, também, para a criar novas polaridades urbanas. Este processo de crescimento permitiu a reabilitar e ampliar um antigo colégio no centro da cidade, onde funcionam os serviços centrais e os serviços de ação social. Ainda nesta área, a Escola Superior de Educação e as três residências universitárias contribuíram também para a revivificação do centro da cidade.

Por sua vez, junto ao limite nascente da cidade, instalou-se a Escola Superior Agrária, na Quinta da Sr.^a de Mércos. Já durante a década de 1990, a criação do Campus da Talagueira contribuiu para cerzir o tecido urbano entre a zona central da cidade e o Parque Industrial, numa tentativa de aproximar, também espacialmente, o ensino, a investigação e o mercado de trabalho. Neste campus, localizado próximo das instalações do ex-NERCAB (AEBB), funcionam atualmente a Escola Superior de Tecnologia³, a Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias e a mais recente Escola Superior de Artes Aplicadas.

Em termos socioeconómicos, o IPCB gerou impactes muito positivos na cidade, devendo-se destacar:

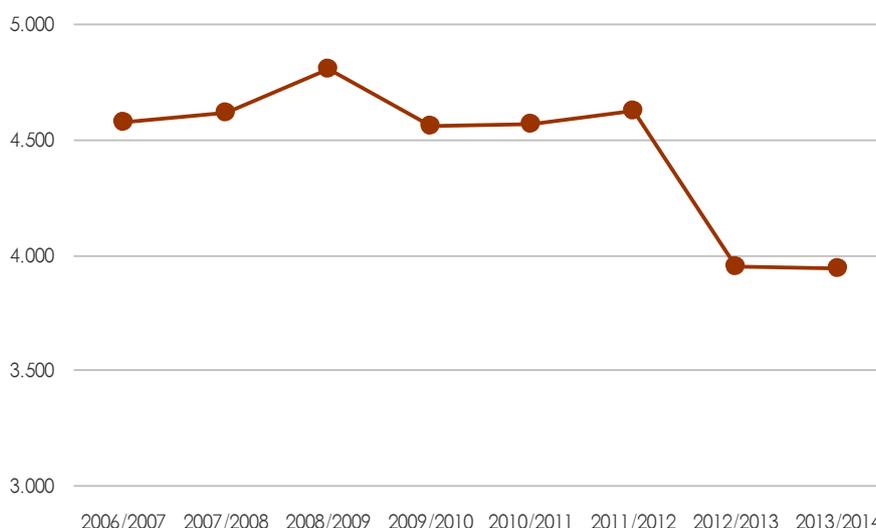
- O aumento do nível de qualificação dos recursos humanos, incluindo em áreas formativas estreitamente relacionadas com as atividades económicas tradicionalmente mais relevantes na região (agronomia, enfermagem veterinária, engenharia biológica e alimentar, nutrição humana e qualidade alimentar, design de moda e têxtil, engenharia industrial, serviço social...), mas também em áreas de atividade ambicionadas como caminhos de futuro para a economia local (gestão hoteleira e turística, engenharia das energias renováveis, design de comunicação e produção audiovisual, design de interiores e de equipamento, música...).

³ A extinção da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do IPCB, em 1997, suscitou a criação de duas novas escolas: a Escola Superior de Tecnologia e a Escola Superior de Gestão, que funciona em Idanha-a-Nova.

- O aumento da competitividade e inovação do tecido económico local, através de processos de transferência e partilha de conhecimento enquadrados pelos inúmeros protocolos de cooperação estabelecidos entre com empresas locais e regionais e outras instituições.

Apesar das escolas superiores terem desenvolvido uma relação estreita com diferentes sectores empresariais da região, as atividades de I&D desenvolvidas no IPCB têm uma expressão relativamente reduzida, com apenas uma unidade de I&D registada na Fundação para a Ciência e a Tecnologia: o CERNAS - Centro de Estudos em Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade, que tem como entidade gestora o Instituto Politécnico de Coimbra.

Figura 8. Evolução do número de alunos inscritos no IPCB, entre 2006/2007 e 2013/2014



Fonte: Relatórios de Gestão do IPCB, vários anos. Elaboração própria

Neste contexto, a criação do CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agro Alimentar de Castelo Branco veio colmatar a necessidade de um centro de I&D que servisse de plataforma para a articulação entre as atividades de investigação desenvolvidas nas instituições de ensino superior da região e as empresas do setor agroalimentar, um dos pilares da economia regional.

2.4. Dinâmicas sociais

2.4.1. Educação e formação: equipamentos

De acordo com a Carta Educativa do concelho, no ano letivo de 2006/2007 existiam 80 estabelecimentos de ensino em Castelo Branco, distribuídos pelo ensino pré-escolar e restantes ciclos educativos obrigatórios, bem como 5 estabelecimentos do ensino superior.

A oferta maior encontrava-se ao nível do ensino pré-escolar com 34 estabelecimentos, sendo 20 públicos e 14 privados. O 1.º ciclo do ensino básico era lecionado em 33 escolas, das quais apenas

duas não pertenciam à rede pública. Nos restantes níveis de ensino existiam 9 escolas com o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e 4 do ensino secundário, todas elas públicas. A oferta de ensino superior era assegurada por 5 escolas do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Em 2011, existiam 2.497 residentes em Castelo Branco a frequentar o ensino superior. O ensino secundário era frequentado por 2.355 alunos, seguido do 1.º ciclo do ensino básico, com 2.153 alunos. O 2.º ciclo do ensino básico e o ensino pré-escolar registavam o menor número de inscritos, com 1.169 e 1.280, respetivamente.

Os cursos profissionais registaram, no ano letivo de 2007/2008, um aumento significativo da procura (superior ao registado a nível nacional), embora no ano letivo seguinte esta tenha diminuído.

2.4.2. Capital humano: qualificação da população ativa e abandono escolar

Durante o último período intercensitário, a população ativa com menores qualificações reduziu substancialmente o seu peso relativo. Os indivíduos ativos sem instrução diminuíram 1%, passando de 1,9% para 0,9% do total da população ativa em 2011. Em 2001, o grau de ensino com maior expressão era o 1.º ciclo do ensino básico, com mais de 30%, enquanto esse valor em 2011 era de apenas 14,9%, correspondendo a uma diminuição superior a 50%.

Por seu lado, nos níveis de habilitações mais elevadas, ou seja, no ensino secundário e no ensino superior, assinalou-se um aumento de 24% e 65%, respetivamente, passando o ensino superior a ser a qualificação com maior incidência na estrutura da população ativa do concelho (33%)

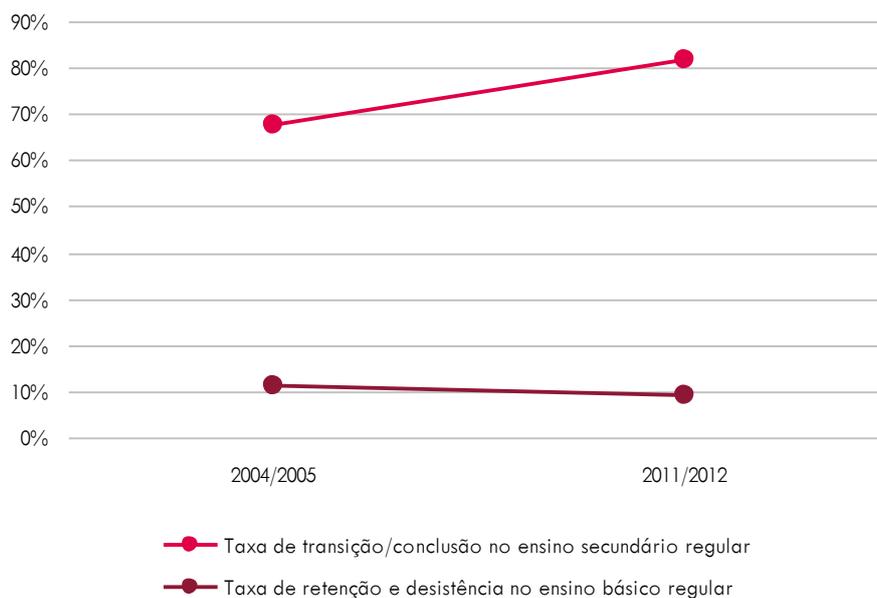
Esta evolução contribuiu para que, em 2011, a proporção da população ativa com ensino superior no concelho (28,4%) fosse superior à média nacional, que se situava nos 24,3%. Para tal contribuiu o facto de mais de 33% da população ativa da freguesia de Castelo Branco ter o ensino superior.

Para a trajetória positiva da estrutura de qualificações contribuiu também a melhoria dos indicadores relacionados com o aproveitamento escolar. A taxa de abandono escolar do concelho teve uma redução considerável, entre 1991 e 2011, tendo passado dos 7,1% para os 1,8%.

Paralelamente, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário aumentou dos 67,7% no ano letivo de 2004/2005 para os 81,7% em 2011/2012. A taxa de retenção e desistência no ensino básico regular registou uma melhoria mais ligeira, ainda que positiva, baixando dos 11,2% para os 9,1%.

Tal como se verifica em relação ao abandono escolar, estes indicadores apresentam uma evolução positiva no aproveitamento escolar dos alunos do concelho. O facto de, nos anos letivos em questão, a proporção de alunos que desistiu do ensino básico ter diminuído e terem aumentado aqueles que transitam e concluem o ensino secundário, reflete o envolvimento entre toda a comunidade educativa na promoção da escolaridade e de respostas para a retenção e abandono escolar.

Figura 9. Evolução da taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular e da taxa de retenção e desistência no ensino básico regular no concelho



Fonte: INE. Elaboração Própria

2.4.3. Níveis de instrução

Analisando a evolução da escolaridade da população no concelho entre 2001 e 2011, são visíveis diferenças substanciais, especialmente nos extremos dos níveis de ensino. Registou-se uma forte diminuição da proporção de indivíduos sem qualquer formação (de 23,6% para 12,9%) e um aumento no número de diplomados do ensino superior, que representam 15,8% da população em 2011 contra apenas 8,5% em 2001. Verificou-se também uma diminuição das pessoas com apenas o 1.º e o 2.º ciclo do ensino básico, tendo aumentado o valor daqueles com o 3.º ciclo e com o ensino secundário.

Relativamente à distribuição pelas subsecções estatísticas dos indivíduos com o ensino secundário completo, entre 2001 e 2011 registou-se uma maior dispersão destes indivíduos. Realce-se que em 2001 nenhuma das subsecções estatísticas registava uma percentagem de indivíduos com o ensino secundário maior que 50%, ao passo que em 2011 esse valor é ultrapassado em várias delas. A sua distribuição faz-se também de forma mais homogénea, tendo ocorrido uma dispersão pelas áreas periféricas da cidade, ao contrário do que sucedia em 2001, quando havia uma maior concentração na zona central.

No que diz respeito ao aumento da população com o ensino superior, a dinâmica concelhia e da freguesia de Castelo Branco está em linha com a tendência nacional, apresentando uma melhoria neste indicador para o período intercensitário em questão, traduzida também numa distribuição mais homogénea pela estrutura urbana. Em 2001, as subsecções onde se encontrava a proporção mais significativa de indivíduos com um curso superior completo eram algo reduzidas e localizadas próximo do centro da cidade. Em 2011, é perceptível um aumento do número de subsecções estatísticas em que a preponderância da população residente com ensino superior é mais elevada. Paralelamente a este aumento deu-se uma dispersão dos diplomados pela cidade, sobretudo nos bairros residenciais como a Quinta da Granja, Santiago e Quinta da Granja Sul. Em algumas destas subsecções a proporção de indivíduos com o ensino superior superava os 60%.

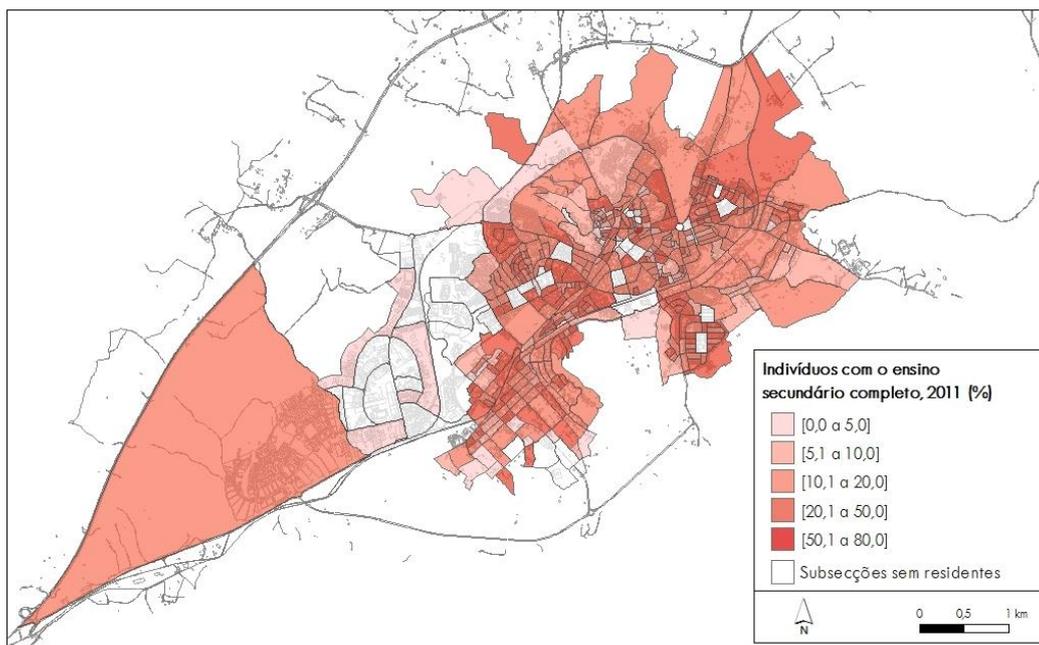
Apesar da melhoria registada nos níveis de instrução da população do concelho e da cidade, subsistia uma parte da população sem qualquer tipo de formação ou escolaridade, e que não sabe ler e escrever. Embora ao nível concelhio a taxa de analfabetismo em 2011 (6,9%) fosse superior às médias nacionais, na freguesia de Castelo Branco o valor era bastante inferior (3,6%). Este fenómeno encontrava-se concentrado em áreas como a encosta do Castelo, Mina, e Barrocal.

Figura 10. Evolução da população residente no concelho com 20 ou mais anos perante o nível de escolaridade



Fonte: INE, vários anos. Elaboração Própria

Figura 11. Indivíduos com um curso do ensino superior completo, 2011



Fonte: INE, 2011. Elaboração própria

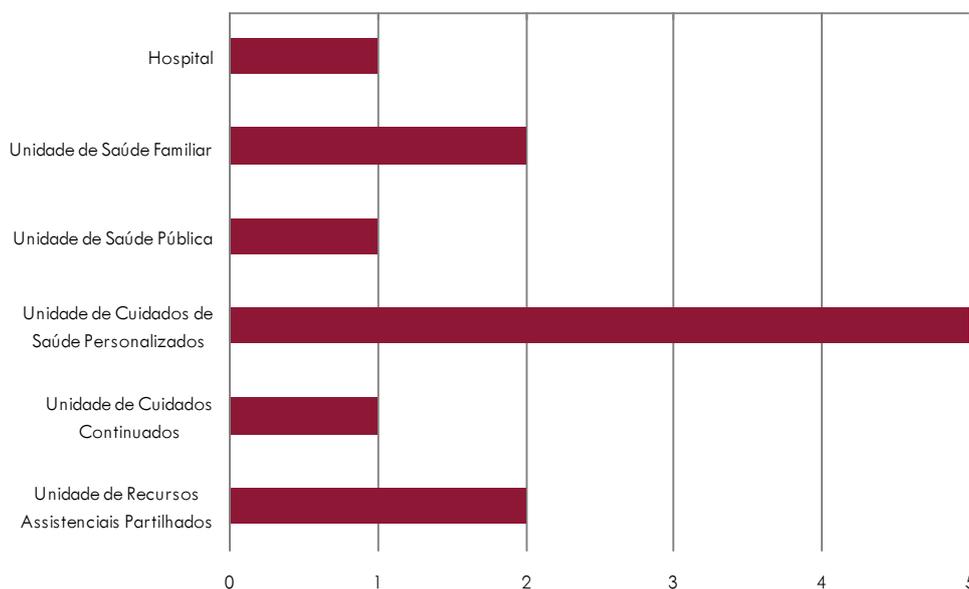
2.4.4. Saúde pública: equipamentos, atividades desportivas/lazer, envelhecimento ativo

A oferta de equipamentos e serviços de saúde no concelho centra-se principalmente na cidade, apesar de, segundo o Diagnóstico Social de Castelo Branco, existirem em 2007 cerca de 20 extensões de saúde nas restantes freguesias do concelho.

A rede de cuidados de saúde em 2007 era composta por 12 equipamentos, enquadrados na Unidade Local de Saúde (ULS) de Castelo Branco. Ao nível dos cuidados de saúde primários, existiam duas unidades de saúde familiar em dois centros de saúde (Centro de Saúde de S. Tiago e Centro de Saúde de S. Miguel). Os cuidados de saúde secundários, de carácter mais diferenciado, eram garantidos pelo Hospital Amato Lusitano. Paralelamente existiam uma unidade de cuidados continuados e duas unidades de recursos assistenciais partilhados, enquadradas na rede de cuidados de saúde continuados. Existiam também cinco unidades de cuidados de saúde personalizados, a tipologia de serviço mais numerosa.

A proporção de enfermeiros por 1.000 habitantes aumentou entre 2002 e 2012, de 7,9 para 9,1, estando o valor concelhio numa situação mais favorável que as médias regionais e nacionais. A proporção de médicos por habitante registou igualmente uma evolução positiva, ainda que mais ligeira que a verificada para os enfermeiros. Em Castelo Branco existiam, em 2002, três médicos para cada 1.000 habitantes, valor que subiu para os 3,7 em 2012. Em ambos os períodos o valor concelhio é inferior à média nacional.

Figura 12. Rede de cuidados de saúde do concelho, 2007



Fonte: CMCB, Diagnóstico Social de Castelo Branco. Elaboração Própria

O Hospital Amato Lusitano era o único equipamento com serviço de internamento, disponibilizando, em 2011, 317 camas (310 em 2001). Isto significa que, em 2011, existiam no concelho 5,6 camas por cada 1.000 habitantes, valor superior ao verificado para a região Centro (2,8) e para a média nacional (3,4). O valor para a Beira Interior Sul era de 4,2, sendo este o único hospital da NUTS III com a

valência de internamento. A taxa de ocupação das camas (64,7% em 2011) é bastante inferior às médias regionais e nacionais.

No que diz respeito aos equipamentos de apoio social a idosos, existe uma rede no município que procura dar resposta às necessidades desta população e contribuir para a mitigação das consequências do envelhecimento. Segundo a Carta Social, em 2013 existiam na freguesia dois centros de dia, com 50 vagas e uma elevada taxa de ocupação (92%). Os dois centros de convívio têm capacidade para 293 frequentadores, encontrando-se todas elas ocupadas. O serviço de apoio domiciliário tem capacidade para dar resposta a 272 utentes, encontrando-se 137 a usufruir deste serviço. Finalmente, a estrutura residencial para idosos dispunha de 458 vagas, com uma taxa de ocupação de aproximadamente 85%.

A educação e o perfil de competências desempenham um papel importante na promoção e salvaguarda de uma vida social ativa e funcional, o que contribui para indivíduos potencialmente mais autónomos e envolvidos numa cidadania ativa. No universo da população idosa sem qualquer nível de escolaridade, os indivíduos com 75 ou mais anos representam mais de 70%, valor muito superior ao registado para aqueles com 65 a 69 anos que representam menos de 10% do total, ao passo que indivíduos entre os 70 e os 74 anos constituem 18,5% da população em questão.

A oferta de equipamentos desportivos no concelho é composta por uma tipologia bastante diversificada, com 105 equipamentos divididos por 12 tipos de respostas distintas. Os polidesportivos são a tipologia mais comum na freguesia de Castelo Branco, seguidos dos campos de futebol, dos gimnodesportivos e dos campos de ténis e piscinas cobertas.

2.4.5. Inclusão social: equipamentos, grupos e áreas urbanas desfavorecidos

Segundo os dados mais recentes do IEFP, entre 2011 e 2014 o número de desempregados registado no concelho de Castelo Branco aumentou cerca de 9,3%. Agravou-se sobretudo o desemprego de longa duração, já que o número de desempregados inscritos há mais de um ano aumentou, entre 2011 e 2014, cerca de 58,7%. Os desempregados entre os 35 e os 54 anos são o grupo de maior dimensão, embora o aumento mais significativo se tenha registado para a população com 55 ou mais anos de idade. Nos escalões etários mais novos, registaram-se algumas melhorias, uma vez que os inscritos com menos de 25 anos diminuíram 1% e aqueles com idades entre os 25 e os 34 anos diminuíram 3%.

Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de desemprego era mais elevada nas mulheres (10,8%), sendo de destacar o valor registado para os mais jovens com idades entre os 15 e os 25 anos (26,3%), o que indicia uma aparente dificuldade na transição da vida escolar para a vida profissional. O desemprego entre os diplomados do ensino superior registou um ligeiro aumento (0,5%) entre 2011 e 2014. Da mesma forma, os inscritos no centro de emprego com formação ao nível do ensino secundário foram a tipologia que registou o maior aumento para o período em questão, passando dos 23,9% para os 26,3%.

Os núcleos familiares monoparentais e as famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos devem também ser enquadrados como grupos vulnerável devido às suas características e condição social, já que estão particularmente expostas às situações de isolamento e pobreza. Em 2011, existiam em Castelo Branco 1.188 idosos a viver sozinhos, ao passo que os núcleos familiares monoparentais eram 2.072.

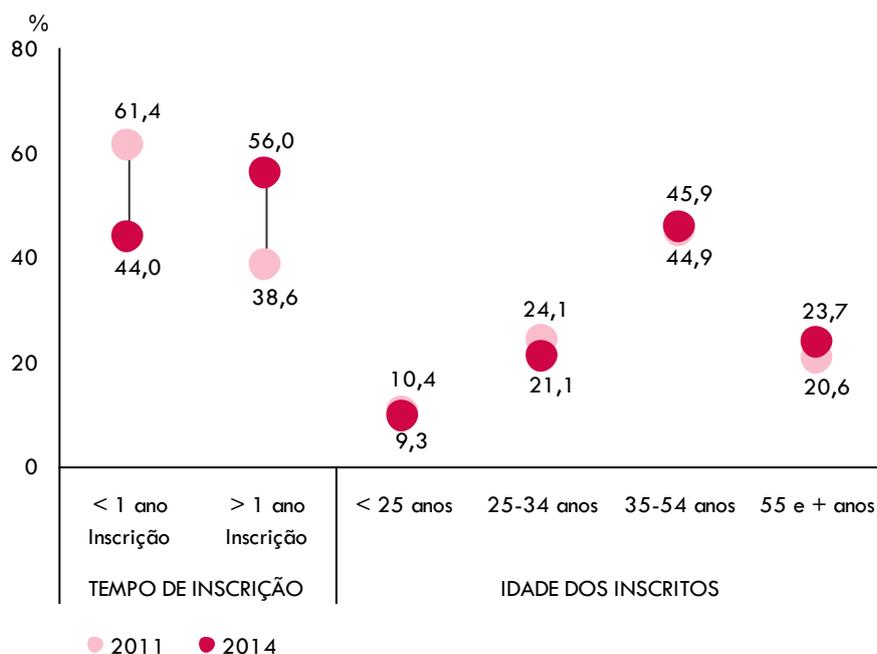
Os beneficiários do Rendimento Social de Inserção (1.699) podem também ser enquadrados neste conjunto de grupos vulneráveis, assim como os pensionistas (17.717) que representam parte significativa da população residente no concelho.

Nos últimos anos registou-se um aumento significativo de pedidos de habitação. Em 2009 deram entrada nos serviços camarários de Castelo Branco, 37 pedidos, ao passo que, em 2011, esse valor passou para 496. Apesar deste aumento, entre 2009 e 2011 deu-se uma diminuição dos contratos de arrendamento de habitação social na ordem dos 5% (em 2009 existiam 299 contratos, tendo esse valor diminuído para os 282 em 2011). Esta situação pode não ser reflexo real da necessidade de habitação, mas sim estar associada à abertura de concursos para habitação, o que contribui para o aumento destes pedidos.

De acordo com a Carta Social, existem em Castelo Branco um total de 113 equipamentos sociais distribuídos por diversas valências e tipologias de resposta. A mais comum é dirigida para a população idosa, representando mais de metade da oferta disponível (62,8%). As respostas para a população infantil e juvenil representam cerca de 23% da oferta, sendo a segunda tipologia mais significativa. As respostas sociais relacionadas com a população adulta portadora de deficiência têm um peso de 8% no contexto total das respostas sociais. Já as tipologias com menos significado são as relacionadas com a família e comunidade (3,5%) e as pessoas toxicodependentes e com VIH/SIDA com um peso de 0,9% cada.

No que diz respeito às taxas de ocupação, as tipologias relacionadas com a família e comunidade e com as pessoas com VIH/SIDA encontram-se totalmente ocupadas. Por sua vez, os equipamentos vocacionados para apoiar toxicodependentes têm ocupações na ordem dos 30%. As restantes tipologias têm taxas de ocupação entre os 76,2% (crianças e jovens) e os 80,9% (adultos com deficiência).

Figura 13. Desemprego registado no concelho de Castelo Branco, segundo o tempo de inscrição e a idade dos inscritos, entre 2011 e 2014



Fonte: IEFP, 2011 e 2014. Elaboração própria

Note-se que os equipamentos de resposta social a idosos são os que existem em maior número (71 unidades com capacidade de resposta para 2.773 indivíduos). Já relativamente ao número de creches face ao número de crianças com idade até aos 4 anos, o rácio concelhio é de 125 crianças por creche.

2.4.6. Vida comunitária: associativismo e cultura

De acordo com informação da CMCB, o tecido associativo concelhio era composto por 87 associações, das quais 44 tinham fins culturais e recreativas e 43 desportivos, o que representa uma distribuição por tipologia bastante equilibrada. O número de associados de organizações ambientais não-governamentais por 1.000 habitantes tem também vindo a aumentar (14 em 2001 e 20 em 2013).

A oferta cultural é uma componente importante na vida comunitária. As infraestruturas culturais têm registado uma evolução positiva graças aos investimentos realizados na cidade. A este nível são ilustrativas as recuperações do Cine-Teatro e do Museu Francisco Tavares Proença Júnior, assim como a construção do Museu Cargaleiro e do Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco, que vieram alargar e diversificar a oferta cultural existente à escala regional.

No que diz respeito aos espaços de exposição, entre 2002 e 2011, o número de galerias de arte abertas ao público no concelho passou de duas para quatro. Esta situação de maior disponibilidade de espaços culturais é extensível, embora em menor amplitude, aos recintos de espetáculos e aos museus, o que reflete o investimento feito no desenvolvimento cultural do concelho.

Criadas as condições estruturais para o fortalecimento deste sector, é agora necessário reforçar as estratégias de aproveitamento desses espaços.

Analisando a variação das exposições realizadas e das obras expostas entre os anos de 2007 e 2011, os valores são bastante diversificados. Apesar de, a nível nacional, se verificar um aumento quer do número de obras expostas quer das exposições realizadas, em Castelo Branco ocorreu uma diminuição das obras expostas, tendo-se mantido o número de exposições.

Ainda assim, a evolução do número de visitantes de galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias no concelho é ligeiramente positiva, passando dos 0,2 para os 0,3 visitantes por cada 1.000 habitantes. O mesmo se verifica com o número de espetadores dos espetáculos ao vivo, que tem registado um crescimento progressivo.

Tendo em conta esta evolução, é evidente um crescente interesse dos habitantes do concelho pela área cultural, que pode ser estar associado à criação e desenvolvimento de novas estruturas culturais com impactes relevantes na dinâmica social local.

2.5. Dinâmicas urbanísticas

2.5.1. Evolução urbana

A origem de Castelo Branco remonta ao período romano, devendo o seu nome à existência de um castro luso-romano, Castra Leuca, no cimo da Colina da Cardosa, em cuja encosta se iniciou e desenvolveu o povoamento da área. Com a fundação da nacionalidade, o burgo assumiu uma relevância acrescida no povoamento do interior e na defesa da fronteira. Foi neste período que foram construídas as primeiras fortificações medievais.

Até finais do século XVI a cidade desenvolveu-se dentro da sua estrutura muralhada, com uma malha urbana hierarquizada a partir da Praça Velha (hoje Praça de Camões), o centro cívico e económico onde se localizava o pelourinho e o Domus Municipalis.

Em inícios do Século XVII o crescimento urbano estendeu-se para fora das muralhas e, com a alteração dos conceitos de defesa militar, a cidade desenvolveu-se de um modo mais alargado. Com a absorção das portas da cidade pela malha urbana, grande parte da muralha foi destruída para dar lugar a novas edificações e, durante o século seguinte, a cidade estendeu-se pela área rural envolvente, encontrando-se já maioritariamente fora dos seus limites medievais.

No Século XIX, com a urbanização da base da colina, o aglomerado desenvolveu-se ao longo da linha de cota de transição, com a construção dos eixos que configuram a atual estrutura viária. A chegada da linha férrea, em 1891, foi determinante na reorientação do crescimento urbano para Sul. No mesmo período, com a construção do passeio público e do Quartel de Cavalaria 8, ficou definida a estrutura do atual centro cívico.

Até finais da década de 1970, a cidade cresceu e consolidou-se ao longo das novas avenidas, reforçando a sua malha urbana. Foram construídos os equipamentos mais marcantes: o Liceu Nacional, o Mercado Municipal, o Cine-Teatro Avenida, a Caixa Geral de Depósitos, a Escola Técnica, o Hotel de Turismo, o Palácio da Justiça e o novo Hospital Distrital, entre outras infraestruturas de menor dimensão que evidenciam, em conjunto, a expansão de uma cidade de dimensão regional.

Os trinta anos seguintes foram marcados por um crescimento muito expressivo, com a construção de bairros periféricos, caracterizados pela maior volumetria, e pelo surgimento de urbanizações de génese ilegal, das quais se destacam os bairros de Boa Esperança, Ribeiro de Perdizes, Valongo e Buenos Aires. Tratam-se de áreas residenciais pouco qualificadas, com uma relação funcional desajustada com a cidade histórica, assentes em modelos urbanísticos pouco diversificados, que se traduzem em cenários desfavoráveis sob os pontos de vista estético e ambiental.

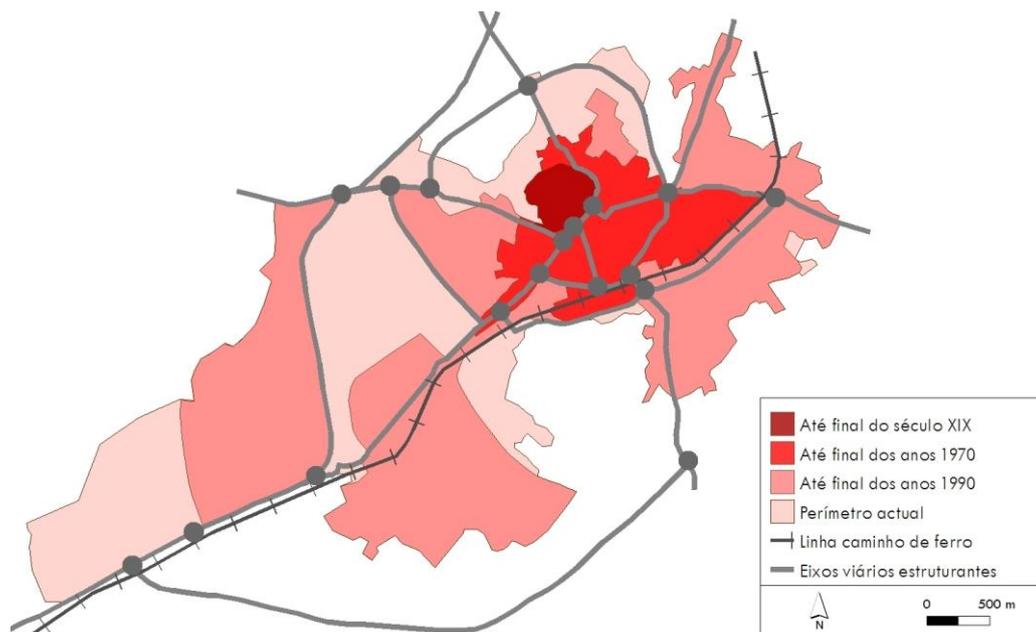
Com a ratificação do Plano Geral de Urbanização, em 1991, do Plano Diretor Municipal, em 1994, e a elaboração do Plano Estratégico Castelo Branco 2020, em 2000, foram desenvolvidos processos de redefinição de uma visão estruturante do espaço urbano, tendo a estratégia sido concretizada com a implementação do Programa POLIS Castelo Branco e do Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco.

Estas intervenções traduziram-se na requalificação urbana e ambiental da cidade, com um profundo impacto na melhoria da qualidade dos espaços e equipamentos públicos. Permitiram a requalificação dos principais espaços públicos e a renovação e projeção da imagem da cidade, contribuindo para reforçar a atratividade e a competitividade territorial de Castelo Branco.

Através do Programa POLIS foi implementada uma intervenção integrada de requalificação urbana e de valorização ambiental que visou a revitalização do centro cívico e histórico da cidade. Esta intervenção envolveu a criação e recuperação de 26.352m² de espaço público, a criação de 850 lugares de estacionamento (incluindo estacionamento subterrâneo no Largo da Devesa), a pedonalização e condicionamento de trânsito em 14.500m² de arruamentos, a criação de ciclovias, a criação de novos equipamentos e do Parque da Cidade, assim como a reabilitação de 21 edifícios numa área total de 38.092m².

Para além de projetos de requalificação do espaço público, o posterior Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco – RE:GENERAR promoveu ainda a criação do Museu do Brinquedo (projeto atualmente em reconversão e que virá a acolher o futuro polo de cerâmica do Museu Cargaleiro).

Figura 14. Evolução da cidade de Castelo Branco



Fonte: Elaboração própria

Como resultado destas intervenções, Castelo Branco é uma das cidades portuguesas com melhor qualidade urbanística, tendo em conta, entre outros parâmetros, a dotação de espaços e de equipamentos públicos, o estado de conservação do património, o diálogo bem-sucedido entre a sua herança patrimonial e a arquitetura e o urbanismo contemporâneos, os níveis de estruturação, de coesão e de compacidade da forma urbana, o equilíbrio entre as áreas pedonais e os espaços de circulação e estacionamento automóvel.

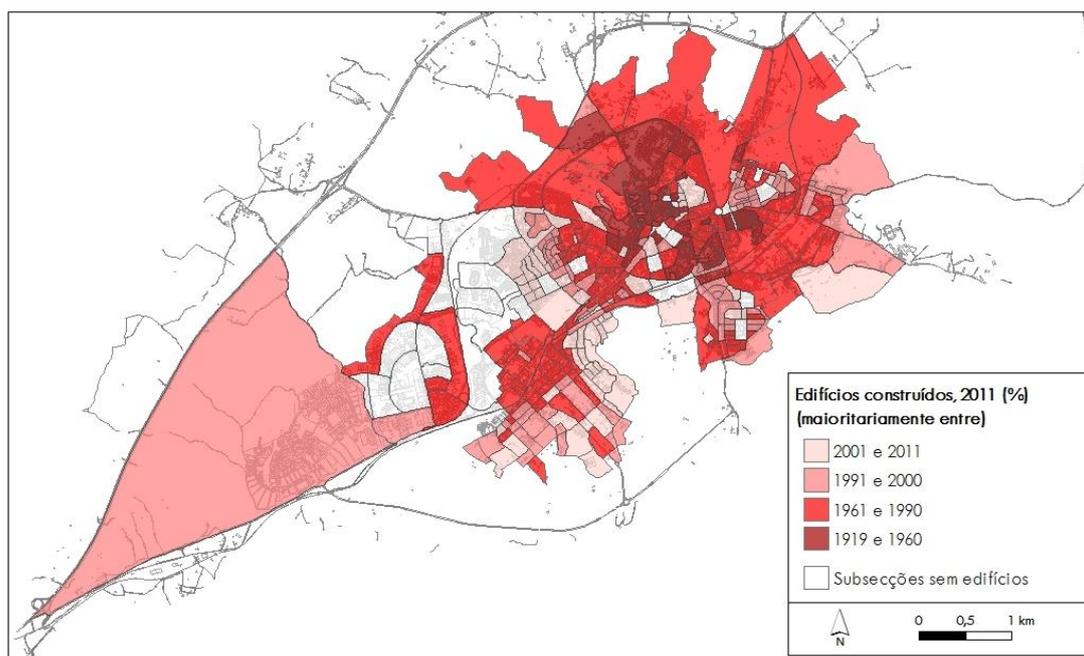
Não obstante, existem ainda diversos problemas urbanísticos que persistem ou que surgiram mais recentemente, que configuram importantes desafios, tais como: o despovoamento e envelhecimento da população residente no centro histórico; a falta de competitividade do comércio tradicional; a prevalência do automóvel relativamente aos transportes públicos e aos modos suaves de transporte; o abandono e degradação de alguns edifícios notáveis; a falta de iniciativa privada para a reabilitação urbana e o conseqüente agravamento do estado de conservação do edificado.

2.5.2. Estado de conservação e política local de reabilitação urbana

O parque edificado da cidade é relativamente recente, predominando os edifícios com menos de 50 anos, o que resulta sobretudo do grande crescimento registado desde meados da década de 1970 até ao final de década de 1990. Dos 6.238 edifícios existentes na cidade, 75% foram construídos após 1960 e praticamente um terço (32,9%) foi construído depois de 1990. Verifica-se também que a construção de novos edifícios tem vindo a diminuir desde o final da década de 1990, sendo particularmente notório este fenómeno depois de 2006, associado à grave crise do setor imobiliário.

O estado de conservação dos edifícios na freguesia de Castelo Branco está, de um modo geral, em linha com as médias do País e da região Centro, com 36% dos edifícios com necessidades de reparação nas paredes e caixilharias, 32% na cobertura e 31% na estrutura. Menos de 20% dos edifícios construídos depois de 1980 registam qualquer necessidade de reparação e mais de metade dos edifícios construídos até 1970 evidenciam essas necessidades.

Figura 15. Época de construção predominante dos edifícios na cidade de Castelo Branco



Fonte: INE, 2011. Elaboração Própria

Destes, importa destacar os edifícios construídos até 1919, dos quais cerca de 75% apresenta necessidades de reparação. Este fenómeno tem uma forte concentração espacial na área do Centro Histórico e Devesa, onde predominam os edifícios mais antigos da cidade. Existe também uma forte correlação entre o estado de degradação dos edifícios e o perfil socioeconómico da população residente nesta área, bastante envelhecida e com baixos níveis de rendimento, o que entrava a capacidade de investir na manutenção e reabilitação das habitações.

Procurando contrariar esta tendência, o Município tem desenvolvido ações de reabilitação urbana, através da qual se tem frequentemente substituído aos agentes privados na recuperação dos edifícios degradados, sobretudo no Centro Histórico. Neste sentido, a autarquia adquiriu diversos edifícios e procedeu à sua reabilitação, destinando-os posteriormente a habitação social e ao mercado de arrendamento.

Não obstante a existência de algumas iniciativas municipais de apoio à reabilitação por parte dos proprietários e inquilinos (como o programa "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Cidade e Devesa", que concedeu subsídios a fundo perdido para a reabilitação exterior e interior dos edifícios), a política local de reabilitação urbana tem sido focada na intervenção direta da autarquia.

Figura 16. Proporção de edifícios com necessidade de reparação na freguesia de Castelo Branco, por época de construção e tipo de reparação necessária



Fonte: INE, 2011. Elaboração Própria

Esta abordagem transparece também nas Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) que foram delimitadas na cidade, nomeadamente no Centro Histórico e Devesa e na Quinta das Violetas e Entre Caminhos, as quais enquadram exclusivamente intervenções de reabilitação do espaço público, novos equipamentos sociais e espaços verdes, não prevendo um quadro de benefícios e incentivos à reabilitação por parte dos proprietários privados como possibilita o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

2.5.3. Energia e eficiência energética

Segundo dados do Anuário Estatístico da Região Centro 2012 do INE, em 2011 o consumo doméstico representava a maior parte dos consumos energéticos no concelho de Castelo Branco (36%), seguido dos consumos não-domésticos (28%) e dos consumos industriais (20%). Comparando esta distribuição com o que se verifica aos níveis nacional, regional e sub-regional, o padrão de consumos em Castelo Branco contrasta bastante com os territórios de referência, onde os consumos industriais têm um peso substancialmente mais relevante, uma particularidade justificável pelo facto do tipo de indústrias instaladas em Castelo Branco terem menores consumos energéticos.

Outra singularidade do concelho, em termos de consumos energéticos, está relacionado com o maior peso que a iluminação das vias públicas e dos edifícios do Estado têm no consumo total de energia elétrica, na ordem dos 6% e 8% respetivamente, para o que muito contribui a dimensão do concelho e do seu sistema urbano.

O crescimento da área urbana, a configuração de algumas novas vias rodoviárias na cidade e o aumento do número de equipamentos municipais, tiveram como consequência um aumento do consumo

público de energia, associado à iluminação pública e ao funcionamento dos edifícios públicos. Refira-se que, em termos de fatura energética, em 2010 o consumo de energia nos espaços públicos da cidade e nos edifícios da autarquia representava uma despesa na ordem dos 2 milhões de Euros.

Segundo dados do INE, em quase duas décadas o consumo de energia elétrica para a iluminação das vias públicas no concelho praticamente duplicou, passando de 5,6 milhões de kWh, em 1994, para 12,8 milhões de kWh, em 2011. No mesmo sentido, também o consumo de energia elétrica para a iluminação interior de edifícios do Estado aumentou para mais do dobro, de 7 milhões de kWh, em 1994, para 18,5 milhões de kWh, em 2010.

De modo a reduzir estes custos, desde 2011 que o Município tem vindo a implementar um programa de eficiência energética, com o objetivo principal de reduzir a fatura de energia elétrica em cerca de 30%. Uma das áreas prioritárias de intervenção tem sido a iluminação pública, passando pela substituição das atuais lâmpadas de iluminação das vias públicas e dos túneis rodoviários da cidade por tecnologia LED, pela diminuição da iluminação pública nalgumas zonas da cidade, e pela colocação de redutores de variadores de frequência, para que em determinado horário da noite a iluminação se mantenha, mas de uma forma mais económica. No mesmo sentido, também foi reduzido o horário de iluminação dos edifícios históricos e emblemáticos da cidade.

Segundo os dados mais recentes do INE, entre 2010 e 2012 foi já visível uma redução muito considerável do consumo para iluminação interior dos edifícios públicos, assim como uma inversão da tendência de aumento do consumo na iluminação das vias públicas, embora com resultados ainda pouco expressivos. Não obstante, existe ainda uma margem de progresso considerável na implementação de medidas de promoção da eficiência energética no setor público. Por outro lado, afigura-se fundamental a promoção de medidas eficazes de aumento da eficiência energética nos setores doméstico e não-doméstico (que inclui o comércio e os serviços).

Figura 17. Evolução do consumo de energia elétrica no concelho de Castelo Branco, por tipo de consumo



Fonte: INE e DGEG, vários anos. Elaboração Própria

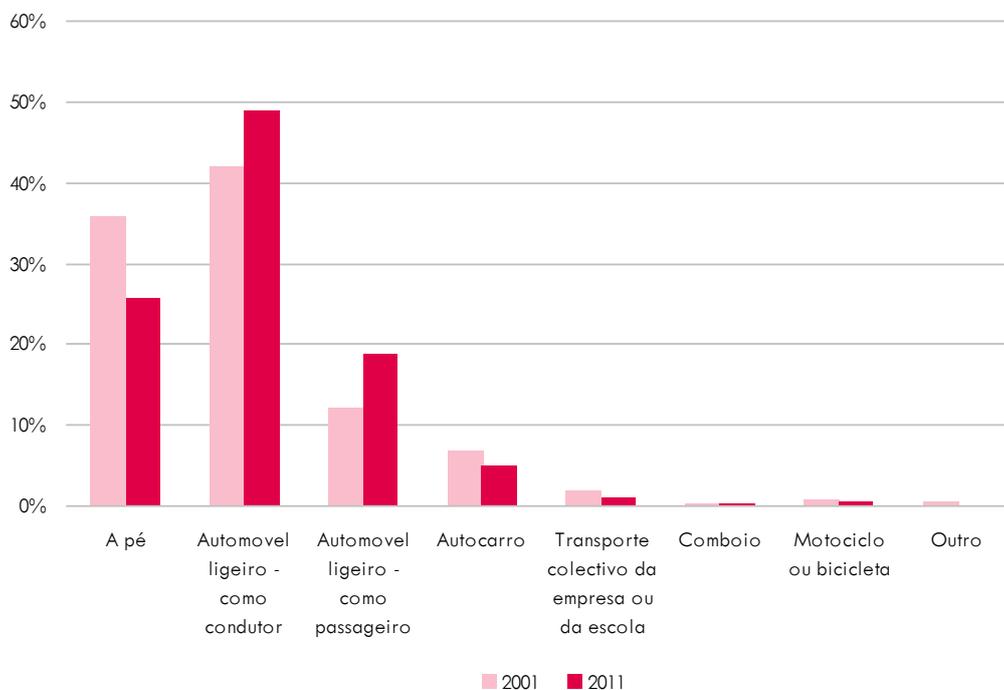
2.5.4. Acessibilidades e mobilidade

Os padrões de mobilidade em Castelo Branco têm sofrido, nos anos recentes, profundas transformações, acompanhando a tendência verificada invariavelmente nas cidades portuguesas. Estas transformações estão relacionadas com a expansão das áreas urbanizadas e a dispersão das funções urbanas, aumentando as distâncias entre as zonas residenciais, os locais de emprego e os equipamentos, mas também com a melhoria relativa do nível de vida da população e o aumento da utilização do transporte individual – sobretudo do automóvel – com um aumento das emissões poluentes e um maior dispêndio energético.

A leitura da evolução dos movimentos pendulares casa-trabalho segundo os meios de transporte, no período 1991-2001 permite identificar uma transferência das deslocações a pé para o automóvel ligeiro particular, na ordem dos 20%. Por sua vez, neste período a proporção dos movimentos pendulares realizados em transportes coletivos e públicos sofreu uma redução para metade, de 16% para 8%.

Na última década, esta tendência continuou a acentuar-se, apesar do grande investimento no aumento das áreas pedonais, na melhoria do serviço dos transportes públicos urbanos e na criação de ciclovias. Entre 2001 e 2011, houve uma diminuição da utilização de todos os outros modos de transporte que não o automóvel: as deslocações a pé na cidade diminuíram de 36% para 26%, as deslocações em autocarro de 7% para 5% e as deslocações em transporte coletivo da empresa ou da escola de 2% para 1%. Pelo contrário, as deslocações em automóvel ligeiro como condutor passaram a representar 49% e como passageiro 19%, pelo que, atualmente, o automóvel é o modo de transporte escolhido em cerca de 70% dos movimentos pendulares realizados pelos residentes da cidade.

Figura 18. Meio de transporte mais utilizado nas deslocações pendulares pelos residentes na Freguesia de Castelo Branco, em 2001 e 2011



Fonte: INE, vários anos. Elaboração Própria

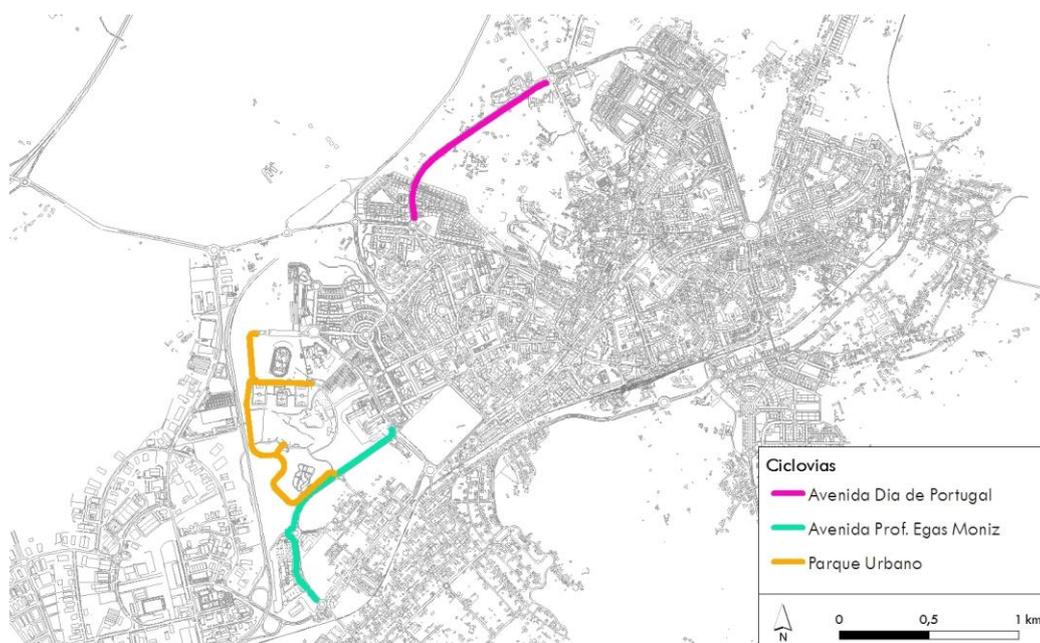
O serviço de transporte público coletivo na cidade é assegurado pelos Transportes Urbanos de Castelo Branco (TUCAB) integrados no grupo TRANSDEV, sendo responsáveis pela exploração de 7 linhas urbanas. Destas, apenas 3 funcionam durante todo o ano, enquanto as restantes apenas estão operacionais nos períodos escolares. Complementarmente, os residentes do centro histórico têm ao seu dispor um serviço especial de transporte público assegurado pelo Município e realizado por uma carrinha de 9 lugares.

O novo Terminal Rodoviário, localizado junto da estação de caminho-de-ferro e dotado de estacionamento subterrâneo, veio melhorar as condições oferecidas aos passageiros relativamente às antigas instalações. Foi também revista a rede dos TUCAB, contemplando um aumento da frequência da zona central da cidade e da cobertura dos bairros periféricos.

Quanto às deslocações em bicicleta, apesar das boas condições topográficas da cidade, da reduzida dimensão do perímetro urbano e da existência de alguns parques para bicicletas no centro do cidade e junto aos principais equipamentos, a sua utilização como meio de transporte quotidiano é insignificante, sendo utilizada sobretudo para desporto e lazer. As 3 ciclovias existentes localizam-se na periferia e praticamente não têm ligação entre si, não compondo uma malha articulada com os padrões de mobilidade local.

Pelo contrário, os investimentos realizados tornam a cidade muito favorável à circulação e ao estacionamento automóvel, com cerca de 20.300 lugares. De um modo geral, existe uma boa adequação entre a oferta e a procura de estacionamento, com tempos médios de procura de lugar muito reduzidos. Considerando raios de influências aceitáveis para lógicas de complementaridade entre o automóvel e as deslocações a pé (de 250 m/3 minutos) para cada um destes parques e zonas de estacionamento, evidencia-se a existência de uma boa cobertura no centro da cidade.

Figura 19. Rede de ciclovias



Fonte: Elaboração própria

Ainda assim, nos últimos anos têm sido realizados diversos investimentos com o objetivo de promover a mobilidade urbana sustentável. A criação de novas áreas de circulação exclusiva de peões no Centro Cívico melhoraram as condições de circulação e de segurança em diversas vias do centro da cidade. Noutras zonas, em diversos eixos de maior tráfego pedonal, a autarquia tem procurado melhorar as condições dos passeios, enquanto nas áreas de urbanização recente foi determinado um aumento significativo na largura dos passeios. A arborização de passeios, aumentando as áreas de sombra, é também outra das medidas que tem sido tomada neste sentido.

No entanto, no centro da cidade, onde a largura das vias é mais estreita, o número de ruas pedonais é ainda relativamente reduzido. Aqui persistem algumas situações de conflito entre a circulação pedonal e automóvel, com o estacionamento, a circulação pedonal, o mobiliário urbano e as esplanadas a competirem pelo espaço livre nos passeios.

2.5.5. Estrutura verde urbana

O diagnóstico paisagístico da cidade de Castelo Branco incidiu principalmente sobre a caracterização da rede de espaços verdes públicos existentes e na identificação de espaços com potencial paisagístico para a cidade. A identificação da rede de espaços verdes públicos existentes permite avaliar as diferentes zonas urbanas e identificar, de uma forma preliminar, a necessidade de resolução de deficiências e de descontinuidades na sequência de espaços verdes públicos. Esta rede de espaços é determinante na contribuição para a qualidade e carácter da paisagem urbana assim como para a existência de condições de circulação e usufruto com conforto e segurança pelos residentes e visitantes de Castelo Branco.

Neste contexto, a identificação de espaços que, pela proximidade e interação com o tecido urbano, pelos valores naturais e culturais que encerram, e porque muitos deles são propriedade do Município, poderá contribuir para melhorar e resolver situações de carência e descontinuidade, fortalecer o carácter e qualidade paisagística e ainda diversificar a oferta de espaços públicos numa ótica de incremento da capacidade de atracção da cidade para residentes e visitantes. Estes espaços são deste modo denominados, no âmbito do presente estudo, como espaços com potencial paisagístico para a cidade.

2.5.5.1. Espaços verdes públicos

Para melhor sintetizar a complexidade associada aos espaços verdes públicos da cidade, o presente estudo identificou as seguintes tipologias que permitiram um entendimento alargado do sistema de espaços públicos urbanos:

- **Praças e largos** – As praças e largos correspondem a áreas com predominância de pavimento relativamente a áreas verdes ou permeáveis, com presença de arborização e equipamentos que potenciam a vivência quotidiana e cívica da população. Em termos espaciais e de morfologia urbana, as praças correspondem a espaços abertos desenhados e que estruturam os volumes edificados. Os largos constituem espaços resultantes de entroncamentos e cruzamentos de eixos viários, situações de irregularidades na malha urbana, ou da relação entre volumes edificados de tempos e origens distintos.

No núcleo histórico dentro de muralhas e áreas envolventes históricas as Praças e Largos identificados estão associados a edifícios públicos com importância cívica e religiosa, donde se destaca o Largo da Devesa pela sua área e pela requalificação e renovação do equipamento social e cultural construído. No tecido consolidado, o eixo urbano da Estrada de Montalvão, Avenida 1.º de Maio, Ruas da Sé, Olarias e Graça esta tipologia assume uma elevada importância para a identidade urbana da cidade, constituindo simultaneamente áreas de desafio ambiental.

Nas zonas de expansão recente (séc. XX e XXI), esta tipologia assume também elevada importância pela predominância do carácter habitacional da edificação, constatando-se que os espaços existentes são de um modo geral, bem dotados de vegetação arbórea e equipamentos, contribuindo para uma maior regulação microclimática e a vivência de proximidade das áreas residenciais. Verifica-se ainda nesta tipologia, pelo seu carácter mais pavimentado, o conflito de usos entre áreas destinadas a estacionamento e áreas de uso pedonal. A arborização de áreas de estacionamento e o seu ordenamento permitirá um maior equilíbrio e continuidade entre estas áreas e as de uso pedonal exclusivo.

Nos bairros mais recentes, onde a edificação prevista não está consolidada e onde apenas estão construídas as infraestruturas, as áreas reservadas a estes espaços encontram-se numa situação expetante, que tal como os lotes por construir, correspondem a espaços não qualificados onde ocorrem por vezes vestígios da antiga paisagem rural, conferindo à periferia da cidade um carácter transitório e indefinido. Estes espaços constituem oportunidades de expansão da rede de áreas qualificadas e confortáveis para uso público.

- **Parques e jardins** – Esta tipologia assume elevada importância na cidade e contribui para sua identidade urbana com exemplos marcantes, como o conjunto do Jardim seiscentista do Paço Episcopal e Parque da Cidade, e o Jardim do Castelo/Miradouro de S. Gens.

A maioria dos parques e jardins ocorrem nas áreas mais expansão mais recente da cidade, donde se destacam o Parque Urbano, o Parque das Violetas, o Jardim de Entrecaminhos, das Laranjeiras ou do Monte do Índio. Estes parques estão dotados de equipamentos desportivos, infantojuvenis e culturais. Possuem desta forma importante função na melhoria da qualidade ambiental, paisagística e de oportunidades para recreio a nível local e da cidade em geral, cujo raio de alcance é determinado pela sua dimensão.

O Parque Urbano ocupa uma situação periférica relativamente às áreas urbanas mais densas. No entanto encontra-se associado a Equipamentos Sociais, Comerciais, Culturais e Educativos recentes, e a uma rede de infraestruturas viárias de nível regional que lhe conferem uma importância e um usufruto que extravasa a população residente da cidade. A existência de ciclovias e a sua ligação com a expansão da rede ciclável municipal irá potenciar o uso e importância deste espaço. A presença das infraestruturas e o pequeno porte da vegetação arbórea confere a este espaço um carácter ainda indefinido e fora de escala, mas que irá sendo consolidado a par do desenvolvimento da estrutura verde.

A sul da linha de comboio constata-se uma menor presença da tipologia de parques e jardins, referindo-se a existência do jardim equipado do Bairro da Carapalha.

O Parque envolvente do Santuário de N.ª Sr.ª de Mércoles, embora periférico, está incluído nesta tipologia pelo seu significado religioso e cultural e pelo património que integra e que suporta os eventos ligados à peregrinação anual. O seu potencial como espaço de lazer ultrapassa o seu uso exclusivamente religioso, constituindo um elemento de visita permanente e de lazer.

Na gênese tipológica de Parques e Jardins estão também áreas correspondentes a antigos núcleos de Quintas, e que os diversos momentos de expansão da cidade absorveram, e onde o patrimônio edificado e vegetal que integram permite a sua reconversão em espaços públicos ajardinados, como no caso do Jardim da Quinta da Fonte Nova.

- **Avenidas e ruas com árvores de arruamento** – As avenidas e ruas com presença de árvores de arruamento constituem importantes eixos onde, para além da função viária, permitem a existência de melhores condições para a uma circulação pedonal mais confortável e mais segura. Tal é devido à sua capacidade reguladora do clima, redução da escala do edificado e valorização paisagística. As áreas de comércio tradicional consolidado estão também associadas a passeios mais arborizados. Os eixos onde a arborização assume maior importância são constituídos pelas Avenidas Nun'Álvares, de 1º de Maio, das Palmeiras, Pedro Álvares Cabral e Humberto Delgado.

De um modo geral, os eixos viários principais das novas áreas urbanas estão associadas a arborização lateral dos passeios, e em situações de perfis transversais de maior dimensão, verifica-se a arborização das faixas centrais. Existem no entanto, áreas urbanas recentes de elevada densidade, como o caso da Urbanização da Quinta do Dr. Beirão, ou da Quinta Pires Marques, onde a inexistência de árvores de arruamento acompanhada de perfis de rua exíguos, resulta em situações urbanas menos qualificadas, não promovendo a criação de condições confortáveis de circulação pedonal.

A existência de árvores de arruamento é especialmente importante na qualificação paisagística da área do Polígono Industrial, minimizando o impacto negativo do maior dimensionamento das vias adaptado à circulação de veículos pesados, da dimensão dos lotes industriais e presença de grandes áreas pavimentadas. Este aspeto é ainda mais significativo devido à inexistência de espaços de encontro e recreio com uma escala mais humana e pedonal. A expansão da arborização associadas às áreas dos lotes e áreas adjacentes terá um elevado potencial na valorização paisagística desta área industrial e, conseqüentemente na entrada da cidade.

- **Espaços verdes de enquadramento associados a infraestruturas viárias** – As rotundas e espaços de enquadramento dos eixos de distribuição viária existentes contribuem para a identidade da cidade e criação de pontos de referência no tecido urbano mais recente. Esta função é mais significativa em situações onde são mais ausentes as referências edificadas. No caso de rotundas e espaços de maior dimensão, a sua arborização é importante para adequar a sua escala com a dos passeios e áreas de circulação pedonal, contribuindo para uma paisagem urbana mais qualificada e agradável.

O enquadramento paisagístico destas estruturas viárias ultrapassa por vezes a sua função global paisagística e ambiental, verificando-se a ocorrência de intervenções com elementos tradicionalmente associados a parques ou a jardins, tais como lagos, fontes, iluminação cénica e o uso de herbáceas de coloração diversificada que, embora se entenda a seu objetivo nem sempre se encontram contextualizados na paisagem urbana envolvente. Uma gestão adequada e otimizada dos recursos associados à construção e manutenção destes espaços poderá aumentar o impacto positivo paisagístico que as infraestruturas viárias provocam no contexto da paisagem urbana albicastrense.

2.5.5.2. Espaços com potencial paisagístico

A identificação e análise dos espaços verdes públicos existentes permitiu uma leitura alargada do sistema urbano, contribuindo para uma identificação de áreas onde ocorrem valores naturais e culturais, e que possuem elevado potencial paisagístico para a expansão do sistema de espaços públicos, incremento qualidade da imagem urbana e da estrutura ecológica da cidade. A estes espaços identificados com potencial paisagístico foram sobrepostos os limites cadastrais dos terrenos pertencentes à autarquia, de modo a avaliar o seu potencial em termos de possibilidade intervenção e/ou reconversão de forma direta pelo Município. Nas situações em que estes espaços são privados, poderão ser apontadas direções em termos de regulamentação que salvaguardem os valores naturais e culturais aí existentes. Pela dimensão e interação com o tecido urbano da cidade identificaram-se os seguintes, como principais Espaços de Potencial Paisagístico:

- O **Barrocal de Castelo Branco** é uma extensa área não edificada situada a sul da linha de comboio, e com uma dimensão de cerca de 45ha de afloramentos rochosos graníticos, matos, carvalhos, azinheiras e sobreiros. Possui deste modo um elevado potencial paisagístico suportado pela presença de valores geomorfológicos e botânicos, pela proximidade do tecido urbano e visibilidade no contexto da cidade. Estas características determinam que este espaço possua elevado valor no âmbito da qualidade e carácter da paisagem urbana, diversidade de oferta para recreio, expansão da circulação pedonal e outras ações que visem a sua utilização como espaço de educação ambiental e/ou dirigido à investigação. A sua sensibilidade e aptidões restringe a sua utilização ao nível da edificação e utilização mais intensa e acesso viário.
- O **Vale da Horta do Ribeiro** constitui uma unidade paisagística pela morfologia e usos do solo agrícola e natural que apresenta, constituindo um verdadeiro corredor ambiental não edificado no âmbito do tecido urbano a nordeste. Possui elevado interesse paisagístico pela presença de elementos associados à paisagem rural envolvente de Castelo Branco, como olivais, pomares, horta de regadio, poços, azinhagas e assentos rurais, encontrando-se delimitado por áreas de expansão urbana recente a este e oeste. Como corredor verde urbano possui elevado potencial paisagístico pela continuidade que estabelece e poderá estabelecer com a rede de espaços verdes urbanos do tecido urbano consolidado adjacente.
- As **encostas não edificadas da colina do Castelo** e as áreas com carácter rural a norte apresentam uma elevada importância para a identidade e carácter paisagístico da cidade. Incluem a estruturação do território em socacos com muros de pedra, exemplares arbóreos importantes e outros elementos característicos das áreas agrícolas que envolviam a cidade. Estas áreas enquadram a leitura do núcleo histórico pelos contrastes que originam entre o tecido urbano edificado e a vegetação arbórea, onde predomina o olival. Este facto verifica-se também nas áreas livres integradas no núcleo edificado. Acentuam o carácter e contribuem para identidade cultural, nomeadamente pela relação que possuem com a imagem tradicional da cidade, conforme descrita pelo livro de Duarte D'Armas.
- A **Quinta do Chinco**, a nascente do Bairro da Carapalha, é uma unidade onde a estrutura rural associada aos muros, edifícios, noras, olivais e estruturas de recreio apresentam ainda elevado nível de integridade. Constitui deste modo um exemplo notável da cintura de quintas que outrora se desenvolvia à volta e na proximidade da cidade, e que possuíam importantes funções de produção a par de uma frequente utilização para recreio, nomeadamente de vilegiatura pelos seus proprietários. O seu potencial para a criação de um espaço verde de recreio e lazer onde a componente de produção/educação ambiental poderá ser desenvolvida é notável.
- A **Quinta do Moinho Velho** possui uma localização privilegiada de inserção e articulação no tecido urbano, e integra ainda componentes com interesse paisagístico e de edificado. Esta unidade paisagística possui um elevado potencial na valorização da rede de espaços verdes públicos, pela proximidade e acessibilidade a partir da malha urbana que a envolve, à

semelhança da Quinta da Fonte Nova, e promover continuidades para circulação pedonal entre os Bairros do Disco de Cima, do Amieiro e do Cansado.

- O **Campo de Obstáculos à Cruz de Montalvão** situa-se a poente da entrada da cidade. Na sua área ocorrem elementos com alguma importância paisagística, como sobreiros e olival, podendo ser elementos que valorizam uma futura intervenção. Constitui-se deste modo como um espaço de oportunidade para a consolidação desta área da cidade que integre valências paisagísticas, ambientais, equipamento e circulação pedonal e ciclável, nomeadamente através da criação de um espaço multifuncional contemporâneo de referência regional e local de Castelo Branco.
- Nas **áreas verdes do Polígono Industrial** destacam-se os espaços não edificados associados à linha de água que atravessa a área de expansão. Este corredor possui uma área com 5ha, os quais se encontram atualmente degradados, consequência da implementação de infraestruturas viárias, vazadouro de terras resultantes da edificação de lotes e ausência de vegetação arbórea. Devido às características ecológicas de vale e disponibilidade hídrica, este espaço/corredor apresenta um elevado potencial para a recuperação do ecossistema ribeirinho e respetiva estrutura verde, assim como a criação de espaços de desafogo ambiental e paisagístico. Permitirá melhorar a paisagem urbana do Polígono Industrial e, conseqüentemente, da entrada da cidade. A sua importância como componente da Estrutura Ecológica Regional e Urbana é muito significativa.

Figura 20. Diagnóstico paisagístico



2.5.6. Património

Situado no cimo da cerca amuralhada, o conjunto formado pelo Castelo e pela Igreja de Santa Maria do Castelo constitui o elemento patrimonial mais imponente da cidade. Toda a encosta do Castelo, a nascente, é marcada por um vasto número de referências religiosas, civis e militares, das quais se devem realçar a Igreja da Misericórdia Velha/antigo Convento da Graça e vários solares e palácios, nomeadamente: o Palácio Garrett, o Solar das Caldeiras/Capela de Nossa Senhora da Ajuda, o Palácio Tavares Proença e Abrunhosa, o Solar dos Cardosos e o Solar dos Cunha.

Estes edifícios estão enquadrados numa malha urbana irregular e apertada, de baixa volumetria, correspondendo à maior concentração de valores patrimoniais da cidade e do concelho. Desta malha destaca-se a Rua d'Ega, que evidencia uma grande coerência tipológica ao concentrar um conjunto de edifícios seiscentistas, com importantes portais e pormenores manuelinos.

Perpendicular a esta, ao longo da Rua Bartolomeu da Costa, salientam-se outros elementos de grande valor patrimonial. O conjunto formado pelo Museu Tavares Proença (antigo Edifício do Paço Episcopal) e respetivo jardim, implantado na parte de trás do palácio, em vários planos desnivelados, constitui uma das peças de património de maior valor artístico da cidade (classificado com Monumento Nacional) e um dos principais atrativos turísticos da cidade.

Atravessando o Arco do Passadiço, outrora ponte de ligação entre o Jardim e a Horta do Paço Episcopal (atual Parque da Cidade), encontra-se o Cruzeiro de São João (Monumento Nacional), integrado num largo que durante muito tempo foi utilizado como bolsa de estacionamento e que, com a intervenção do Programa POLIS, beneficiou de obras de enquadramento que restituíram a devida dignidade a este espaço.

Continuando em direção à Devesa encontra-se o Largo da Sé, onde está a Igreja de São Miguel, espaço igualmente qualificado no âmbito do Programa POLIS. Entre a Sé e a Devesa, na Rua Sidónio Pais, encontra-se a filial do Banco de Portugal, construída no final do Século XIX, projeto de cariz revivalista de autoria do arquiteto Salles Viana.

Na sua continuidade, já na proximidade da Devesa, destaca-se um conjunto de edifícios notáveis, situados entre a Alameda da Liberdade e a Avenida 1º de Maio, entre os quais o Palácio da Justiça, uma das obras do Estado Novo de maior visibilidade na cidade, o Edifício da Caixa Geral de Depósitos, construído em finais da década de 1930, a Câmara Municipal (antigo solar dos viscondes de Oleiros ou dos Bartolomeus da Fonseca) e o Mercado Municipal, de autoria do arquiteto Miguel Jacobetty Rosa.

Fora do Centro Histórico, merece especial referência a Capela de Nossa Senhora da Piedade (antiga de São Gregório), do Século XVI, classificada como Imóvel de Valor Concelhio e situada no largo da Senhora da Piedade, em espaço consolidado da cidade.

Importa referir que a localização dos principais elementos patrimoniais da cidade possibilita a respetiva interligação através de vários percursos pedonais, sendo que uma boa parte foi já requalificada.

Figura 21. Valores patrimoniais da cidade



Fonte: Elaboração própria

2.6. Diagnóstico prospetivo síntese

Nos quadros seguintes apresenta-se a síntese das principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças diagnosticadas na cidade da Castelo Branco em 2015.

Quadro 1. Matriz de análise SWOT Castelo Branco 2015 – Forças e Fraquezas

| Forças |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Localização estratégica no contexto ibérico • Capacidade de atração de população, das áreas rurais do concelho e da região, mas também de fora da região • Principal polo de desenvolvimento económico da Beira Baixa • Excelentes condições de infraestruturação e acessibilidade da ALECB • Existência de várias grandes empresas na ALECB, em setores de atividade diversos • Dinamismo e resiliência demonstrados pelo tecido económico local numa conjuntura exterior adversa • Peso relevante das indústrias transformadoras em termos de emprego, volume de negócios e exportações • Grande polo regional de comércio e serviços • Existência de grandes superfícies comerciais com áreas de influência regional e transfronteiriça |

- Oferta de ensino superior (IPCB) bem articulada com a economia regional atual (agroalimentar, têxtil, engenharia industrial, serviços sociais) e suas ambições (turismo, energias renováveis, design, media, música...)
- Oferta de excelentes condições para a incubação empresarial (CEI) e I&D (CATAA)
- Evolução positiva dos indicadores de qualificação média da população, analfabetismo, aproveitamento escolar e diminuição do abandono escolar
- Boa cobertura em termos de equipamentos e serviços de educação, saúde e ação social
- Boa cobertura de equipamentos desportivos e de lazer
- Oferta qualificada de equipamentos culturais, também com escala suprarregional (CCCCB)
- Riqueza e bom estado de conservação do património arquitetónico
- Níveis elevados de qualidade e funcionalidade do espaço público, beneficiado por intervenções recentes e bem-sucedidas de requalificação urbana
- Políticas proactivas de reabilitação urbana por parte do Município
- Grande oferta de estacionamento automóvel no centro da cidade
- Boa cobertura da rede de transportes públicos urbanos
- Condições favoráveis para as deslocações em modos suaves (a pé e bicicleta)
- Grande qualidade e singularidade dos parques e jardins da cidade

Fraquezas

- Continuado despovoamento e envelhecimento da população residente na zona urbana central
- Peso reduzido das exportações para a economia local, muito dependente do mercado interno
- Comércio tradicional com capacidade de resiliência, mas em declínio
- Aumento considerável da taxa de desemprego ao longo dos últimos anos, sobretudo do desemprego de longa duração
- Reduzida visibilidade exterior dos equipamentos e da programação cultural da cidade
- Inexistência de um equipamento com capacidade para grandes eventos culturais e desportivos de dimensão regional ou nacional
- Falta de competitividade do comércio tradicional perante os novos centros comerciais localizados na periferia;
- Crescente relevância do transporte automóvel relativamente aos transportes públicos e modos suaves de transporte
- Abandono e estado de degradação de alguns edifícios privados notáveis
- Falta de iniciativa privada para a reabilitação urbana e o conseqüente agravamento do estado de conservação do edificado, principalmente na zona urbana central
- Escassez de medidas que impulsionem a reabilitação urbana privada
- Escassez de arborização na zona industrial e em áreas urbanas recentes de elevada densidade

Quadro 2. Matriz de análise SWOT Castelo Branco 2015 – Oportunidades e Ameaças

| Oportunidades |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de financiamento comunitário no quadro do Programa Centro 2020 para apoiar a reabilitação urbana, a mobilidade sustentável, a eficiência energética, a I&D, o empreendedorismo e a inclusão social • Promoção do nível de qualidade de vida que a cidade oferece como atrativo populacional • Melhoria das ligações com Espanha através da concretização do IC31 • Existência de espaços com potencial paisagístico (Barrocal, Vale da Horta do Ribeiro, encostas não edificadas da colina do Castelo, Quinta do Chinco, Quinta do Moinho Velho, Campo de Obstáculos à Cruz de Montalvão, áreas verdes da ALECB) • Crescente procura, em Portugal e Espanha, por programação cultural de qualidade • Propriedade do Município sobre espaços vazios urbanos, com potencial de regeneração das áreas envolventes |
| Ameaças |
| <ul style="list-style-type: none"> • Tendência para o envelhecimento da população residente • Despovoamento da zona urbana central da cidade • Agravamento da conjuntura económica nacional e europeia, com consequências no tecido económico e social local • Diminuição do número de alunos no ensino superior • Maior regularidade na ocorrência de fenómenos climáticos extremos |



CASTELO BRANCO 2020: RETROSPETIVA

3. Castelo Branco 2020: retrospectiva

3.1. A estratégia 2020 e a sua pertinência atual

Após duas décadas de intensa expansão urbana, que afirmaram Castelo Branco como uma cidade estruturante no sistema urbano nacional e um polo de competitividade da Beira Interior, a cidade confrontava-se no início do Século XXI, por um lado, com um novo ciclo de oportunidades geradas pelas novas acessibilidades rodoviárias, nomeadamente a A23 e, por outro, com os desafios de qualificar e valorizar os espaços urbanos centrais, que haviam perdido qualidade urbanística, simbólica e funcional. Importava ainda estruturar e dar coesão a diferentes áreas da cidade, amarrando as periferias programadas e as de gênese clandestina ao tecido urbano consolidado.

Assim, num contexto de crescente competitividade territorial, ao nível nacional e internacional, e de reforço do investimento público na estruturação dos espaços urbanos, a viragem do Século XXI ficou marcada pela produção de um instrumento estratégico para a cidade de Castelo Branco, orientador do investimento público nas duas primeiras décadas do novo milénio: Programa Castelo Branco 2020.

Elaborado em 2000, apontou não só uma ambição de médio prazo para a cidade, como um programa de intervenções mobilizadoras destinadas a inverter o declínio urbanístico patenteado e conferir-lhe novas condições de competitividade. O Programa definiu como principais linhas de intervenção:

- Valorizar a memória intervindo no centro histórico;
- Recuperar a Urbanidade, intervindo no tecido urbano consolidado;
- Recentrar a cidade, do novo centro cívico ao centro intermodal;
- Qualificar a cidade exterior, intervindo nas periferias.

Estas linhas de intervenção enquadraram os dois principais instrumentos de política pública urbana operacional, desenvolvidos nos anteriores períodos de programação de fundos comunitários: o Programa Polis – Viver Castelo Branco e o Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco.

O Programa Polis – Viver Castelo Branco detalhou e concretizou algumas das intervenções definidas, nomeadamente através de intervenções no centro histórico e no centro cívico, compreendido pela área da Devesa / ex-Quartel.

Os resultados alcançados facilitaram o aproveitamento do novo ciclo de investimento público e privado, potenciado pelo QREN, para modernizar e qualificar Castelo Branco, tirando pleno proveito do novo contexto estratégico que a cidade dispunha. Neste quadro, surgiu o Programa de Regeneração Urbana de Castelo Branco (PRU Castelo Branco), uma segunda etapa do caminho traçado pelo Castelo Branco 2020, que visou, por um lado, intensificar as abordagens e a construção das novas vocações acometidas ao Centro Histórico e ao Centro Cívico e, por outro lado, disseminar sobre a envolvente urbana imediata as dinâmicas positivas alcançadas com os projetos anteriores.

Revisitada a abordagem estratégica com base na avaliação dos resultados alcançados (diagnóstico e caracterização atual, nomeadamente do posicionamento da cidade em vários descritores e nos diversos contextos territoriais), pode afirmar-se que a estratégia se mostrou adequada e concorreu decisivamente para o desenvolvimento sustentado da cidade, permitindo enquadrar as intervenções estruturantes desenvolvidas nos últimos anos.

Em algumas dimensões, não obstante os importantes progressos registados, continuam pertinentes as estratégias sectoriais e territoriais equacionadas, devendo enquadrar e suportar, num exercício de continuidade, as opções de investimento dos próximos anos.

A pertinência que é possível associar a algumas prioridades de intervenção, resulta do quadro de evidências que emergiram do diagnóstico. Os resultados menos positivos ou insuficientes manifestados em algumas áreas derivam sobretudo de mudanças conjunturais ou comportamentais de alguns atores, que impossibilitaram conjugar temporalmente a pretensão pública e a capacidade de investimento da iniciativa privada.

Neste âmbito, das cinco Prioridades de Intervenção preconizadas no Programa Castelo Branco 2020, três apresentam graus de concretização relativamente satisfatórios ou com margens de progressão relevantes num futuro próximo: i) Valorizar a Memória: Intervir no Centro Histórico; ii) Recentrar a Cidade: do Novo Centro Cívico ao Centro Intermodal e iii) Qualificar a Cidade Exterior: Intervir nas Periferias. Sabendo-se que a arquitetura programática teve como horizonte o ano 2020 e que se mantêm pertinentes estas prioridades, deverão continuar a assumir-se como vetores centrais da Visão Estratégica.

A Linha de intervenção “Valorizar a Memória: Intervir no Centro Histórico” apresentava como principal objetivo promover o renascimento do “berço” da cidade, reabilitando não só o património edificado, como a memória da cidade. Apesar da forte aposta nesta prioridade, com resultados muito positivos na instalação de equipamentos culturais e na renovação urbana (não circunscrita às fachadas, mas melhorando as condições de conforto e de salubridade dos alojamentos), observa-se uma crescente redução e envelhecimento populacional no Centro Histórico e dificuldade em criar dinâmicas económicas. O repovoamento e a revitalização funcional do Centro Histórico devem, por isso, continuar a merecer destaque.

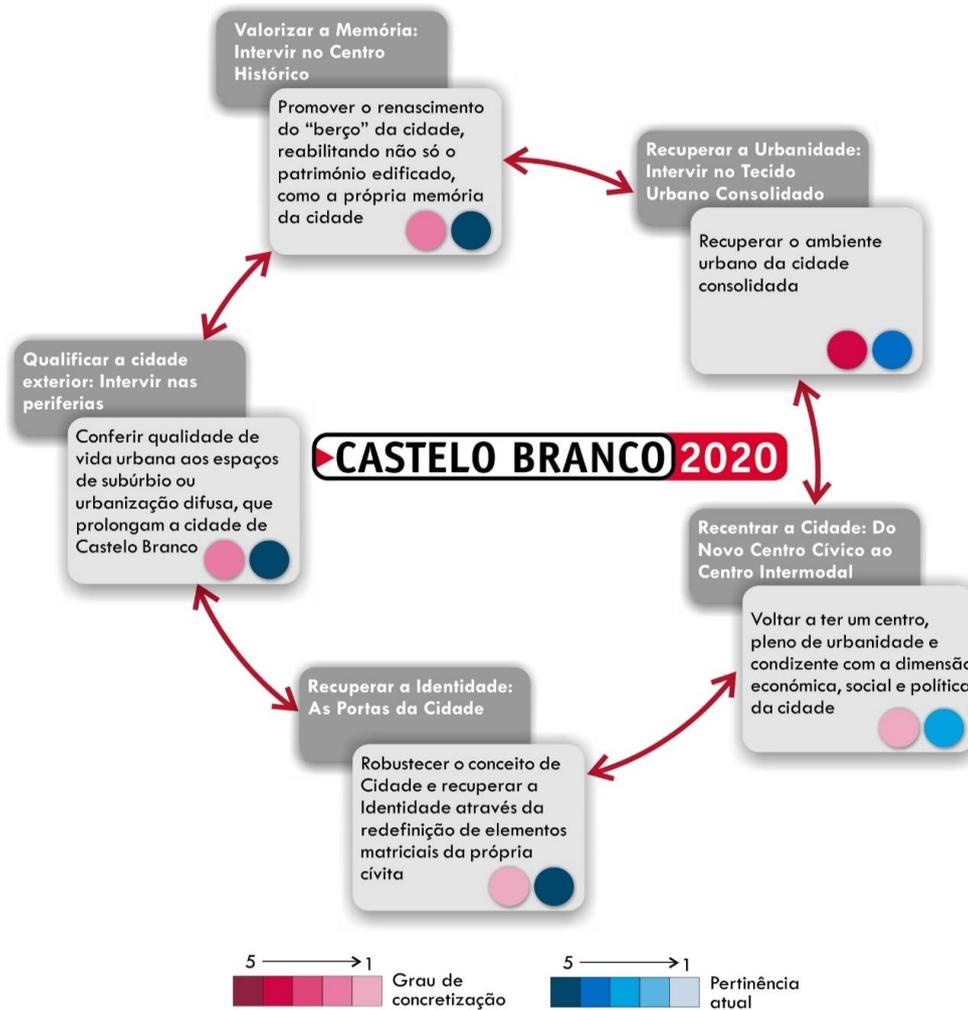
Recuperar o ambiente urbano da cidade consolidada, surgiu como o objetivo central da linha de Intervenção “Recuperar a Urbanidade: Intervir no Tecido Urbano Consolidado”. A qualificação dos espaços públicos enquanto património comum e de representação da cidadania aliada à dinamização cultural do Centro Cívico, suportada em equipamentos e referência internacional (Centro de Cultura Contemporânea), permitiram a projeção de uma imagem moderna, atrativa e competitiva de Castelo Branco.

A Linha de Intervenção “Recentrar a Cidade: Do Novo Centro Cívico ao Centro Intermodal”, possuía como objetivo nuclear voltar a ter um centro, pleno de urbanidade e condizente com a dimensão económica, social e política. Com esse objetivo, preconizava-se o prolongamento da Avenida Nuno Álvares para lá do caminho-de-ferro, criando uma nova centralidade de comércio e de serviços, que permitisse recentrar a cidade. A não materialização de algumas das intervenções estruturantes que suportavam esta visão (sobretudo devido a mudanças conjunturais de alguns atores privados) inviabilizaram a concretização integral desta linha de intervenção, embora o centro coordenador de transportes seja reconhecido como um importante novo polo de atratividade e de geração de dinâmicas funcionais.

Robustecer o conceito de cidade e recuperar a Identidade através da redefinição de elementos matriciais da cívica, apresentava-se como o principal objetivo a prosseguir no âmbito da Linha de Intervenção “Recuperar a Identidade: As Portas da Cidade”. As intervenções preconizadas, focadas na construção, física e/ou simbólica, das portas da cidade foram, em parte, concretizadas. Não obstante, existem ainda algumas ações que devem ser desenvolvidas para o fortalecimento da identidade da cidade.

Finalmente quanto à Linha de Intervenção “Qualificar a cidade exterior: Intervir nas periferias”, que relevava como objetivo central conferir qualidade de vida urbana aos espaços de subúrbio ou de urbanização difusa, verifica-se que este objetivo tem vindo a ser prosseguido, embora continue a assumir-se como um importante desafio futuro.

Figura 22. Grau de concretização e pertinência atual da Estratégia Castelo Branco 2020



Fonte: Elaboração Própria (2015)

Quadro 3. Prioridades com menor concretização

| Linha de Intervenção | Prioridades por concretizar ou de realização insuficiente | Evidências |
|--|---|---|
| Valorizar a Memória: Intervir no Centro Histórico | <ul style="list-style-type: none"> • Trazer novos grupos sociais e mais jovens para a colina do Castelo. • Introduzir novas tipologias urbanas na estrutura urbana existente, no respeito pela compreensão morfológica da cidade. • Introduzir novos usos nos espaços públicos e privados. • Reabilitar as estruturas construídas com interesse. • Fortalecer a dinâmica económica e social com introdução de medidas diversas quer a nível económico quer turístico. • Recriar e fortalecer os percursos turísticos internos, definindo e sinalizando adequadamente o património edificado | <ul style="list-style-type: none"> • Acelerado envelhecimento e perda populacional; • Franca perda de competitividade comercial e residencial com outros locais da cidade; • Existência de alguns edifícios abandonados e em ruína ou muito precariamente recuperados; • Ausência de novas unidades de alojamento turístico e/ou de residências universitárias. |
| Recuperar a Urbanidade: Intervir no Tecido Urbano Consolidado | <ul style="list-style-type: none"> • Qualificar, estética e ambientalmente, alguns espaços exteriores das diferentes unidades urbanas que integram a cidade; • Implementar zonas verdes de recreio e desafogo ambiental adequadas à estrutura urbano-social • Promover a interligação dos elementos patrimoniais mais relevantes | <ul style="list-style-type: none"> • Progressiva perda de importância sob o ponto de vista urbano-social da envolvente à Devesa; • Dificuldade de atrair e fixar jovens e novas atividades • Persistência de constrangimentos em percursos pedonais interessantes (e desadequação/deficiente enquadramento da sua envolvente); • Desadequação, em alguns casos, das espécies arbóreas existentes à escala, hierarquia e aos usos das áreas e dos eixos em que se encontram implantados. |
| Recentrar a Cidade: Do Novo Centro Cívico ao Centro Intermodal | <ul style="list-style-type: none"> • Prolongar e atualizar a AVENIDA, conferindo-lhe a dimensão com que ela foi imaginada (levar a Avenida Nuno Álvares para lá do caminho de ferro). | <ul style="list-style-type: none"> • Apesar da concretização do centro intermodal de transportes – rodoferroviários, ainda não foi possível criar uma nova centralidade de comércio e de serviços, que permitisse recentrar a cidade; • Não se processou o prolongamento da Avenida Nuno Álvares (permitindo não só o atravessamento, como a amarração de diversas estruturas funcionais). |
| Recuperar a Identidade: As Portas da Cidade | <ul style="list-style-type: none"> • Recuperar a identidade da cidade através da definição de quatro PORTAS, contemplando intervenções urbanísticas e relevando memórias para futuros patrimónios | <ul style="list-style-type: none"> • Não foram concretizadas algumas das intervenções previstas, para materializar as 4 Portas da Cidade. |
| Qualificar a cidade exterior: Intervir nas periferias | <ul style="list-style-type: none"> • Promover a qualificação estética, funcional e ambiental dos espaços públicos (Promover a valorização de espaços pedonais e a implementação de zonas verdes de recreio e desafogo ambiental adequadas à estrutura urbano-social) | <ul style="list-style-type: none"> • As periferias continuam a apresentar-se em geral pouco inter-relacionadas e articuladas; • Deficiente articulação formal e funcional entre as zonas periféricas e a cidade consolidada, originando imagens descaracterizadas. |

Fonte Elaboração Própria (2015)

3.2. Balanço do Programa de Ações Mobilizadoras

O balanço é amplamente positivo, conforme reconhecido pela população local e pelas boas referências e notoriedade que a cidade possui no exterior: situação confortável nos principais indicadores de qualidade de vida no conspecto das cidades portuguesas. A cidade é um centro urbano estruturante no sistema urbano nacional e um polo de competitividade regional, com protagonismo multidimensional a diversas escalas territoriais (incluindo na raia central Ibérica).

A requalificação ambiental e urbanística levada a cabo no centro cívico, juntamente com a sua revitalização funcional (recuperação de estruturas urbanas desativadas como espaços lúdicos, culturais e comerciais), concorreu para que este espaço seja o elemento estruturante da cidade. Acresce que o reordenamento da malha viária e a recuperação de valores arquitetónicos existentes (integrando-os em projetos urbanos de referência) contribuiu para a melhoria das condições de visita e estadia, bem como para criação de uma imagem moderna, atrativa e competitiva de Castelo Branco.

A dinamização cultural, suportada nos valores patrimoniais e numa rede de equipamentos de excelência, de que o Centro de Cultura Contemporânea representa o expoente máximo, concorre igualmente para a promoção do centro da cidade, como um espaço de elevada atratividade externa.

Tendo como referência uma visão partilhada por diversos atores locais (*Workshop "A Cidade"*, Castelo Branco, 27 de novembro de 2014), dos grandes objetivos preconizados no Programa, aquele que se apresenta com resultados menos satisfatórios, centra-se na promoção do centro da cidade como espaço de vida e residência, dadas as dificuldades de atrair e fixar novos residentes e atividades. A perda e envelhecimento populacional, aliada à dificuldade de revitalização funcional, sobretudo económica, dos espaços centrais (Centro Histórico e envolvente ao Largo da Devesa), atestam a dificuldade em concretizar este desafio estratégico e configuram umas das linhas de intervenção que importa dar continuidade neste novo exercício estratégico e operacional.

Uma avaliação focada na realização das ações previstas no Castelo Branco 2020, evidencia que na linha de intervenção "Valorizar a Memória: Intervir no Centro Histórico", a taxa de execução apresenta valores relativamente satisfatórios, sendo que algumas das intervenções preconizadas possuíam como horizonte de execução o ano de 2020. Neste quadro, é fundamental garantir a sua integração/continuidade no novo programa.

Das ações mobilizadoras previstas no Plano de Ação Castelo Branco 2020, cerca de 1/3 não foram integralmente realizadas (estão por concretizar 12 dos 37 projetos previstos, nas 5 Linhas de Intervenção). Segundo informação da Câmara Municipal de Castelo Branco, da carteira de 25 projetos "concretizados", 7 foram executados na totalidade, 15 foram realizados de forma parcial e 3 foram efetuados com alterações, nomeadamente: a "Recuperação do Solar da Rua dos Cavaleiros para sede da operação Castelo Branco 2020", a "Criação de 3 pequenos parques de estacionamento na área da torre da Telecom, traseiras do Museu Tavares Proença e zona tardoz do Arquivo Distrital" e a "Construção de um centro intermodal de transportes – rodoferroviários".

A linha de intervenção "Valorizar a memória: Intervir no centro histórico", compreende 18 projetos, 7 dos quais ainda não foram concretizados. Destes, continuam particularmente pertinentes dois projetos:

- Promoção de alojamento turístico;
- Estudo para integração na rede urbana de transportes de carreiras de minibus, ou ecovias num trajeto periférico à colina do castelo.

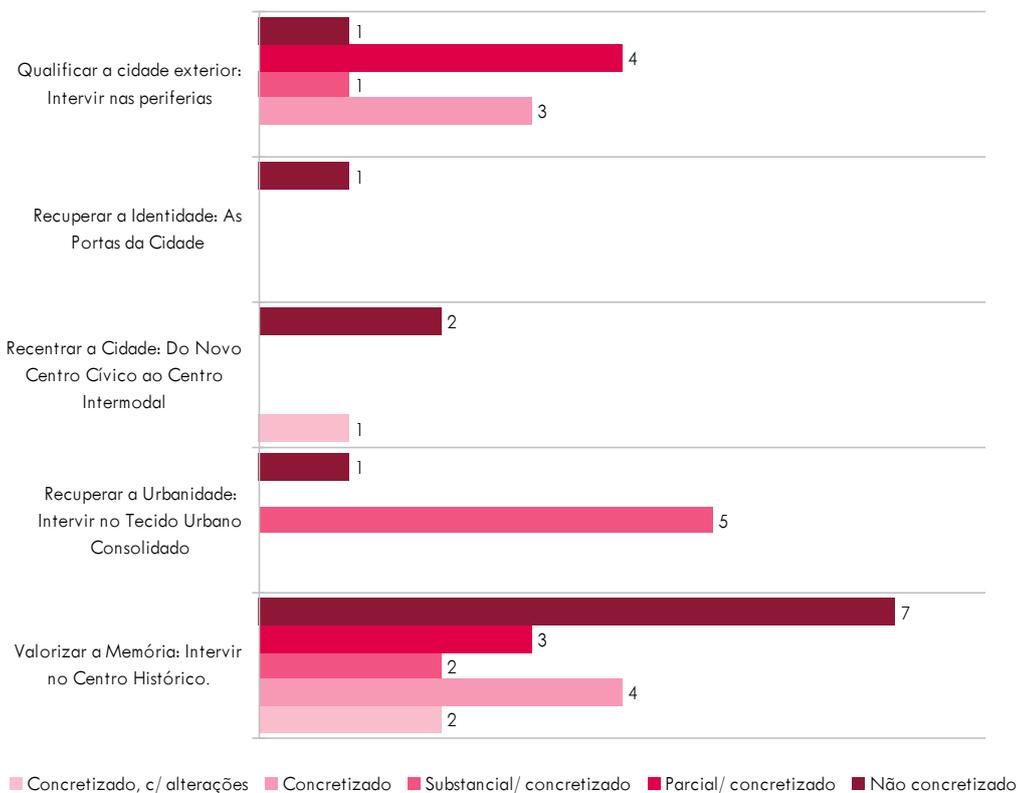
A Linha de Intervenção “Recuperar a Urbanidade: Intervir no Tecido Urbano Consolidado” compreende 6 projetos, um dos quais não realizado e atualmente, segundo a perspetiva do Município, com escassa pertinência (“defesa dos espaços verdes privados através de regulamentação apropriada”).

O único projeto da Linha de Intervenção “Recuperar a Identidade: As Portas da Cidade”, a “Definição de quatro PORTAS, contemplando intervenções urbanísticas e relevando memórias para futuros patrimónios”, apenas foi parcialmente concretizado, continuando pertinentes no presente algumas das ações que concorrem para a sua materialização.

Relativamente aos 9 projetos enquadrados pela Linha de Intervenção “Qualificar a cidade exterior: Intervir nas periferias”, apenas um não foi concretizado: a “Criação do Parque Rural de S. Martinho e Sra. de Mércules”. Este projeto não configura atualmente uma aposta estratégica.

Na Linha de Intervenção “Recentrar a Cidade: Do Novo Centro Cívico ao Centro Intermodal”, dois dos três projetos não foram concretizados, e continuam a assumir-se atualmente como muito pertinentes. Assim, considera-se importante voltar a estudar o uso/ocupação da área nascente da zona da estação ferroviária (para a qual existe plano de pormenor elaborado, mas ainda não aprovado); a passagem superior junto ao Bairro do Barrocal; a localização de edifícios para atividades terciárias (centros de serviços, etc.) e, eventualmente, de equipamento público de uso múltiplo.

Figura 23. Grau de concretização das ações mobilizadoras, segundo a Linha de Intervenção



Fonte: C.M. Castelo Branco. Elaboração Própria (2015)



CASTELO BRANCO 2030: ESTRATÉGIA

4. Castelo Branco 2030: estratégia

4.1. Visão estratégica

O diagnóstico realizado para a cidade em 2015 e o balanço da implementação da estratégia Castelo Branco 2020, a cinco anos do termo, permitem assumir que Castelo Branco parte numa posição muito vantajosa para o desafio do desenvolvimento urbano sustentável até 2030.

Em resultado de um trabalho intenso, sistemático e bastante coerente de desenvolvimento económico, social, ambiental e urbanístico – do qual a autarquia foi decididamente o principal agente – Castelo Branco é hoje uma cidade competitiva no quadro nacional e ibérico, oferecendo excelentes condições de vida, com qualidade ambiental e urbanística, com dinamismo económico e capacidade de atração e fixação de investimento.

Não obstante a situação de partida ser bastante favorável, persistem importantes desafios que urge superar, designadamente no rejuvenescimento populacional, no combate à pobreza e à exclusão (em particular dos idosos e desempregados de longa duração), na reabilitação do edificado, na valorização do património, na recuperação da competitividade do comércio tradicional, no aumento da inovação e da I&D, na qualificação dos recursos humanos, na dinamização cultural, na melhoria da articulação entre as diferentes unidades funcionais da cidade e na qualificação das áreas urbanas periféricas, entre outros fatores de natureza endógena.

A estes desafios acrescem fatores exógenos, igualmente determinantes, associados à evolução da conjuntura económica nacional e internacional, ao desenho e implementação das políticas de desenvolvimento territorial, assim como às dinâmicas e estratégias de competitividade de outros territórios ao nível ibérico.

A superação destes desafios implica a adoção de uma estratégia de desenvolvimento urbano simultaneamente realista e ambiciosa, com capacidade para reconhecer e potenciar os pontos fortes de Castelo Branco – os seus principais ativos – de modo a concretizar as oportunidades que se lhe colocam no horizonte de 2030. Para isso, o posicionamento geoestratégico de Castelo Branco e as suas boas acessibilidades rodoferroviárias internacionais, o efetivo populacional relativamente expressivo e jovem no contexto regional, a oferta de ensino superior de qualidade e bem articulada com o tecido económico da região, uma estrutura empresarial diversificada, resiliente e com sectores pujantes, a boa dotação de equipamentos sociais e em particular de equipamentos culturais, o ambiente urbano de qualidade, são recursos diferenciadores de Castelo Branco, sobre os quais se deverá contruir uma estratégia de prosperidade.

Neste sentido, a visão estratégica para Castelo Branco encontra-se estruturada sobre seis grandes ambições estratégicas que se pretendem alcançar até 2030.

Ambições para Castelo Branco 2030

- Uma cidade que reforça a sua posição na rede urbana nacional, com uma base económica sólida e diversificada, desempenhando um papel de intermediação entre o interior da Península Ibérica e o litoral ocidental.
- Uma cidade policêntrica em que todos os lugares participam da urbanidade e os espaços produtivos agrários, industriais e terciários se integram pelo desenvolvimento tecnológico, pela equiparação salarial e pelos níveis de rendimento do capital.
- Uma cidade rejuvenescida, como resultado da recuperação da natalidade e de uma bem-sucedida política imigratória.
- Uma cidade com uma base económica atualizada, por via da criatividade e empreendedorismo dos seus atores e da atração de investimento, respondendo às necessidades de inovação e de incremento da produtividade, possibilitados pela oferta de mão-de-obra qualificada, em diferentes segmentos da economia.
- Uma cidade atraente e resiliente, na atenção do permanente reforço da sustentabilidade – ambiental, social, económica e cultural.
- Uma cidade que cuida do seu património, material e imaterial. Por isso reabilita e vivifica o património, ao mesmo tempo que aumenta as exigências quanto a novas edificações e investe na integração urbanística de áreas fragilizadas e no conserto de ruturas no tecido urbano.

Para a concretização destas ambições, não bastará apenas implementar um programa de intervenções. Será também necessário **uma nova geração de políticas locais** prioritárias, nas quais a autarquia terá um papel determinante, embora seja essencial a mobilização de parcerias com outros agentes – locais, regionais e nacionais, públicos e privados – com responsabilidades no desenvolvimento urbano, potenciando sinergias, gerando economias de escala e sustentabilidade dos investimentos:

- Uma **Política de Imigração**, desenhada para atrair novas populações que respondam aos vários segmentos de uma economia e de uma sociedade em atualização: na agricultura, na indústria transformadora, nos serviços. Política que deve envolver, para além das empresas, o setor público e o terceiro setor, mormente em domínios como o ensino, a saúde, o desporto e a cultura;
- Uma **Política Cultural** que marque a afirmação de um novo paradigma cultural, baseada nos valores da urbanidade, do trabalho e do lazer, orientada para a construção de uma profunda identificação dos cidadãos com a cidade e que crie condições para afirmar Castelo Branco aos níveis regional, nacional e internacional;
- Uma **Política de Atração de Investimento**, facilitadora da mobilização de investimento endógeno e geradora de inovação & desenvolvimento tecnológico, riqueza e emprego, que atraia ativos e afirme Castelo Branco no mercado global.

A visão estratégica de Castelo Branco em 2030 contempla novas perspetivas sobre o relacionamento da cidade com o território que a envolve, estimulando a sua ação nos âmbitos ibérico e nacional/regional, reforçando a sua capitalidade nos níveis sub-regional e concelhio, mas também fortalecendo a sua identidade urbana.

Castelo Branco: cidade-regional

- Pólo de articulação entre o Médio Tejo e as regiões de Espanha, sedeando atividades orientadas para os mercados do litoral e do interior da Península; polo estruturador do sistema urbano da Beira Interior, estabelecendo relações de complementaridade com a Guarda, Covilhã, Fundão e Portalegre nos domínios agroalimentar, logística e turismo; centro urbano estruturador da Beira Baixa desempenhando funções fulcrais de âmbito social (saúde, cultura e educação) e económico (I&D, serviços avançados, promoção e turismo).

Castelo Branco: cidade-município

- Castelo Branco como polo estruturador de um sistema urbano local policêntrico, promotor do aproveitamento das complementaridades urbano-rural e da valorização integrada dos recursos locais de todo o município, criando oportunidades de desenvolvimento para o seu entorno.

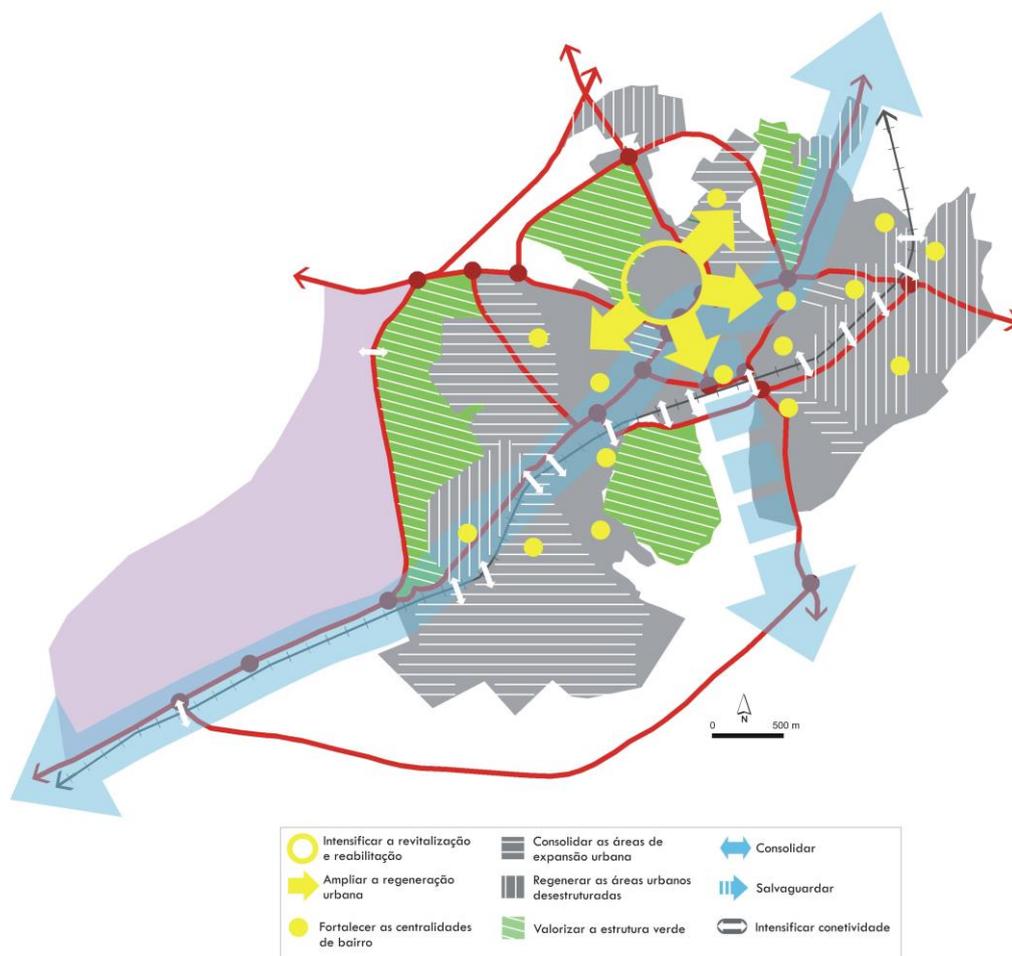
Castelo Branco: cidade de bairros

- Castelo Branco, mosaico de identidades suportadas na memória dos lugares, em elementos de referência urbana, em valores patrimoniais e em laços de vizinhança, oferecendo um quadro de vida de proximidade que incentive a pertença, a cidadania, o associativismo, a participação e a vida urbana.

4.2. Modelo de desenvolvimento urbano sustentável

O modelo de desenvolvimento urbano ambicionado para Castelo Branco em 2030 projeta um espaço urbano consolidado, com articulações fortes e coerentes entre as diferentes áreas funcionais, com uma estrutura verde bem integrada com as áreas construídas e que permite a conectividade dos sistemas ecológicos, e assente numa mobilidade sustentável, hierarquizado e multimodal.

Figura 24. Castelo Branco 2030: Modelo de Desenvolvimento Urbano Sustentável



Tendo em consideração as dinâmicas construtivas recentes e as suas perspectivas futuras, os próximos 15 anos são encarados como uma oportunidade de consolidar o espaço urbano dentro do seu perímetro atual, intensificando as intervenções de qualificação nas áreas mais periféricas da cidade e assumindo uma forte aposta na dinamização da reabilitação do edificado privado nas áreas centrais.

A diminuição da pressão urbanística constitui igualmente uma oportunidade de preservar e valorizar as grandes unidades verdes de enquadramento paisagístico. Não obstante, continua a ser salvaguardado um cenário de crescimento da cidade com novas áreas residenciais, sendo privilegiado o futuro eixo de expansão urbana para sul da área central, entre o Barrocal e o bairro da Carapalha.

No respeitante à forma da cidade, o modelo de desenvolvimento urbano preconizado para Castelo Branco em 2030, tem como principais orientações estratégicas as seguintes:

Modelo de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Castelo Branco 2030

Consolidar a forma urbana atual e salvaguardar um eixo de desenvolvimento urbano futuro para Sul

- Consolidar o principal eixo de desenvolvimento urbano da cidade, ao longo da Av. 1º de Maio – Av. General Humberto Delgado e Av. de Espanha. Salvaguardar um eixo de desenvolvimento a sul da Estação, entre a Carapalha e o Barrocal, que constitua no futuro uma nova linha desenvolvimento da cidade a partir do seu centro.

Intensificar a revitalização e a reabilitação urbana do centro histórico e Devesa

- Dinamizar a reabilitação do edificado privado e consolidar esta área da cidade com um grande espaço cultural polinucleado, afirmando a sua atratividade turística, atraindo novos residentes, novas atividades económicas e reforçando as dinâmicas socioculturais.

Alargar a regeneração urbana à coroa adjacente ao centro histórico e Devesa

- Estender os efeitos da qualificação e valorização física e simbólica do centro cívico à sua coroa adjacente, qualificando o espaço público e os equipamentos e estimulando a manutenção e reabilitação do parque residencial privado e a concretização de novos projetos que promovam a regeneração de unidades industriais e de armazenagem obsoletas.

Regerar as áreas urbanas periféricas desestruturadas

- Ordenar e melhorar a qualidade do espaço público e das infraestruturas nas áreas urbanas periféricas desestruturadas (Chão de Santo André, Cruz do Montalvão, Buenos Aires, Palmeiras, Ribeiro das Perdizes, Matadouro e Boa Esperança), integrando-as do processo de qualificação física e ambiental da cidade.

Consolidar as áreas de expansão urbana

- Promover a consolidação das áreas urbanas de expansão recente (Quinta da Granja, Carapalha, Quinta da Pipa; Fonte de Nova), concluindo os seus programas de urbanização.

Criar uma cidade policêntrica apoiada em micro-centralidades

- Promover o surgimento de novas centralidades cívicas, comerciais e culturais nos diversos bairros de Castelo Branco, qualificando o espaço de vida de proximidade a partir de intervenções de qualificação do espaço público, de praças, arruamentos comerciais, jardins de bairro e envolvente a elementos de património local e a equipamentos.

Modelo de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Castelo Branco 2030

**Valorizar a paisagem e
potenciar a estrutura ecológica**

→ Preservar e qualificar a paisagem da cidade, valorizando os grandes espaços naturais (colina do Castelo, Parque Urbano e Barrocal), alargando e diversificando os espaços verdes de proximidade (Parque da Granja e Quinta do Moinho Velho), intensificando a arborização urbana e potenciando o seu efeito de amenização climática.

**Promover a mobilidade urbana
ciclável e pedonal**

→ Criar condições apelativas para a mobilidade pedonal e ciclável na cidade tirando partido da topografia favorável e da curta distância das deslocações quotidianas, privilegiando a acessibilidade às escolas, aos equipamentos educativos e aos espaços centrais e de oferta comercial.

**Intensificar a conectividade entre
os sectores a norte e a sul do
corredor ferroviário**

→ Superar o efeito barreira da linha ferroviária, melhorando as ligações existentes e criando novas ligações que concorram para a dinamização e diversificação funcional do setor sul da cidade.

4.3. Prioridades estratégicas

Para além do desejado equilíbrio entre as dimensões ambiental, económica e social, a estratégia de desenvolvimento urbano sustentável Castelo Branco 2030 ambiciona promover um novo paradigma do desenvolvimento, no qual a dimensão cultural é assumida simultaneamente enquanto pano de fundo e catalisador do desenvolvimento socioeconómico e da qualificação ambiental da cidade.

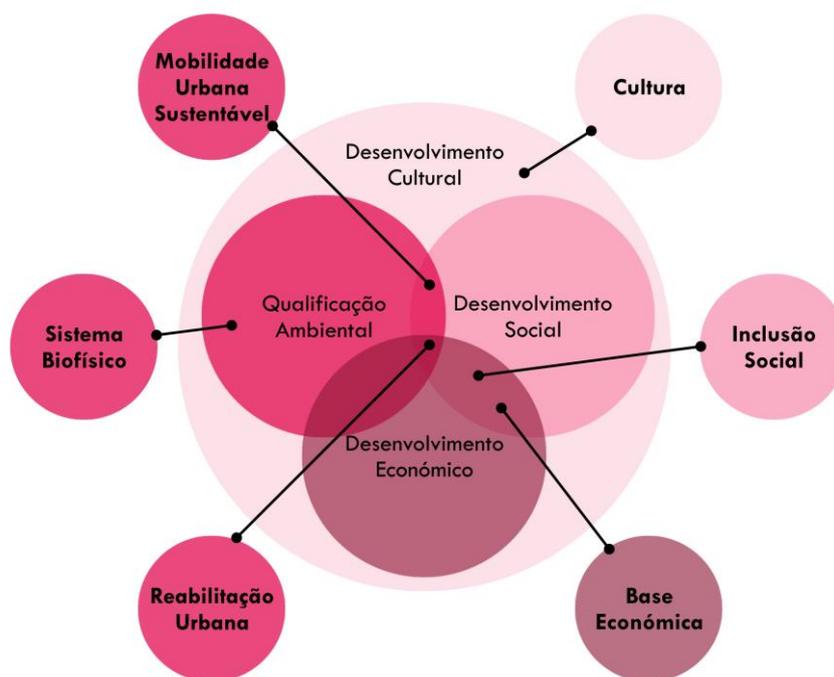
Este novo paradigma resulta em grande medida do debate em curso sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio no período pós-2015. Com efeito, a Declaração de Florença de 4 de outubro de 2014, que resultou das observações e das discussões realizadas durante o Terceiro Fórum Mundial da UNESCO sobre a Cultura e as Indústrias Culturais “Cultura, criatividade e desenvolvimento sustentável. Investigação, inovação, oportunidades” sublinhou a vontade de promover um conjunto de prioridades e princípios fundamentais, com vistas a incluí-los no processo de criação do programa de desenvolvimento pós-2015, em linha também com a Declaração de Hangzhou “Posicionar a cultura no centro das políticas de desenvolvimento sustentável”, adotada em maio de 2013. Entre estes, incluem-se os seguintes:

- **Para um desenvolvimento económico e social inclusivo, os sistemas de governação da cultura e da criatividade devem responder à procura e às necessidades das populações.** Um sistema de governação da cultura transparente, participativo e informado deve envolver diferentes atores, especialmente a sociedade civil e o setor privado, nos processos de elaboração das políticas, de acordo com os direitos e as expectativas de todos os membros da sociedade. Do mesmo modo, tal sistema subentende uma cooperação de todas as autoridades públicas pertinentes, em todos os níveis governamentais e em todos os setores – económico, social, ambiental.

- **As áreas urbanas e rurais são laboratórios do desenvolvimento sustentável.** Para tornar as cidades mais seguras, mais inteligentes e mais produtivas, é preciso posicionar a criatividade e o bem-estar no cerne do planejamento e da renovação urbana e rural, sustentável e respeitosa dos princípios de proteção do patrimônio. Para vencer os desafios do desenvolvimento urbano e rural, bem como do turismo sustentável, as políticas devem levar em conta a cultura e respeitar a diversidade. Além disso, a proteção do patrimônio cultural imaterial permite implantar processos de produção agrícola sustentáveis e de qualidade, essenciais para enfrentar o crescimento da população, ao mesmo tempo em que minimiza o impacto ambiental.
- **O potencial criativo é igualmente distribuído no mundo, mas não pode ser plenamente expresso por todos.** Do mesmo modo, nem todos têm acesso à vida cultural, à expressão criativa, nem mesmo aos bens e serviços culturais, mesmo da sua comunidade. A ausência de expressões criativas provenientes do sul é gritante e é um obstáculo essencial para o desenvolvimento global. Mas o problema pode ser resolvido por um apoio à produção local de bens e serviços culturais, por uma distribuição internacional/regional e por uma livre circulação dos artistas e dos profissionais da cultura.
- **Para chegar a oferecer uma educação inclusiva, de qualidade, justa e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida, é necessário haver um duplo compromisso com a cultura e a criatividade para todos.** Quando novos talentos e formas de criatividade são estimulados, a aprendizagem ao nível local, a inovação e os processos de desenvolvimento são fortalecidos. E isso pode também conduzir à autonomia das mulheres e das jovens como criadoras e produtoras de expressão cultural, mas também como cidadãs e atrizes da vida cultural.
- **O potencial das indústrias culturais que estão no centro da economia criativa deve ser gerido para estimular uma inovação a serviço do crescimento económico, do pleno emprego produtivo e da criação de empregos decentes para todos.** Quando as indústrias culturais e criativas se tornam um componente do crescimento global e das estratégias de desenvolvimento, a sua contribuição para o despertar das economias nacionais, da criação de empregos verdes, do estímulo ao desenvolvimento local e da criatividade não é mais questionado. Os estudos mostram que essas indústrias oferecem novas vias de desenvolvimento local, baseadas em conhecimento e em saberes tradicionais existentes.

Reconhecendo a pertinência e relevância destas prioridades e princípios fundamentais, a estratégia de desenvolvimento urbano Castelo Branco 2030 foi criada a partir de uma nova perspectiva holística, que pensa e projeta o desenvolvimento sustentável da cidade em todas as suas dimensões, não deixando de contemplar as necessárias articulações entre os domínios ambiental, social, económico e cultural.

Figura 25. Articulação das prioridades estratégicas Castelo Branco 2030



Com base nestes pressupostos, foram definidas as seguintes seis grandes prioridades estratégicas para o desenvolvimento urbano de Castelo Branco.

Prioridade Estratégica – Base Económica

Afirmar Castelo Branco como um polo de inovação nos sectores criativo, turístico, industrial e dos serviços de apoio à produção

Orientações Estratégicas:

- Afirmar Castelo Branco como um polo dinamizador da fileira agrícola e agroalimentar regional, reforçando as suas funções nos domínios da transformação, da investigação & desenvolvimento, dos serviços avançados de apoio à produção, da comercialização e promoção dos produtos regionais;
- Reforçar Castelo Branco como um polo turístico apoiado nos ativos culturais (artísticos, agroalimentares, sociais e naturais) da cidade e da região, reforçando a integração de recursos, a qualificação e ampliação dos serviços turísticos, a realização de eventos com notoriedade associados à identidade local e regional e a promoção externa;
- Consolidar Castelo Branco como um polo comercial regional, incentivando a modernização e diversificação do comércio tradicional e a revitalização das diversas centralidades comerciais de bairro, tornando-as atrativas, acessíveis e seguras através da qualificação do espaço público, da valorização da proximidade e da acessibilidade e de medidas de gestão e de animação que incrementem a atratividade;
- Projetar Castelo Branco como um polo internacional de cultura e criatividade atraindo talento e reforçando as condições para a fixação de jovens que desenvolvam atividade no âmbito da produção artística, cultural e criativa nas mais diversas áreas;
- Intensificar as funções de I&DT associada aos sectores de especialização tradicional (agroalimentar, frio e têxtil) e a outros que possam desenvolver-se.

Prioridade Estratégica – Inclusão Social

Combater a pobreza, valorizar a diversidade e a intergeracionalidade

Orientações Estratégicas:

- Promover a participação no mercado de trabalho de pessoas inseridas em grupos sociais vulneráveis ou pessoas com deficiência e incapacidade, através de estímulos à contratação, capacitação pessoal e profissional e apoio a iniciativas empresariais coletivas;
- Aumentar o nível de capacitação, de empregabilidade e de empreendedorismo dos jovens e dos desempregados de longa duração, valorizando os fatores culturais distintivos da cidade e da região;
- Criar uma rede local para a empregabilidade que envolva instituições de ensino e educação, o IEFP, IPSS, associações empresariais e empresas, que promova projetos que superem os obstáculos à empregabilidade, associados à formação profissional, ao sistema educativo e ao mercado de trabalho;
- Qualificar o espaço público para que ele promova o espírito comunitário, a participação na vida da cidade, a intergeracionalidade e a acessibilidade;
- Promover o desenvolvimento local de base comunitária, concertando abordagens de intervenção entre os diferentes agentes locais mais relevantes nos domínios da promoção do emprego e da inclusão social, de forma a maximizar os seus potenciais efeitos positivos;
- Dar continuidade à qualificação dos equipamentos, serviços e respostas sociais, em particular os dirigidos à população idosa, privilegiando o apoio domiciliário integrado.

Prioridade Estratégica – Cultura

Promover uma política cultural que afirme Castelo Branco aos níveis regional, nacional e internacional

Orientações Estratégicas:

- Desenhar e implementar uma política cultural, que marque a afirmação de um novo paradigma cultural, baseada nos valores da urbanidade em plenitude, do trabalho e do lazer, orientada para a construção de uma profunda identificação dos cidadãos com a cidade;
- Reforçar a capacidade de gestão da programação cultural reconhecendo a sua relevância estratégica para a promoção da cidade, para a afirmação turística, para a dinamização económica, para a cooperação territorial (nomeadamente no quadro transfronteiriço) e para a realização de programas educativos;
- Promover a articulação e cooperação entre a Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco, o Centro de Cultura Contemporânea e as estruturas museológicas do Município;
- Criar condições para a atração e fixação de artistas e criativos a partir da antiga fábrica de confeções do Cansado através da criação de um laboratório das artes e de outras atividades criativas (com *ateliers* de artistas, espaços para empresas *startup*, exposições, colóquios, cursos de curta duração) e de um modelo de governação adequado para captação de talento, de mecenas e internacionalização de Castelo Branco;
- Reforçar a atratividade turística dos ativos culturais da cidade, integrando-os física (implementando o Caminho das Artes), promocional e comercialmente.

Prioridade Estratégica – Reabilitação Urbana

Qualificar a cidade, valorizar o património e revitalizar espaços

Orientações Estratégicas:

- Dar continuidade à qualificação e valorização do património histórico e monumental de Castelo Branco, fortalecendo a identidade e singularidade dos espaços urbanos e a memória dos lugares;
- Dinamizar prioritariamente a reabilitação do edificado degradado na área central e histórica da cidade e nos grandes eixos viários estruturantes (Estrada do Montalvão, Av. 1.º de Maio, Av. General Humberto Delgado, Rua da Sé, Alameda da Liberdade,...);
- Estimular a reabilitação do parque habitacional privado com o apoio dos Instrumentos Financeiros do Portugal 2020 e da criação de outros instrumentos que respondam às diversas necessidades dos agentes privados (benefícios fiscais, isenções e reduções de taxas, participações, assistência técnica, ações de informação e divulgação);
- Promover a eficiência energética e a adaptação climática dos edifícios públicos, nomeadamente os de âmbito educativo, saúde e social;
- Alargar a estratégia de qualificação e valorização do espaço público, promovendo a criação de espaços centrais pedonais nos diversos bairros que compõe a cidade (Cansado, Valongo, Montalvão, Ribeiro das Perdizes,...);
- Melhorar a articulação dos diversos tecidos e as transições entre os diferentes espaços funcionais da cidade, fortalecendo a integração no centro da cidade dos sectores urbanos a sul da linha de caminho-de-ferro.

Prioridade Estratégica – Mobilidade Urbana Sustentável

Aumentar a eficiência, valorizar a proximidade

Orientações Estratégicas:

- Fomentar a utilização dos transportes públicos urbanos, adaptando e flexibilizando infraestruturas, criando uma bilhética simplificada e instalando informação ao utilizador em tempo real;
- Dotar a cidade de uma rede densa, integrada e segura de ciclovias, que sirva nomeadamente os equipamentos culturais, desportivos e educativos e as centralidades comerciais, e que incentive a mobilidade ciclável na cidade;
- Promover a mobilidade pedonal, eliminando conflitos entre o estacionamento e os espaços de circulação pedonal, qualificando os espaços públicos e criando redes de percursos pedonais, com adequada arborização que permitam uma mobilidade em conforto e segurança;
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em áreas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial e na proximidade de equipamentos escolares, tendo como objetivo reduzir a velocidade de circulação, reduzir a ocorrência e a gravidade de acidentes, diminuir o tráfego de atravessamento indesejado, reduzir a poluição sonora e ambiental e garantir a segurança rodoviária;
- Melhorar a articulação e conectividade da rede de transportes e mobilidade, fomentando a complementaridade entre modos de deslocação;
- Promover soluções inovadoras de transporte (flexíveis e que utilizem formas de energia menos poluentes), entre a cidade e os territórios de baixa densidade.

Prioridade Estratégica – Ambiente Urbano

Proteger os recursos, valorizar a paisagem, adaptar ao clima

Orientações Estratégicas:

- Assegurar a regular preservação e manutenção dos parques e jardins da cidade e promover a sua integração nos circuitos de visitação turística da cidade e a sua associa o a eventos de natureza cultural;
- Reformular a estrutura arbórea de áreas e/ou arruamentos e arborizar zonas atualmente carenciadas, contribuindo para a regula o microclimática e para uma maior utiliza o do espaço público;
- Dotar os bairros a sul da linha de caminho-de-ferro de espaços verdes de proximidade;
- Promover a qualifica o da paisagem urbana assegurando a preserva o e valoriza o funcional dos espaços verdes de referência (Barrocal, Vale da Horta do Ribeiro, encostas não edificadas da colina do Castelo, Quinta do Chinco, Quinta do Moinho Velho,...);
- Fortalecer o caráter e qualidade paisagística e promover a gestão adequada e otimizada dos espaços verdes;
- Resolver deficiências e descontinuidades nos espaços verdes públicos, através da implementa o de zonas verdes de recreio e desafogo ambiental adequadas.

4.4. Estratégia urbana integrada

4.4.1. Zonamento estratégico

O modelo territorial da Estratégia Castelo Branco 2030 tem subjacente uma categoriza o dos espaços urbanos, que tem como objetivos:

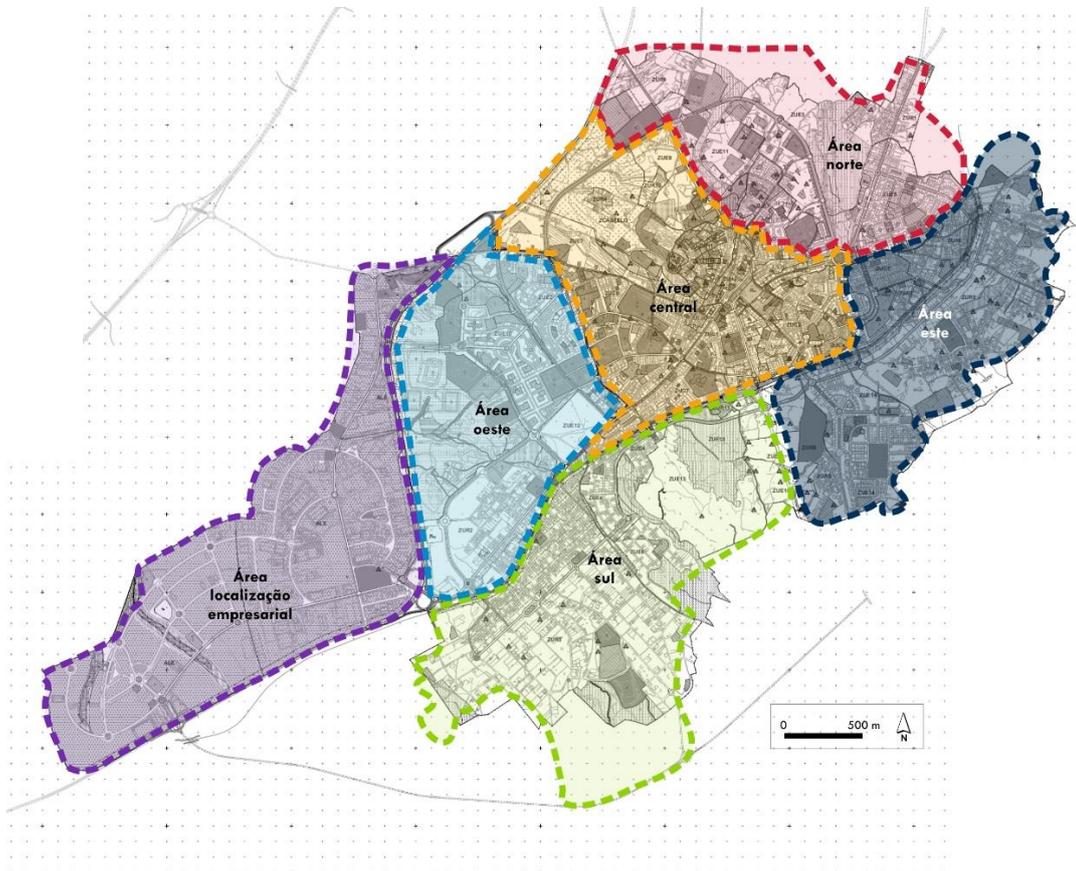
- Identificar áreas urbanas com características semelhantes em termos de um conjunto de critérios, nomeadamente: problemas urbanísticos; atividades econ micas; fun es urbanas; g nese construtiva; perfil socioecon mico da popula o residente;
- Definir espaços homog neos em termos de forças/fraquezas/ameaças/oportunidades, com vista a a o pertinente e coerente;
- Identificar espaços para os quais a estratégia de interven o possa propor abordagens específicas ou articula es virtuosas.

Importa sublinhar também que a abordagem operacional seguida no processo de zonamento estratégico foi ainda devidamente articulada, por um lado, com a estrutura o morfológica e funcional da cidade e, por outro, com o urbanismo regulamentar e o modelo de planeamento urbanístico da cidade.

Figura 26. Zonamento estratégico e as grandes unidades morfo-funcionais



Figura 27. Zonamento estratégico e as unidades de planeamento urbanístico



A partir destes critérios e através de uma metodologia que contemplou reuniões de concertação com a autarquia, visitas aos locais e consulta documental, foram identificadas as seguintes categorias de espaços urbanos estratégicos:

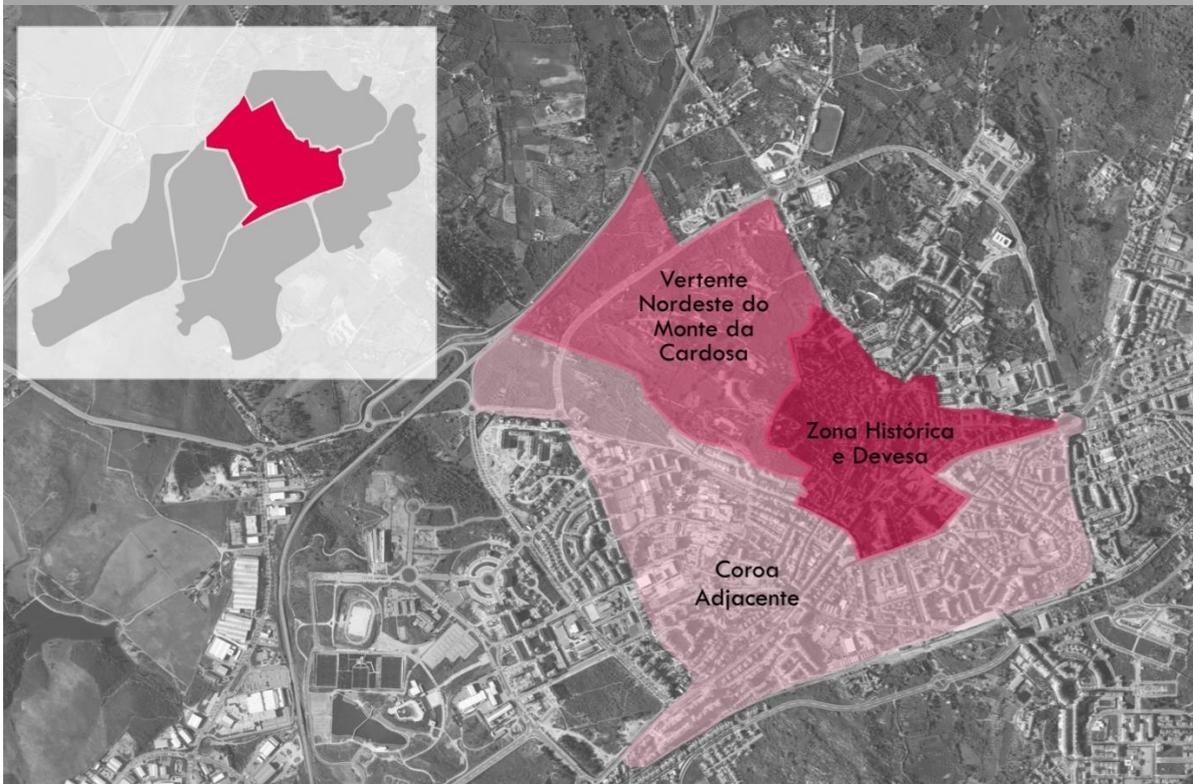
- **Área central** – Corresponde à zona do Centro Histórico e Largo da Devesa, à coroa urbana adjacente situada a Norte da linha do caminho-de-ferro, e também à vertente nordeste do monte da Cardoso;
- **Área urbana norte** – Abrange os bairros de Chão de Santo André, Quinta da Fonte Nova, Buenos Aires e Quinta Pires Marques;
- **Área urbana este** – Compreende os bairros da Carapalha, Palmeiras, Ribeiro das Perdizes, Matadouro e Boa Esperança;
- **Área urbana oeste** – Inclui os bairros da Quinta das Violetas, Quinta da Granja e Cruz de Montalvão e também o Parque Urbano
- **Área urbana sul** – Abrange os bairros de Valongo, Quinta da Pipa, Quinta do Socorro e também a área do Barrocal;
- **Área de localização empresarial** – Compreende a zona industrial inicial e a área de expansão da ALECB.

A caracterização síntese de cada um destes espaços tipológicos da cidade de Castelo Branco e as respetivas orientações estratégicas são apresentadas em seguida, sob a forma de fichas.

Área central

zona histórica e devesa | coroa adjacente | vertente nordeste do monte da cardosa

Subunidades urbanas



Situação de referência

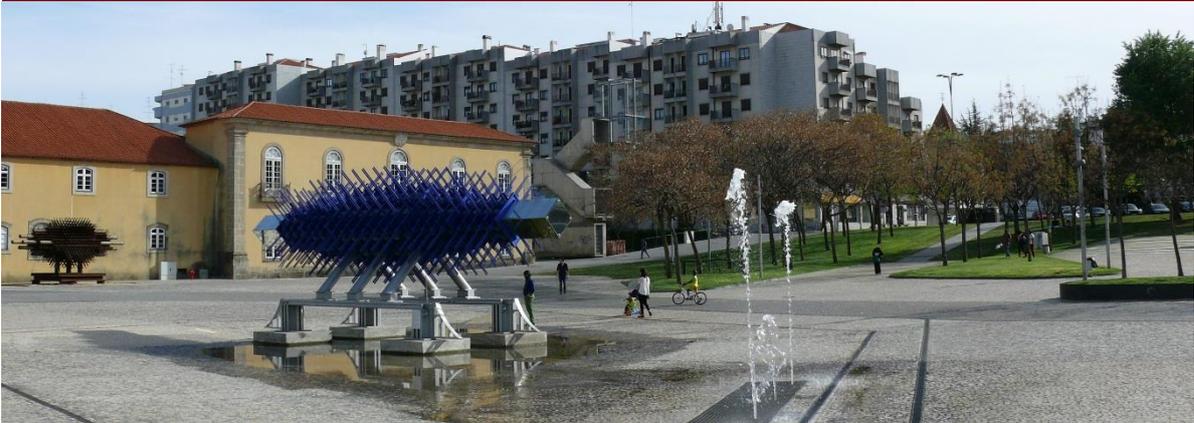
- Centro cívico, cultural e funcional da cidade
- Perda de vitalidade comercial
- População envelhecida e perda de população
- Deficiente oferta de equipamentos de proximidade
- Prevalência de alojamentos vagos e edificado a necessitar de reabilitação ou devoluto
- Concentração dos elementos patrimoniais de maior valor
- Monte da Cardoso – espaço de grande valor paisagístico para a leitura e qualidade paisagística da cidade

Orientações estratégicas sectoriais

| 1. Cultura | 2. Reabilitação Urbana | 3. Mobilidade Urbana Sustentável |
|--|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar as funções culturais e criativas e os conteúdos da visitaçãoturística • Promover a valorização e preservação do património construído • Definir uma programação e promoção cultural articulada para os diversos polos culturais | <ul style="list-style-type: none"> • Conferir prioridade à reabilitação do edificado • Prosseguir a estratégia de reabilitação da Zona Histórica • Alargar a regeneração à Coroa Adjacente integrando-a na dinâmica cultural • Promover a regeneração de espaços devolutos | <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições infraestruturais para que a área constitua um espaço acessível a todos através de modos suaves • Criar condições apelativas de utilização dos transportes públicos |
| 4. Inclusão Social | 5. Ambiente Urbano | 6. Base Económica |
| <ul style="list-style-type: none"> • Promover a mobilidade e acessibilidade adequadas à população idosa • Contrariar o crescente isolamento dos idosos • Promover a empregabilidade de ativos em situação de desemprego | <ul style="list-style-type: none"> • Preservar e valorizar os grandes espaços verdes que estruturam a paisagem urbana • Assegurar a manutenção e valorização dos espaços verdes e a intensificação da arborização urbana como fator de amenização climática | <ul style="list-style-type: none"> • Revitalizar as funções comerciais promovendo a sua modernização e diferenciação • Consolidar as funções culturais e criativas e os conteúdos da visitaçãoturística • Promover a instalação de novas atividades no sector dos serviços |

Área central

zona histórica e devesa | coroa adjacente | vertente nordeste do monte da cardosa



Subunidades urbanas

1. Zona Histórica e Devesa

Medidas prioritárias:

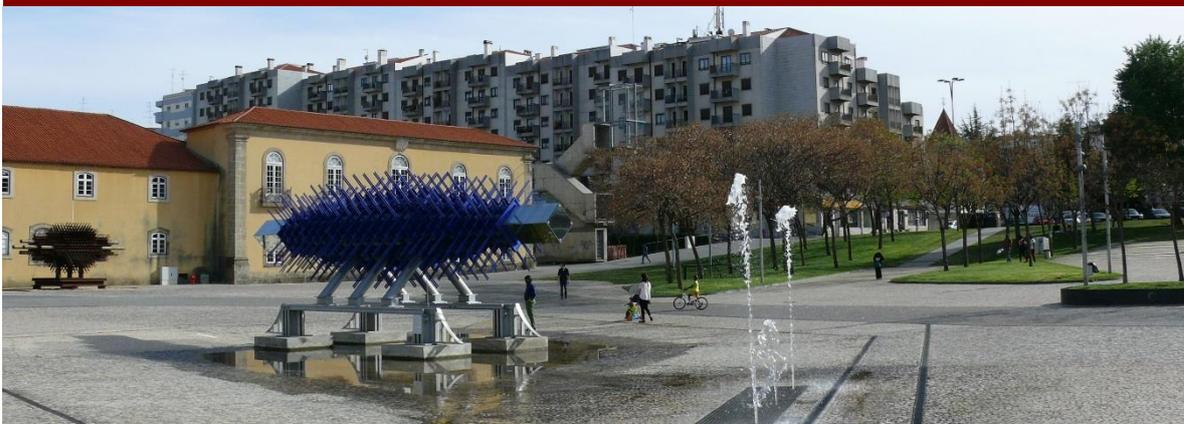
- Refuncionalizar grandes edifícios dando-lhes uma programação cultural ou turística
- Intensificar a instalação de unidades de âmbito cultural (museológico, expositivo e de produção), fortalecendo as funções criativas e a atratividade turística
- Intensificar a valorização cultural do património arquitetónico, monumental e imaterial através de meios interpretativos
- Estimular a reabilitação urbana do edificado privado e concluir a qualificação urbana do espaço público
- Desenvolver projetos de inclusão social para a empregabilidade dirigidos aos ativos desempregados
- Incentivar e facilitar a instalação de atividades associadas ao turismo, às artes, ao artesanato e aos produtos regionais
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequando o perfil das vias aos peões, utilizando revestimentos de piso confortáveis e inserindo passagens de peões acessíveis
- Alterar as condições de controlo dos semáforos
- Melhorar a acessibilidade aos equipamentos municipais
- Qualificar as paragens de transportes coletivos e instalar informação ao utilizador em tempo real
- Criar ligações em ciclovia aos bairros periféricos e instalar parqueamentos para bicicletas nos principais espaços públicos

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar o Caminho das Artes que estabeleça uma ligação pedonal atrativa entre os ativos culturais da cidade em articulação, por um lado, com a promoção e comercialização do acesso aos equipamentos culturais em pacote e, por outro, com a disponibilização de informação que ajude à interpretação da história urbana
- Dotar antigo Palácio dos Viscondes de Portalegre de adequada programação para que seja uma âncora da estratégia de dinamização funcional da área central
- Qualificar as funções cultural-turística do Castelo dos Templários – Igreja de Santa Maria do Castelo
- Instalar o Centro de Interpretação do bordado de Castelo Branco no antigo edifício da câmara

Área central

zona histórica e devesa | coroa adjacente | vertente nordeste do monte da cardosa



Subunidades urbanas

2. Coroa adjacente

Medidas prioritárias:

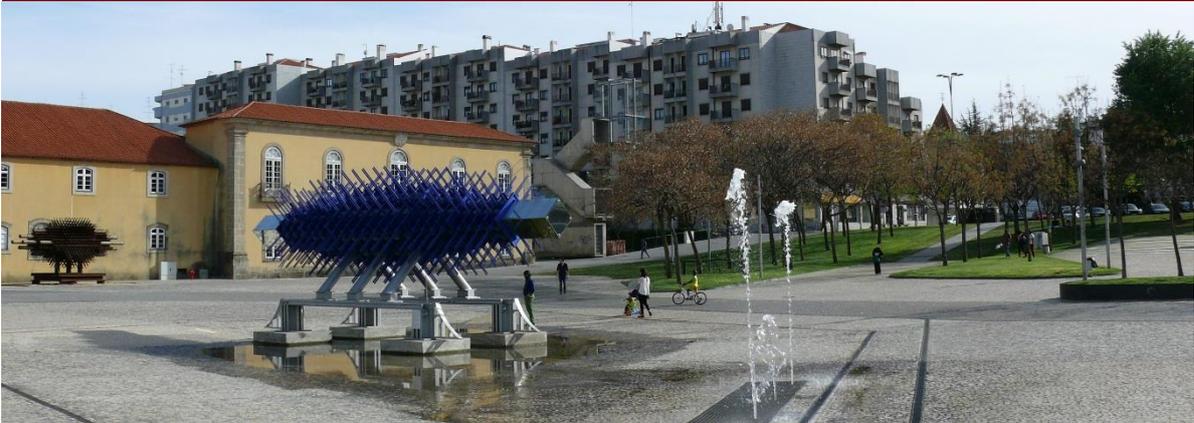
- Dinamizar a reabilitação urbana do edificado privado e dos conjuntos de habitação social
- Incentivar a regeneração urbana de unidades industriais e de armazenagem obsoletas
- Dinamizar a revitalização funcional desta área da cidade, aumentando o seu protagonismo económico.
- Criar novas centralidades cívicas, comerciais e culturais nos diversos bairros.
- Promover a inclusão social e a empregabilidade da população mais desfavorecida
- Criar equipamentos e espaços que permitam o convívio intergeracional
- Reforçar a articulação física e funcional com o sector urbano a sul da linha de caminho-de-ferro
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequando o perfil das vias aos peões, utilizando revestimentos de piso confortáveis e inserindo passagens de peões acessíveis
- Alterar as condições de controlo dos semáforos
- Melhorar a acessibilidade aos equipamentos municipais
- Qualificar as paragens de transportes coletivos e instalar informação ao utilizador em tempo real tornando o transporte público mais atrativo para as deslocações urbanas
- Criar ligações em ciclovia aos bairros periféricos e à Zona Histórica e Devesa e instalar parqueamentos para bicicletas nos principais espaços públicos
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em áreas residenciais, com elevada atividade comercial ou na proximidade de equipamentos escolares

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar o Caminho das Artes que estabeleça uma ligação pedonal atrativa entre os ativos culturais da cidade em articulação, por um lado, com a promoção e comercialização do acesso aos equipamentos culturais em pacote e, por outro, com a disponibilização de informação que ajude à interpretação da história urbana
- Requalificar pequenos espaços públicos dos bairros da área urbana central (Quinta da Granja Sul, Quinta das Pedras, Horta d'Alva e Quinta do Amieiro), criando micro-centralidades comerciais, culturais e cívicas
- Implementar ciclovias ao longo da Av. 1º de Maio, Av. Humberto Delgado e Av. Nuno Alvares e respetivas ligações às áreas urbanas contíguas
- Melhorar a acessibilidade dos edifícios habitacionais municipais (Bairros de Santiago, Ex-CAR e Horta D'Alva)

Área central

zona histórica e devesa | coroa adjacente | vertente nordeste do monte da cardosa



Subunidades urbanas

3. Vertente nordeste do Monte da Cardoso

Medidas prioritárias:

- Preservar e valorizar a estrutura verde como espaço de enquadramento paisagístico da colina do Castelo e preservar o sistema de vistas e a identidade paisagística da cidade
- Valorizar as funções turísticas, a partir de infraestruturas já existentes, integrando esta área da cidade na visitação da cidade
- Qualificar os bairros de São Gens e Fonte do Tostão, nomeadamente ao nível das infraestruturas e enquadramento paisagístico

Projetos estratégicos (exemplos):

- Projeto de valorização paisagística da vertente nordeste do monte da Cardoso, através da adoção de medidas de salvaguarda e da implementação de um programa de florestação com espécies autóctones;
- Criar parque para a prática de atividades e desportos de aventura – Challenger Park – nas instalações das antigas piscinas municipais.

Área central

projeto âncora

Designação

Caminho das Artes

Localização



- A. Fabric
- B. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco
- C. Museu Francisco Tavares Proença
- D. Museu Cargaleiro
- E. Polo de Cerâmica do Museu Cargaleiro

P1. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco - "Fábrica": Largo da Devesa / Av. Humberto delgado / Rotunda Europa / R. Senhora de Mércules / Alameda do cansado

P2. "Fábrica" - Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco: R. Guilhermino Barros / R. Pe Manuel Crespo / R. da Quinta do Amieiro de Cima / R. Dr. Jaime Lopes Dias / R. Dr. Jorge Costa / R. Frei Carlos Prata / Largo da Nossa Senhora da Piedade / Largo da Devesa

P3. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco - Museu Francisco Tavares Proença: Largo da Devesa / R. do Saibreiro / R. da Sé / R. das Olarias / R. Bartolomeu Costa

P4. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco - Museu Cargaleiro: Largo da Devesa / Praça do Município / Largo do Espírito Santo / R. Vaz Preto / R. Mouzinho Magro / Rua de Santa Maria / Rua dos Cavaleiros

Objetivos do projeto

A criação de uma rede de percursos de visitação da cidade ancorada nos principais núcleos museológicos e criativos visa afirmar Castelo Branco como um polo de turismo cultural, potenciar a articula o entre as dinâmicas culturais e econ micas (turismo, comércio) e, também, a regenera o urbana. Visa também alargar a valoriza o cultural da cidade do centro para as áreas urbanas próximas, até ao bairro do Cansado, em estreita articula o com os projetos de cria o da Fabric, de regenera o urbana do Cansado e de reabilita o da Quinta do Moinho Velho.

Área central

projeto âncora

Designação

Caminho das Artes

Descrição do projeto

A proposta para o Caminho das Artes prevê a ligação de cinco núcleos museológicos, (Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco; Museu Francisco Tavares Proença; Museu Cargaleiro e respetivo Polo de Cerâmica) e criativos, (Fabric). Suscitado pela afetação do polo fabril situado na Alameda do Cansado a novos usos de carácter artístico e criativo, esta proposta pretende a articulação deste novo polo com as estruturas já existentes. A exceção cultural e social do Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco, do Museu Francisco Tavares Proença e do Museu Cargaleiro, bem como a sua integração urbana, evidenciam a necessidade de articulação entre si destas "estações" culturais e a necessidade da sua integração na malha urbana e social, potenciando estes itinerários como eixos de oportunidade para novos investimentos, públicos ou privados, associados à divulgação cultural e às indústrias criativas. O projeto dividir-se-á em quatro percursos:

- Percurso 1. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco – Fabric: Largo da Devesa / Av. Humberto Delgado / Rotunda Europa / R. Senhora de Mércules / Alameda do Cansado
- Percurso 2. Fabric - Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco: R. Guilhermino Barros / R. Pe. Manuel Crespo / R. da Quinta do Amieiro de Cima / R. Dr. Jaime Lopes Dias / R. Dr. Jorge Costa / R. Frei Carlos Prata / Largo da Nossa Senhora da Piedade / Largo da Devesa
- Percurso 3. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco - Museu Francisco Tavares Proença: Largo da Devesa / R. do Saibreiro / R. da Sé / R. das Olarias / R. Bartolomeu Costa
- Percurso 4. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco - Museu Cargaleiro: Largo da Devesa / R. Mouzinho Magro / R. de Santa Maria / Praça Camões / R. dos Ferreiros

A pontuação destes percursos, com sinalética e painéis ilustrativos, mais do que meramente sinalizar o Caminho das Artes, remete o transeunte para o objeto cultural que constitui o destino de cada percurso.

- Percurso 1: Na lógica da nova afetação de uso da estrutura fabril, a sinalética deverá enunciar o tipo de atividades, relacionadas com as indústrias criativas e atividades artísticas a terem lugar na Fabric.
- Percurso 2: Sinalética e painéis ilustrativos da atividade na Fabric em articulação com a memória das práticas sociais, industriais e do trabalho, outrora significantes do Bairro do Cansado.
- Percurso 3: Pontuação deste percurso com sinalética e painéis ilustrativos referentes ao acervo do Museu Francisco Tavares Proença.
- Percurso 4: Pontuação deste percurso com sinalética e painéis ilustrativos referentes ao acervo do Museu Cargaleiro.

A proposta para a sinalética terá necessariamente que obedecer a uma lógica de subtilidade, não impositiva. Não se pretende a introdução de poluição visual mas antes a valorização tanto do património cultural e social da Cidade como de uma projeção do futuro a partir da afirmação da contemporaneidade.

Área central

projeto âncora

Designação

Caminho das Artes

Imagens



A. Fabric
B. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco

P1. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco - "Fábrica": Largo da Devesa / Av. Humberto delgado / Rotunda Europa / R. Senhora de Mércules / Alameda do cansado

Largo da Devesa



Av. Humberto Delgado



Rotunda Europa



Alameda do Cansado



Área central

projeto âncora

Designação

Caminho das Artes

Imagens



- A. Fabric
- B. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco

P2. "Fábrica" - Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco: R. Guilhermino Barros / R. Pe Manuel Crespo / R. da Quinta do Amieiro de Cima / R. Dr. Jaime Lopes Dias / R. Dr. Jorge Costa / R. Frei Carlos Prata / Largo da Nossa Senhora da Piedade / Largo da Devesa

R. da Quinta do Amieiro de Cima



R. Pe. Manuel Crespo



R. Frei Carlos Prata



Largo da Nossa Sra. da Piedade



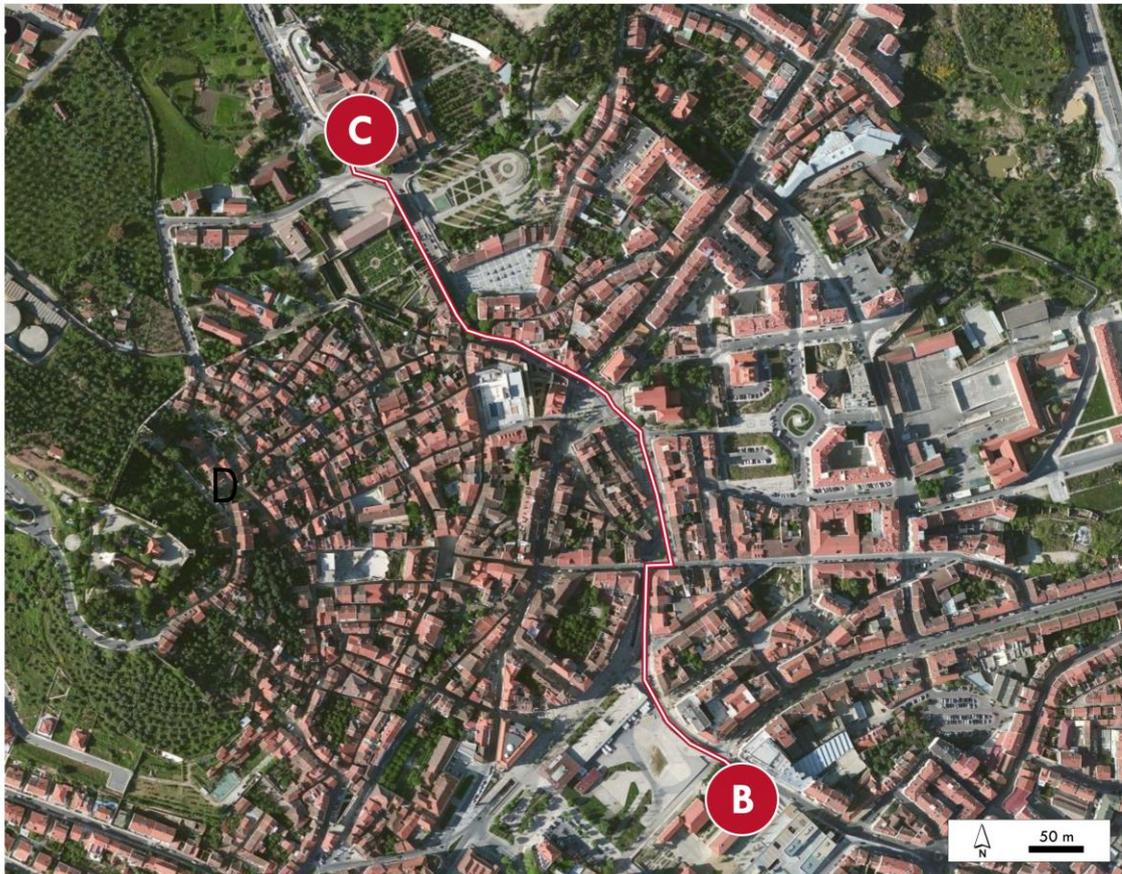
Área central

projeto âncora

Designação

Caminho das Artes

Imagens



B. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco
C. Museu Francisco Tavares Proença

P3. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco - Museu Francisco Tavares Proença: Largo da Devesa / R. do Saibreiro /
/ R. da Sé / R. das Olarias / R. Bartolomeu Costa

R. do Saibreiro



Largo D. José



R. da Sé



Largo da Sé



Área central

projeto âncora

Designação

Caminho das Artes

Imagens



- B. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco
- C. Museu Francisco Tavares Proença
- D. Museu Cargaleiro
- E. Polo de Cerâmica do Museu Cargaleiro

P4. Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco - Museu Cargaleiro: Largo da Devesa / Praça do Município / Largo do Espírito Santo / R. Vaz Preto / R. Mouzinho Magro / Rua de Santa Maria / Rua dos Cavaleiros

Museu Cargaleiro



Museu Francisco Tavares Proença



Praça Camões



R. Nova



Área central

projeto âncora

Designação

Caminho das Artes

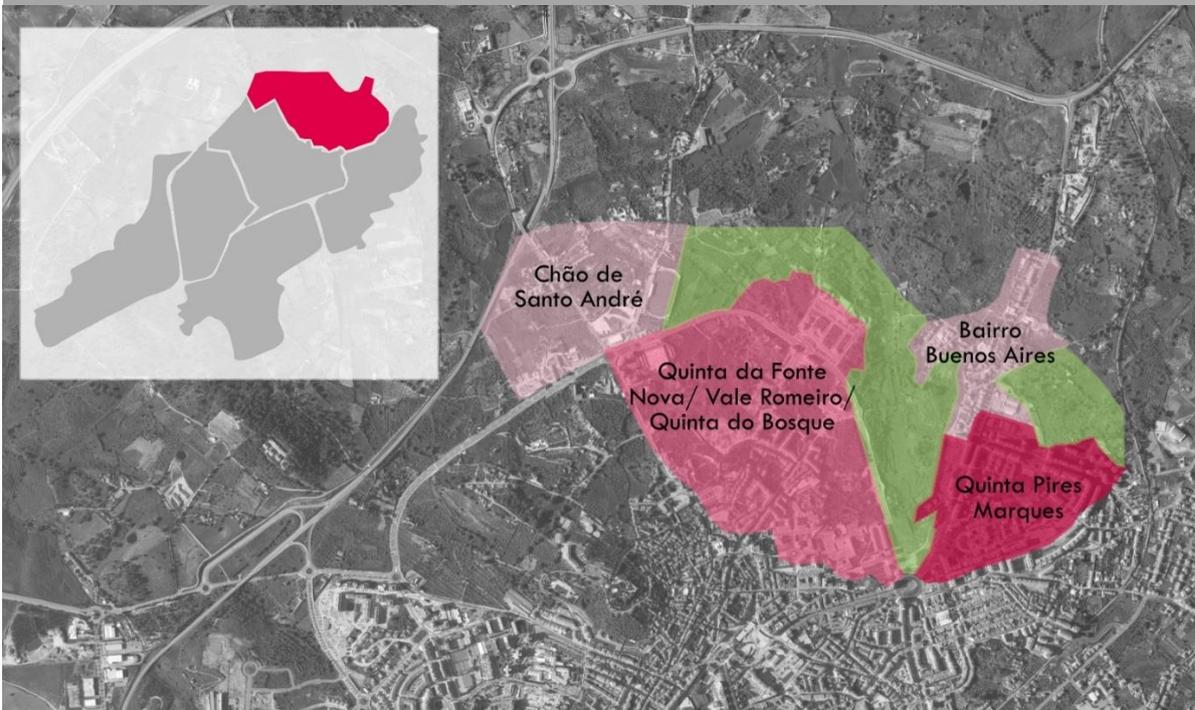
Imagens



Área urbana norte

chão de santo andré | quinta da fonte nova | bº buenos aires | quinta pires marques

Subunidades urbanas



Situação de referência

- Áreas urbanas ainda não estabilizadas e ainda sem referências urbanas que as estruturam
- Déficit de espaços verdes de proximidade
- Grandes estabelecimentos de comércio a retalho
- Grandes equipamentos de justiça, saúde e educação
- Débil articulação com a área central, nomeadamente em termos de mobilidade pedonal
- Deficiente arborização
- Áreas de génese ilegal com malha urbana confusa e desordenada

Orientações estratégicas 2030

| | | |
|--|--|---|
| <p>1. Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a identidade cultural dos bairros • Identificar e valorizar valores culturais no território | <p>2. Reabilitação Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a articulação com a área urbana central. • Promover a estruturação urbana e a identidade dos bairros criando espaços públicos de proximidade de referência • Promover a regeneração das áreas de génese ilegal | <p>3. Mobilidade Urbana Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a ligação com outras áreas da cidade, criando condições infraestruturais para a maior utilização de modos de transporte suaves e transportes coletivos, em detrimento do automóvel • Implementar as propostas de intervenção previstas no PLPACB |
| <p>4. Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar equipamentos sociais de proximidade | <p>5. Ambiente Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificar e ampliar a estrutura verde urbana, promovendo a arborização • Preservar e valorizar a estrutura ecológica urbana • Reduzir os fluxos viários, o ruído e as emissões poluentes nos principais arruamentos | <p>6. Base Económica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar e valorizar as micro-centralidades comerciais |

Área urbana norte

chão de santo andré | quinta da fonte nova | b° buenos aires | quinta pires marques



Subunidades urbanas

4. Chão de Santo André e Bairro Buenos Aires

Medidas prioritárias:

- Regeneração urbana dos bairros de Buenos Aires e Chão de Santo André
- Fortalecer a articulação física e funcional desta área com as restantes áreas da cidade
- Valorizar e marcar as entradas na cidade
- Qualificar estes bairros em termos paisagísticos e ambientais através do reforço da arborização urbana, da preservação dos sistemas de vistas e a articulação com os espaços naturais e rurais envolventes
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, comerciais e próximo de equipamentos escolares
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis
- Qualificar as paragens de transportes coletivos

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar/requalificar nos bairros de Chão de Santo André e Buenos Aires espaços públicos centrais de encontro e de estar da comunidade local
- Criar o Parque Urbano do Vale da Horta do Ribeiro, que valorize esta área em termos paisagísticos e funcionais, melhore a sua integração no sistema biofísico urbano e a sua articulação com as áreas urbanizadas adjacentes, servindo como espaço verde de proximidade para os bairros envolventes.
- Criar ciclovias de ligação da Quinta Pires Marques / Bairro Buenos Aires à área central da cidade e à Av. da Europa

5. Quinta Pires Marques

Medidas prioritárias:

- Concretizar a programação urbanística
- Valorizar o espaço público, promovendo a criação de novas centralidades cívicas, comerciais e culturais
- Qualificar o ambiente urbano através da intensificação da arborização e preservação de espaços naturais envolventes
- Mitigar os impactes ambientais do tráfego de atravessamento, criando zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, comerciais e próximo de equipamentos escolares
- Estabelecer uma adequada articulação com as áreas rurais envolventes.
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis
- Melhorar a acessibilidade dos edifícios municipais
- Qualificar as paragens de transportes coletivos

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar/requalificar na Quinta Pires Marques um espaço público central de encontro e de estar da comunidade local
- Criar ciclovias de ligação da Quinta Pires Marques / Bairro Buenos Aires à área central da cidade e à Av. da Europa
- Criar o Parque Urbano do Vale da Horta do Ribeiro, que valorize esta área em termos paisagísticos e funcionais, melhore a sua integração no sistema biofísico urbano e a sua articulação com as áreas urbanizadas adjacentes, servindo como espaço verde de proximidade para os bairros envolventes.

6. Quinta da Fonte Nova / Vale Romeiro / Quinta do Bosque

Medidas prioritárias:

- Concretizar as urbanizações programadas
- Valorizar o espaço público, promovendo a criação de novas centralidades cívicas, comerciais e culturais

Área urbana norte

chão de santo andré | quinta da fonte nova | b° buenos aires | quinta pires marques



Subunidades urbanas

- Integrar estes bairros na rede ciclável estruturante que sirva ainda os equipamentos educativos
- Qualificar o ambiente urbano através da intensificação da arborização e preservação de espaços naturais envolventes
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, comerciais e próximos de equipamentos escolares
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis
- Alterar as condições de controlo dos semáforos
- Melhorar a acessibilidade dos edifícios municipais
- Qualificar as paragens de transportes coletivos

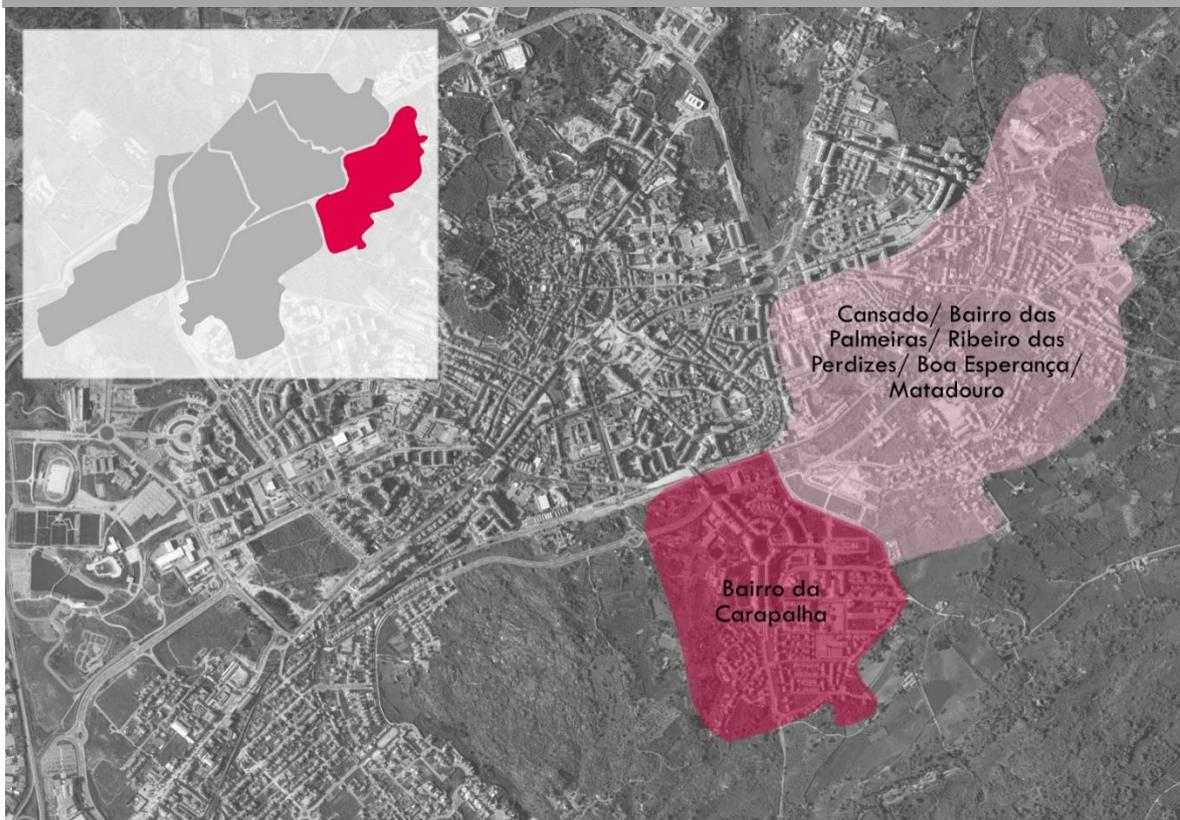
Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar/requalificar na Quinta da Fonte Nova, no Vale Romeiro e na Quinta do Bosque espaços públicos centrais de encontro e de estar da comunidade local
- Criar ciclovia de ligação da Quinta da Fonte Nova à área central da cidade e à Av. da Europa
- Construir o crematório e ampliar o cemitério municipal
- Criar o Parque Urbano do Vale da Horta do Ribeiro, que valorize esta área em termos paisagísticos e funcionais, melhore a sua integração no sistema biofísico urbano e a sua articulação com as áreas urbanizadas adjacentes, servindo como espaço verde de proximidade para os bairros envolventes.
- Realizar o enquadramento paisagístico de um espaço para eventos efémeros junto à Rotunda da Europa

Área urbana este

carapalha | cansado | palmeiras | ribeiro das perdizes | matadouro | boa esperança

Subunidades urbanas



Situação de referência

- Áreas urbanas ainda não estabilizadas e sem referências urbanas que as estruturam
- Défice de espaços verdes de proximidade
- Débil articulação com a área central
- Deficiente oferta de equipamentos de proximidade
- Áreas de génese ilegal com malha urbana confusa e desordenada

Orientações estratégicas 2030

| | | |
|---|--|---|
| <p>1. Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preservar o património rústico e valorizar a memória e as tradições dos locais, nomeadamente das antigas quintas | <p>2. Reabilitação Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a articulação com a área urbana central. • Promover a estruturação urbana e a identidade dos bairros, criando espaços públicos de referência • Promover a regeneração das áreas de génese ilegal | <p>3. Mobilidade Urbana Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a ligação com outras áreas da cidade, criando condições infraestruturais para a maior utilização de modos de transporte suaves e transportes coletivos, em detrimento do automóvel • Implementar as propostas de intervenção previstas no PLPACB |
| <p>4. Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar equipamentos sociais de proximidade | <p>5. Ambiente Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preservar e valorizar a estrutura ecológica urbana • Intensificar a arborização urbana • Reduzir os fluxos viários, o ruído e as emissões poluentes nos principais arruamentos | <p>6. Base Económica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar e valorizar as micro-centralidades comerciais • Criar condições para a implantação de pequenas unidades produtivas e de serviços • Diversificar a base económica, apostando no setor dos serviços |

Área urbana este

carapalha | cansado | palmeiras | ribeiro das perdizes | matadouro | boa esperança



Subunidades urbanas

7. Bairro da Carapalha

Medidas prioritárias:

- Concretizar a programação urbanística e cerzir as malhas urbanas
- Reforçar o protagonismo funcional do bairro como área privilegiada de expansão futura da área central
- Valorizar o espaço público, promovendo a criação de novas centralidades cívicas, comerciais e culturais
- Qualificar o ambiente urbano através da intensificação da arborização e preservação de espaços naturais envolventes e da criação de espaços verdes de proximidade
- Integrar o bairro na rede ciclável estruturante que sirva ainda os equipamentos educativos
- Assegurar uma adequada articulação com as áreas rurais envolventes.
- Mitigação dos impactes ambientais do tráfego de atravessamento
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial e na proximidade de equipamentos escolares
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis
- Melhorar a acessibilidade dos edifícios municipais
- Qualificar as paragens de transportes coletivos

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar equipamento municipal para uso múltiplo, com capacidade para eventos com mais de 2.500 pessoas
- Criar/requalificar espaços públicos centrais de encontro e de estar da comunidade local
- Criar área para instalação de empresas de serviços
- Criar ciclovias de ligação da Carapalha à área urbana central e ao Valongo

8. Cansado / Bairro das Palmeiras / Ribeiro das Perdizes / Boa Esperança / Matadouro

Medidas prioritárias:

- Promover a regeneração urbana dos bairros de Cansado, Palmeiras, Ribeiro das Perdizes, Boa Esperança e Matadouro
- Valorizar funcionalmente a zona através da integração nas dinâmicas culturais e turísticas da Zona Histórica e Devesa.
- Preservar e valorizar os elementos patrimoniais locais
- Valorizar o espaço público, promovendo a criação de novas centralidades cívicas, comerciais e culturais
- Qualificar o ambiente urbano através da intensificação da arborização urbana e da criação de espaços verdes
- Estruturar e hierarquizar a rede viária
- Melhorar a articulação com as áreas rurais envolventes.
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial e na proximidade de equipamentos escolares
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis
- Melhorar a acessibilidade dos equipamentos municipais
- Melhorar a acessibilidade dos edifícios habitacionais municipais (Bairro do Cansado)
- Qualificar as paragens de transportes coletivos

Área urbana este

carapalha | cansado | palmeiras | ribeiro das perdizes | matadouro | boa esperança



Subunidades urbanas

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar um laboratório de artes criativas – a Fabric – a partir da reabilitação e refuncionalização da antiga fábrica Dressuomo
- Valorizar paisagística e lúdica a Quinta do Moinho Velho
- Criar /requalificar espaços públicos centrais de encontro e de estar da comunidade local, nos bairros do Cansado e Palmeiras / Ribeiro das Perdizes
- Criar ciclovia de ligação de Ribeiro das Perdizes, Boa Esperança / Matadouro à Carapalha e à Quinta Pires Marques
- Criar hortas urbanas na Quinta do Chinco

Área urbana este

projeto âncora

Designação

Fabric

Proposta de logotipo



Objetivos do projeto

A partir da antiga fábrica de confeções da Sicofato/Dressuomo, no Bairro do Cansado, pretende-se criar um laboratório das artes e de outras atividades criativas – Fabric – com ateliers de criação artísticas, empresas *startup* em áreas com pertinência cultural, exposições, colóquios, ateliers e cursos de curta duração.

A Fabric deverá ser integrada nos corredores pedonais de ligação dos vários espaços culturais que estruturarão a visitação da cidade – projeto âncora Caminho das Artes – assim como a principal alavanca da regeneração urbana do Bairro do Cansado, em estreita articulação com a reabilitação do espaço público na Alameda do Cansado e com a criação de um espaço verde na Quinta do Moinho Velho.

A Fabric deverá ter subjacente um modelo de governação adequado para a captação de talentos e de mecenas, contribuindo para a internacionalização de Castelo Branco, numa lógica de articulação e cooperação entre a Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico, o Centro de Cultura Contemporânea e as estruturas museológicas da cidade.

Descrição do projeto

Tratando-se da recuperação de uma antiga fábrica, o projeto deverá prever intervenções de reforço e melhoria das condições estruturais do edifício, adequando-o às suas novas funções, embora mantendo as características arquitetónicas industriais que definem a identidade do edifício e do próprio bairro operário no qual está inserido há mais de meio século.

PROGRAMA:

- A. Grande nave dedicada a espaço de exposições permanentes e temporárias
- B. Espaço polivalente destinado a pequenos eventos culturais (música, teatro, dança e outras artes performativas, sessões públicas, colóquios...)
- C. Ateliers de produção artística
- D. Salas dedicadas à incubação de empresas do sector criativo
- E. Salas de formação
- F. Espaço de receção, com balcão de informações e bilheteira
- G. Gabinetes para administração e serviços
- H. Áreas técnicas para armazenamento de equipamentos e materiais
- I. Cafeteria
- J. Casas de banho públicas e de serviço

Área urbana este

projeto âncora

Designação

Fabric

Imagens



Área urbana este

projeto âncora

Designação

Quinta do Moinho Velho

Localização



LEGENDA

- 1 - ANTIGA CASA DA QUINTA / REABILITAÇÃO PARA CENTRO DE OPORTUNIDADES SOCIAIS
- 2 - JARDINS EXISTENTES A RECUPERAR
- 3 - ZONAS DE ESTACIONAMENTO
- 4 - HORTAS
- 5 - ÁREAS ROCHOSAS DE ENQUADRAMENTO E PROTECÇÃO
- 6 - ZONA VERDE ARBORIZADA COM ESPAÇOS DE MERENDAS
- 7 - NOVA LIGAÇÃO URBANA



Objetivos do projeto

O principal objetivo deste projeto é a criação de um espaço verde de proximidade, numa zona da cidade atualmente desqualificada e desprovida de espaços desta natureza, contribuindo também para a valorização e diversificação da estrutura verde urbana. Complementarmente, a reabilitação dos edifícios da antiga quinta permitirá instalar um equipamento social de proximidade, adequado às características da população envelhecida que reside no bairro, criando assim um novo espaço de convívio intergeracional e pólo de dinamização social. Projeto central para a regeneração da área urbana sul, será desenvolvido em articulação e complementaridade com os projetos de reabilitação urbana do Cansado, de criação da Fabric e do Caminho das Artes.

Descrição do projeto

Com cerca de 2,6ha, esta quinta mantém ainda uma elevada integridade, encontrando-se inserida numa malha urbana consolidada com uma população maioritariamente envelhecida. O terreno possui três zonas homogéneas em termos topográficos: Uma zona aplanada a cotas superiores, onde se encontra a casa principal e respetivos anexos agrícolas, Uma área de maior inclinação ocupada ainda por um olival com alguma dimensão, e uma zona mais baixa, com muitos afloramentos rochosos.

A proposta de intervenção desta unidade inclui a reabilitação da casa principal e anexos para um Centro de Oportunidades Sociais (equipamento social de apoio à comunidade multivalências), a recuperação de áreas ajardinadas e de proteção, e a implementação de hortas urbanas. O projeto deverá incorporar os principais elementos naturais (maciços rochosos, vegetação), bem como as estruturas construídas de maior valor, no sentido de se constituir como um equipamento importante a utilizar pela população da malha urbana adjacente.

PROGRAMA:

A. Duas bolsas de estacionamento;

Área urbana este

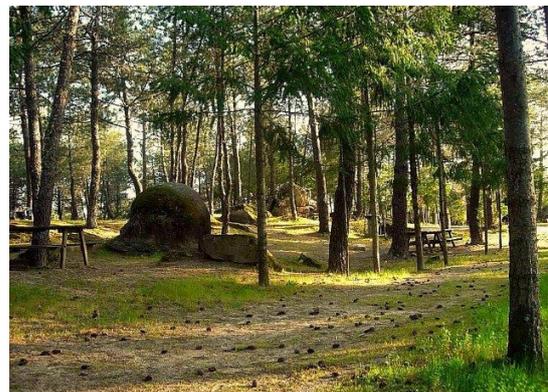
projeto âncora

Designação

Quinta do Moinho Velho

- B. Entradas asseguradas em todas as frentes;
- C. Reabilitação da antiga casa e anexos para equipamento social de apoio à comunidade multi-valências;
- D. Recuperação e valorização das áreas ajardinadas a montante, e das áreas de proteção e enquadramento (em zonas rochosas);
- E. Zona de merendas associada a área arborizada a jusante;
- E. Implementação de núcleos de hortas urbanas (cerca de 30 unidades)
- F. Construção de caminhos de ligação entre as diversas áreas e entre estas e os pontos de entrada;

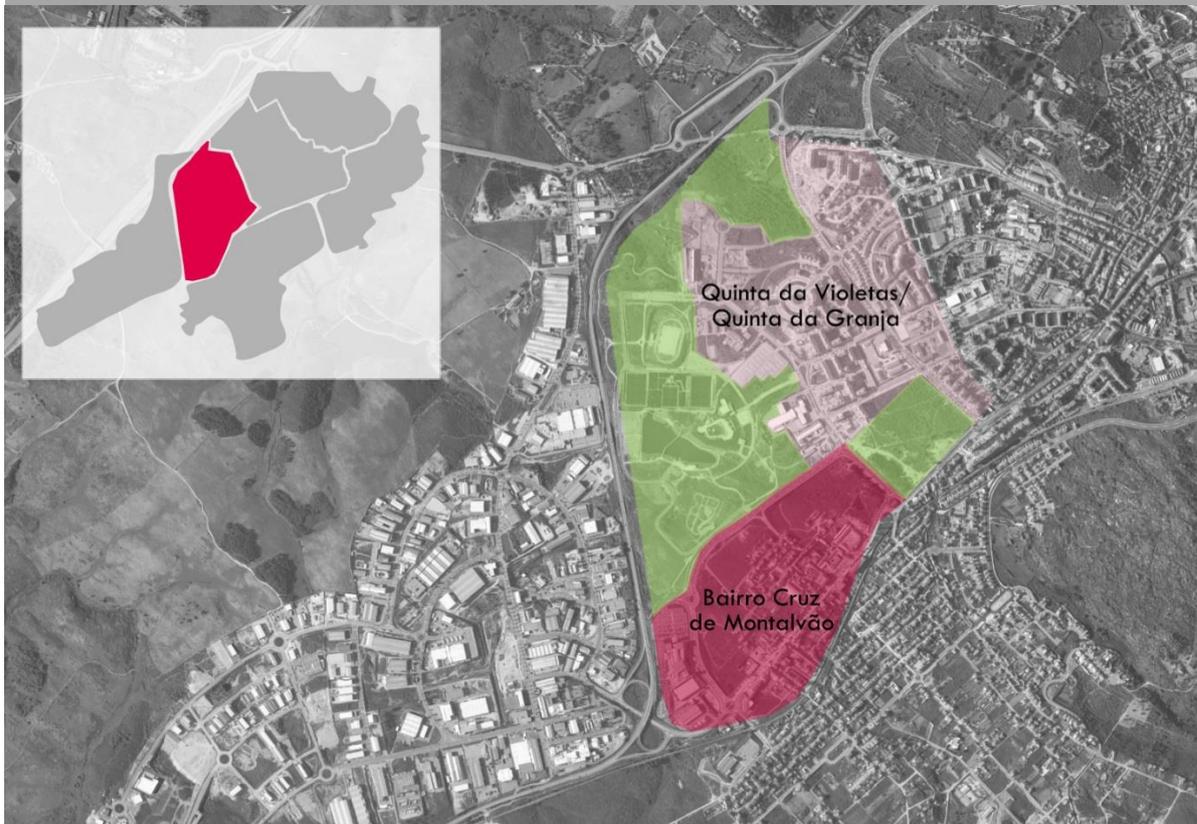
Imagens



Área urbana oeste

quinta das violetas | quinta da granja | parque urbano | bº cruz de montalvão

Subunidades urbanas



Situação de referência

- Áreas urbanas ainda não estabilizadas
- Concentração de equipamentos de nível superior
- Débil articulação com a área central, nomeadamente em termos de mobilidade ciclável
- Porta de entrada sul da cidade pouco qualificada
- Área de génese ilegal com elementos arquitetónicos dissonantes e malha urbana desordenada
- Isolamento do parque urbano

Orientações estratégicas 2030

| | | |
|--|---|---|
| <p>1. Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Integrar esta área nas dinâmicas culturais da cidade, consolidando-a enquanto espaço de ensino, investigação e produção e desenvolvendo uma nova vocação de espaço de divulgação e fruição cultural | <p>2. Reabilitação Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a articulação com a área urbana central. • Promover a estruturação urbana e a identidade dos bairros criando espaços públicos de referência • Promover a regeneração das áreas de génese ilegal | <p>3. Mobilidade Urbana Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a ligação com outras áreas da cidade, criando condições infraestruturais para a maior utilização de modos de transporte suaves e transportes coletivos, em detrimento do automóvel • Implementar as propostas de intervenção previstas no PLPACB |
| <p>4. Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar equipamentos sociais de proximidade | <p>5. Ambiente Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a oferta de espaços verdes de proximidade | <p>6. Base Económica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a estruturação urbana e a identidade dos bairros dinamizando a revitalização das funções comerciais |

Área urbana oeste

quinta das violetas | quinta da granja | parque urbano | b° cruz de montalvão



Subunidades urbanas

9. Quinta das Violetas / Quinta da Granja

Medidas prioritárias:

- Criar/requalificar espaços públicos centrais que sejam o local de encontro e de estar da comunidade local
- Integrar o bairro na rede ciclável estruturante que sirva ainda os equipamentos educativos
- Intensificar a arborização urbana
- Consolidar a área como polo de excelência de equipamentos económicos e de conhecimento
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial e na proximidade de equipamentos escolares
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis
- Melhorar a acessibilidade dos equipamentos municipais
- Qualificar as paragens de transportes coletivos

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar/requalificar na Quinta da Granja espaços públicos centrais de encontro e de estar da comunidade local
- Prolongar a Av. do Empresário e ligação à Área Empresarial
- Integrar a Quinta das Violetas / Quinta da Granja na rede de ciclovias estruturante da cidade

10. Bairro Cruz de Montalvão

Medidas prioritárias:

- Preservar e valorizar os elementos patrimoniais locais
- Promover a regeneração urbana do Bairro do Montalvão
- Reforçar a articulação funcional com o Parque Urbano e com a Quinta da Granja / Campo de Obstáculos
- Criar/requalificar espaços públicos centrais que sejam o local de encontro e de estar da comunidade local
- Integrar o bairro na rede ciclável estruturante
- Intensificar a arborização urbana
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial e na proximidade de equipamentos escolares
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis
- Qualificar as paragens de transportes coletivos

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar o Parque da Granja no antigo Campo de Obstáculos à Cruz do Montalvão
- Criar/requalificar no Bairro Cruz de Montalvão um espaço público central de encontro e de estar da comunidade local
- Regeneração urbana do Montalvão
- Integrar o Bairro da Cruz de Montalvão na rede de ciclovias estruturante da cidade

Área urbana oeste

Projeto âncora

Designação

Parque da Granja

Localização



LEGENDA

- 1 - PRAÇA ARBORIZADA
- 2 - CAFETARIA COM ESPLANADA / SANITÁRIOS
- 3 - ALAMEDA CIRCULAR POLIVALENTE
- 4 - BOLSAS COM EQUIPAMENTO DE MANUTENÇÃO
- 5 - PARQUE INFANTIL
- 6 - GINÁSIO AO AR LIVRE
- 7 - ANFITEATRO
- 8 - OLIVAL
- 9 - EUCALIPTAL /ÁREAS DE MERENDAS
- 10 - BOLSA DE ESTACIONAMENTO (50 LUGARES)
- 11 - ESTACIONAMENTO (80+30 LUGARES)
- 12 - ÁREA RESERVADA PARA FUTURA CONSOLIDAÇÃO URBANA

Objetivos do projeto

A criação de um novo parque urbano no local do antigo Campo de Obstáculos à Cruz de Montalvão tem como principal objetivos valorizar paisagisticamente uma das principais entradas da cidade e dotar os bairros densamente urbanizados da Quinta da Granja, Quinta do Doutor Beirão e Cruz do Montalvão de um espaço verde polivalente, de proximidade, com capacidade de acolher eventos ao ar livre. É assim também um projeto coerente com os objetivos estratégicos associados ao modelo de desenvolvimento urbano, de consolidação e qualificação do principal eixo de desenvolvimento urbano da cidade e de preservação das grandes unidades verdes de enquadramento paisagístico.

Descrição do projeto

A localização central desta área de cerca de 10ha na malha urbana consolidada, bem como a presença de manchas arbóreas expressivas (olival e eucaliptal) potencializam a implementação de um parque urbano polivalente, que deve incorporar recreio passivo (passeio e contemplação) recreio ativo (atividades ligadas ao parque infantil e ao desporto informal (corrida, bicicletas, patins, skates) e formal (ginástica de manutenção e aparelhos). Pode ainda acolher uma grande diversidade de eventos ao ar livre.

As vocações alargadas deste parque permitirão usos distintos e permanentes por várias faixas etárias, e por pessoas com interesses distintos, justificando o investimento necessário. A formalização do parque será simples, incorporando a vegetação existente, e introduzindo equipamento indispensável de apoio às atividades propostas. Deverá ser projetado atendendo às características paisagísticas e ecológicas do sítio, como forma de assegurar a sua sustentabilidade ao longo do tempo.

PROGRAMA:

- A. Duas bolsas de estacionamento (160 lugares), com possibilidade de expansão;
- B. Entradas asseguradas em todas as frentes;
- C. Praça principal arborizada com cafeteria, restaurante, esplanada e sanitários;
- D. Alameda circular polivalente, com ciclovia, faixa de passeio mais lento, bancos e bolsas com equipamentos de manutenção;
- E. Anfiteatro amplo, com vistas privilegiadas para o castelo;

Área urbana oeste

Projeto âncora

Designação

Parque da Granja

- F. Parque infantil, com duas bolsas de recreio abrangendo todas as faixas etárias;
- G. Ginásio ao ar livre, incorporando um conjunto de equipamentos de ginástica complementares;
- H. Parque de merendas associado à mancha arbórea de eucaliptal existente, constituída por espaços individualizados equipados com mesas e bancos, estrategicamente colocados para garantir sombras frescas no período estival;
- I. Mobiliário urbano diverso, incluindo para além dos bancos de jardim, conjuntos de mesas e cadeiras, papeleiras e estruturas de ensombramento;
- J. Zonas verdes de proteção, enquadramento e recreio.

Imagens



Área urbana oeste

Projeto âncora

Designação

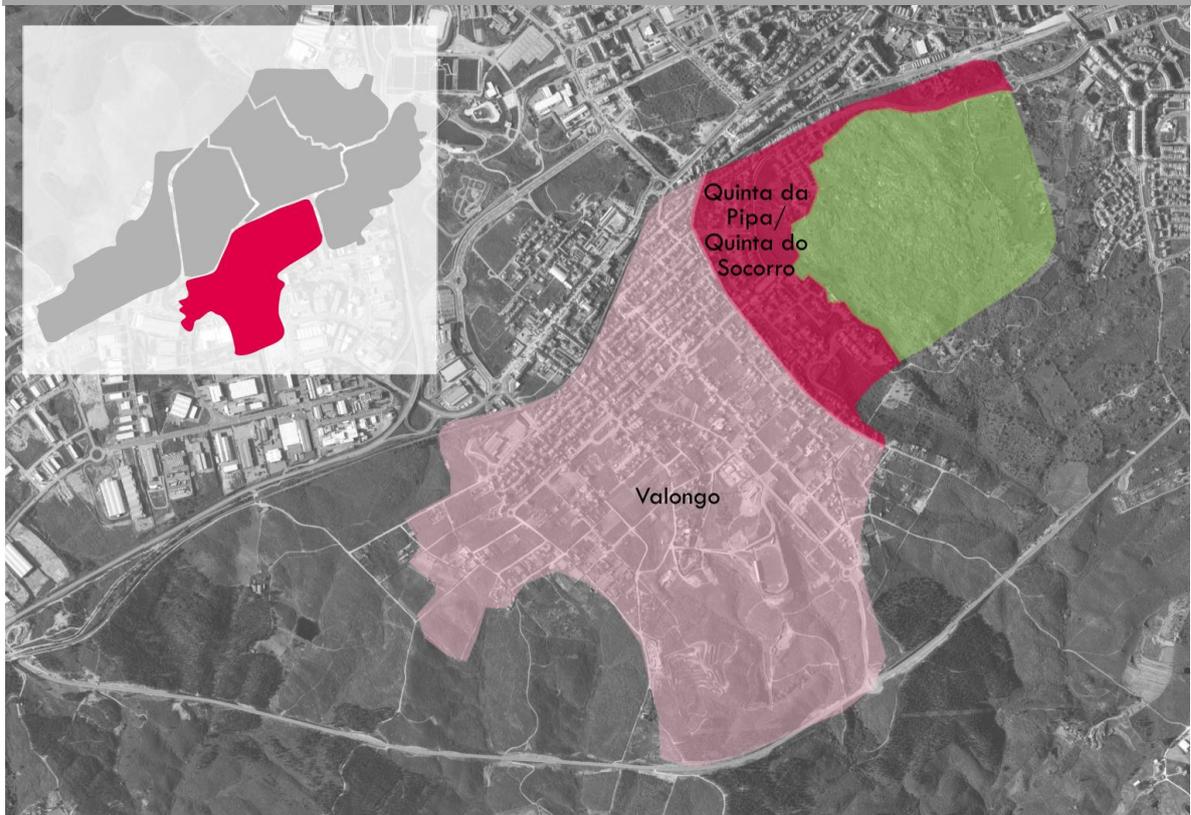
Parque da Granja



Área urbana sul

valongo | quinta da pipa | quinta do socorro

Subunidades urbanas



Situação de referência

- Áreas urbanas ainda não estabilizadas e sem referências urbanas que as estruturam
- Débil articulação com a área central, nomeadamente em termos de mobilidade pedonal e ciclável
- Deficiente oferta de equipamentos de proximidade
- Áreas de génese ilegal com malha urbana confusa e desordenada
- Défice de espaços verdes de proximidade

Orientações estratégicas 2030

| | | |
|---|---|--|
| <p>1. Cultura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preservar o património rústico e valorizar a memória e as tradições dos locais, nomeadamente das antigas quintas e do Barrocal | <p>2. Reabilitação Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a articulação com a área urbana central e com a área oeste • Promover a estruturação urbana e a identidade dos bairros criando espaços públicos de referência • Promover a regeneração das áreas de génese ilegal | <p>3. Mobilidade Urbana Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a ligação com outras áreas da cidade, criando condições infraestruturais para a maior utilização de modos de transporte suaves e transportes coletivos, em detrimento do automóvel, e para a superação da barreira constituída pela linha ferroviária • Implementar as propostas de intervenção previstas no PLPACB |
| <p>4. Inclusão Social</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar equipamentos sociais de proximidade | <p>5. Ambiente Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preservar e valorizar funcionalmente a estrutura ecológica urbana, com destaque para o geomonumento do Barrocal | <p>6. Base Económica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a estruturação urbana e a identidade dos bairros dinamizando a revitalização das funções comerciais |

Área urbana sul

valongo | quinta da pipa | quinta do socorro



Subunidades urbanas

11. Valongo

Medidas prioritárias:

- Promover a requalificação dos espaços urbanos
- Promover a hierarquização da rede viária
- Integrar o bairro na rede ciclável estruturante
- Intensificar a arborização urbana e criar espaços verdes de proximidade
- Assegurar uma adequada articulação/transição com as áreas rurais contíguas
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial e na proximidade de equipamentos escolares
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões e inserir passagens de peões acessíveis
- Melhorar a acessibilidade dos equipamentos municipais
- Qualificar as paragens de transportes coletivos

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar/requalificar no bairro do Valongo um espaço público central de encontro e de estar da comunidade local
- Criar ciclovia de ligação do Valongo, Quinta da Pipa e Quinta do Socorro à Carapalha e Quinta do Doutor Beirão

12. Quinta da Pipa / Quinta do Socorro

Medidas prioritárias:

- Preservar e valorizar os elementos patrimoniais locais
- Criar/requalificar espaços públicos centrais que sejam o local de encontro e de estar da comunidade local
- Integrar os bairros na rede ciclável estruturante
- Intensificar a arborização urbana e criar espaços verdes de proximidade
- Assegurar uma adequada articulação física, paisagística com o Barrocal e preservar o sistema de vistas
- Criar zonas de velocidade máxima de 30km/h em zonas residenciais, em áreas com elevada atividade comercial e na proximidade de equipamentos escolares
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar o Geoparque do Barrocal – projeto de valorização ambiental, paisagística e cultural
- Criar nova passagem superior multimodal (automóvel, pedonal, ciclável) para atravessamento da linha de caminho-de-ferro
- Criar/requalificar nos Bairros da Quinta da Pipa e Quinta do Socorro espaços públicos centrais de encontro e de estar da comunidade local
- Criar ciclovia de ligação do Valongo, Quinta da Pipa e Quinta do Socorro à Carapalha e Quinta do Doutor Beirão

Área urbana sul

Projeto âncora

Designação

Geoparque do Barrocal

Localização



LEGENDA

- A - ENTRADA
- B - ESTACIONAMENTO 50 LUGARES
- C - CENTRO DE INTERPRETAÇÃO
- D - CIRCUITO PEDONAL - 2500m |PASSADIÇO
- E - ESTAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO| ÁREAS DE DESCANSO
- F - ANFITEATRO| MIRADOURO PRINCIPAL - 600M2
- G - ÁREA PARA FUTURA CONSOLIDAÇÃO URBANA

Objetivos do projeto

A valorização paisagística, ambiental e cultural do Barrocal de Castelo Branco pretende operar uma mudança profunda no modelo de desenvolvimento urbano da cidade, reconhecendo e aproveitando as potencialidades de um espaço natural de grande singularidade localizado na zona sul da cidade, e consolidando e diversificando a estrutura verde urbana.

Para além da preservação e proteção relativamente usos incompatíveis com o seu valor ambiental desta grande unidade verde de enquadramento paisagístico, a sua valorização terá como objetivo também criar um espaço de grande qualidade e referência, com um simbolismo externo potencialmente elevado e devidamente inserido e articulado com a malha urbana a sul da linha de caminho-de-ferro, contribuindo direta e indiretamente para a regeneração dos bairros envolventes.

Descrição do projeto

Com uma área de aproximadamente 450.000m², o Parque do Barrocal poderá assumir um importante papel na rede de geoparques nacional e internacional, e constituir ainda uma singularidade no sistema de recreio e lazer de Castelo Branco, quer pela temática, quer pela formalização;

Tirando partido do património geológico existente, e da sua interpretação, o geoparque será vocacionado para a Geoconservação, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Turismo.

A sua formalização será simples, mas única, promovendo a proteção, valorização e dinamização do património natural e cultural da região, numa perspetiva de aprofundamento do conhecimento científico.

PROGRAMA:

- A. Entrada e estacionamento (50 lugares);
- B. Centro de Interpretação, com salas de exposição e de conferências, pequena cafeteria e sanitários (400m²);
- C. Circuito pedonal que inclui trilhos sobre pavimentos naturais e passadiços de madeira em zonas de maior risco (2.500m), bem como ligações em degraus que permitem encurtar os tempos de visitaçao, caso se deseje;
- D. Estações de interpretação com bancos, estruturas de ensombramento e painéis interpretativos, servindo igualmente como pontos de paragem e descanso;

Área urbana sul

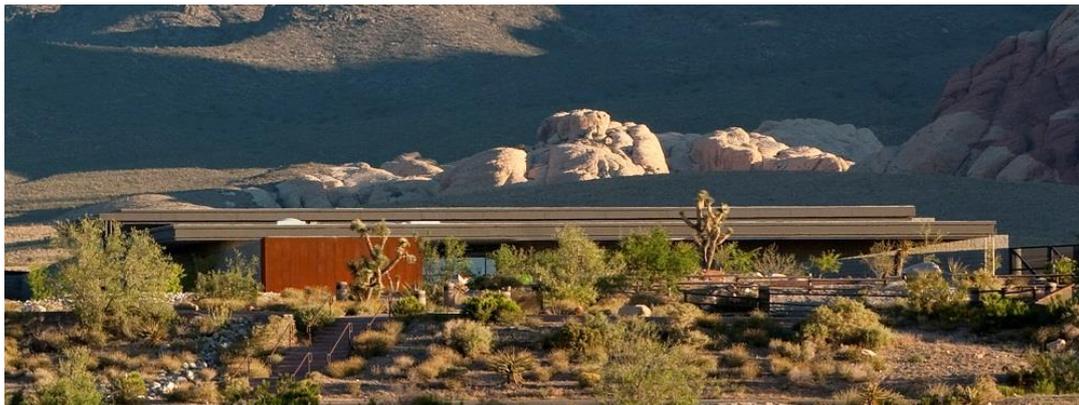
Projeto âncora

Designação

Geoparque do Barrocal

- E. Miradouro principal (600m²) no ponto de cota mais elevada, com uma área coberta (300m²) para apoiar visitas de escolas e de outras excursões temáticas;
- F. Vedação compatível com o conceito e permeabilidade necessários, e intervenção paisagística pontual para enquadramento e proteção da Entrada, Estacionamento, Centro de Interpretação e de áreas junto à sua periferia.

Imagens



Área urbana sul

Projeto âncora

Designação

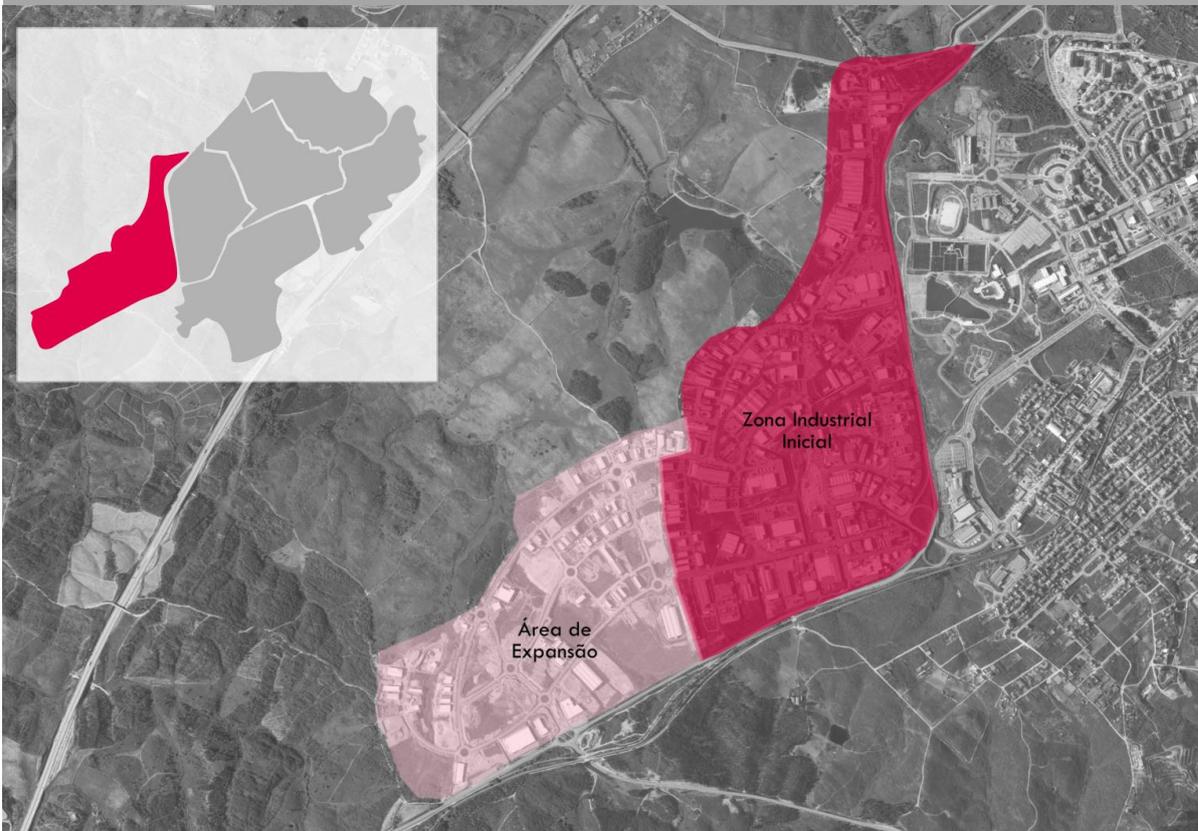
Geoparque do Barrocal



Área de localização empresarial

zona industrial inicial | área de expansão

Subunidades urbanas



Situação de referência

- Espaço de acolhimento empresarial de relevância nacional
- Espaços de circulação qualificados e hierarquizados
- Dinâmicas de renovação económica com a instalação de unidades de comércio e serviços
- Localização de grandes unidades comerciais
- Área de expansão ainda não estabilizada e com capacidade de acolhimento
- Unidades de I&D

Orientações estratégicas 2030

| | | |
|----------------------------------|---|---|
| <p>1. Cultura</p> | <p>2. Reabilitação Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a área de expansão da ALECB | <p>3. Mobilidade Urbana Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a articulação com a área urbana oeste e as ligações pedonais e ciclovias • Implementar as propostas de intervenção previstas no PLPACB |
| <p>4. Inclusão Social</p> | <p>5. Ambiente Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o enquadramento paisagístico da ALECB e a sua articulação com a envolvente urbana e rural | <p>6. Base Económica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar como grande espaço de acolhimento empresarial do interior |

Área de localização empresarial

zona industrial inicial | área de expansão



Subunidades urbanas

13. Zona industrial inicial

Medidas prioritárias:

- Integrar a zona industrial inicial na rede ciclável estruturante
- Intensificar a arborização urbana
- Assegurar uma adequada articulação/transição com a área urbana oeste e as áreas rurais contíguas.
- Eliminar obstáculos à acessibilidade no espaço público, adequar o perfil das vias aos peões, utilizar revestimentos de piso confortáveis e inserir passagens de peões acessíveis

Projetos estratégicos (exemplos):

- Criar ciclovia de ligação entre a zona industrial inicial e Bairro Cruz do Montalvão
- Criar uma nova ligação viária sobre a EN3, que faça a ligação entre a zona industrial inicial e o campus do IPCB

14. Área de expansão

Medidas prioritárias:

- Consolidar a ocupação da área de expansão, assegurando a criação de boas condições infraestruturais no espaço público
- Intensificar a arborização urbana
- Assegurar uma adequada articulação/transição com a área urbana oeste e as áreas rurais contíguas.

Projetos estratégicos (exemplos):

- Infraestruturar o espaço público na área de expansão da ALECB



CEDRU – Centro de Estudos de Desenvolvimento
Regional e Urbano, Lda

Rua Fernando Namora, 46-A
1600-454 Lisboa

T. +351 21 712 12 40
F. +351 21 712 12 50

www.cedru.com

geral@cedru.com

EQUIPA

Coordenação Geral
Jorge Gaspar

Coordenação Executiva
Sérgio Barroso

Equipa Técnica
João Telha, Luís Carvalho, Sónia Vieira, Gonçalo Caetano,
Teresa Barão, Luís Paulo Ribeiro, Samuel Alcobia, João Matos
Correia